

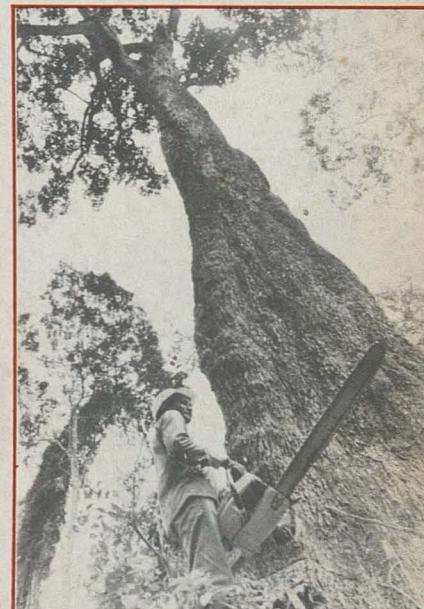
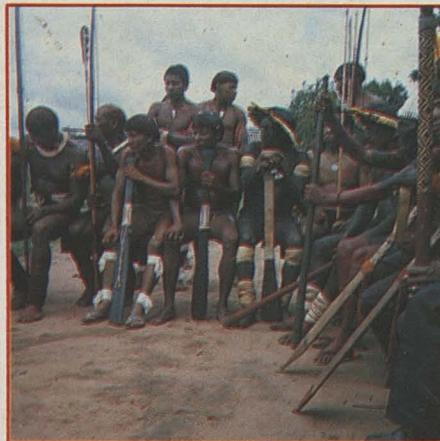
CADERNOS DO

terceiro mundo

CUBA:

*A visita de
Gorbachev*

AMAZÔNIA



COMO PRESERVÁ-LA?

**NOS PRÓXIMOS DIAS
NAS PRINCIPAIS BANCAS
E LIVRARIAS DO PAÍS**



Reserve seu exemplar. Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122
gr. 105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR

AO LEITOR

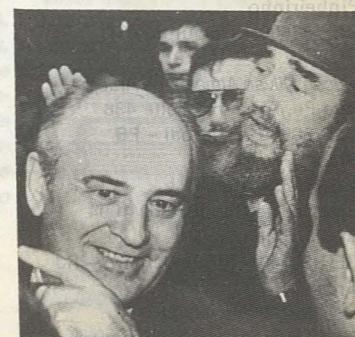
A Amazônia tornou-se ponto de discussão mundial, a partir da questão indígena, da crise fundiária e da sempre denunciada ocupação irracional daquela delicada parte do território nacional. O assunto é a reportagem principal do Suplemento Brasil e, de novo, aproxima dos brasileiros a questão da dominação dos países ricos, pela primeira vez em roupagem ecológica. Existe uma questão ambiental, muito denunciada por autoridades científicas e entidades brasileiras e estrangeiras, e dela o Brasil não pode fugir. Existe, porém, uma ideia de que o país, tendo cometido irresponsabilidades na sua política de preservação ecológica, deve ser punido, mesmo com a violação das normas internacionais da convivência e da autodeterminação. Prega-se uma estranha tese de "soberania limitada", para ser aplicada ali onde os países centrais identifiquem vantagens "para o clima". A reportagem busca discutir o assunto sob estes dois ângulos, examinando a realidade brasileira, quanto ao meio ambiente, e a campanha internacional, quanto a seus diversos propósitos e à evolução do desenvolvimento brasileiro. Ainda nesta edição, o leitor poderá acompanhar o drama libanês, uma guerra civil que parece destinada a entrar na história mundial como um dos conflitos mais desatinados da época moderna; o clima pré-eleitoral no Chile; a situação da Indonésia, onde uma nova geração parece disposta a contestar o regime de Suharto e a buscar a democratização. A visita do presidente soviético Mikhail Gorbachev a Cuba é uma das reportagens sobre a América Latina, lançando luz sobre o encontro da *perestroika* com a realidade da ilha socialista. A transnacionalização da economia mundial é tema de outra reportagem, que traz importantes informações sobre o momento atual desse aspecto do capitalismo contemporâneo, que procura reforçar suas bases a nível planetário. São temas que, esperamos, sirvam à reflexão do leitor.

SUMÁRIO

- 3 CARTAS
- 4 PANORAMA TRICONTINENTAL
- AMÉRICA LATINA
- 10 Chile: A oposição dividida
- 11 Equador: Acordo entre governo e guerrilheiros
- 12 Venezuela: Futuro negro
- 13 El Salvador: A vitória do esquadrão-damorte
- 15 Cuba: Gorbachev e Fidel, respeito e igualdade
- ÁFRICA
- 18 SADCC: Lutando pelo avanço
- 21 A união faz a força
- ORIENTE MÉDIO
- 24 Líbano: Napoleão do Oriente
- ÁSIA
- 26 Laos: Em busca do equilíbrio
- 28 Indonésia: Os estudantes de novo
- ECONOMIA
- 32 Transnacionais: A expansão permanente
- COMUNICAÇÃO
- 35 África: Imprensa rural e desenvolvimento
- CULTURA
- 38 Umberto Eco: Reflexões sobre a escrita
- 42 Balé chinês: A abertura cultural
- SAÚDE
- 44 Medicamentos: As superbactérias no Terceiro Mundo
- SUPLEMENTO BRASIL
- 47 Panorama Nacional
- 50 Amazônia: A sobrevivência da Terra
- 61 Norte-Sul: O primeiro apito
- 65 Saúde: Um alerta sanitário
- 66 Agricultura: Piora a alimentação no mercado interno
- 67 Economia: Mão-de-obra barata
- 68 Opinião: Amazônia, a velha história



Venezuela: distúrbios reveladores



Gorbachev e Fidel: sem arestas



Beirute: um general agrava a destruição



Amazônia: pressões e conscientização

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede – Rua da Glória, 122 Gr. 105, Cep 20241, Rio de Janeiro – enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Isaac Abilio**
Caixa Postal 1107
Lobito – Angola
- **Vilmar Betú**
Rua Giacomo Peruchi 174
Pinheirinho
CEP 88800 – Criciúma – SC
Brasil
- **José Nilvan Almeida de Araujo**
Rua Pe. Amâncio Leite 488
CEP 58840 – Pombal – PB
Brasil
- **Giovani Amado**
Rua Barata Ribeiro 369/1004
Copacabana
CEP 22040 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
- **Carlos Alberto Amato**
Rua Tamanadaré 361 – Centro
CEP 12500 – Guaratinguetá – SP
Brasil
- **Sebastião Vera Cruz**
Av. Ipiranga 84 apto 1802
Centro
CEP 01039 – São Paulo – SP
Brasil
- **Aniceto Padilla**
Eliodoro Camacho 1194
Cochabamba – Bolívia
- **Claudio Maffei**
Rua Antonio Magnatti 35
CEP 18540 – Porto Feliz – SP
Brasil
- **Tácito Pereira dos Santos**
Caixa Postal 1823
CEP 78900 – Porto Velho – RO
Brasil
- **Antonio Dias Dala**
Caixa Postal 3217
Luanda – Angola
- **Camilo Vicente Numby**
Av. Água Grande
Ribeiro Capital 306
São Tomé – R D S T P
- **Sérgio Paulo da Mata**
Av da Água Grande
Ribeiro Capital 365
São Tomé e Príncipe
- **Victor Manuel Monges**
Caixa Postal 28
São Tomé e Príncipe

- **Fábio Capistrano Costa**
Av Luciano Carneiro 1365
CEP 60000 – Fortaleza – CE
Brasil
- **Edson Machado**
Caixa Postal 3136
CEP 20001 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
- **Vânia Maria Casiraghi**
Barra Grande Itapejara D'Oeste
CEP 85580 – PR
Brasil
- **Clélia Aparecida Montezano de Souza**
Rua Rocha Pombo 869
Caiçara
CEP 79070 – Campo Grande – MS
Brasil
- **Otávio Vargas Valentim**
Rua Giacomo Adoifi 153
CEP 03920 – Sapopema – SP
Brasil
- **Washington Luiz Bezerra Dantas**
Rua Rogaciano Santana 89 Apto 103
Rio Doce
CEP 53140 – Olinda – PE
Brasil
- **Valmir Stahlink**
Caixa Postal 150
CEP 95300 – Lagoa Vermelha – RS
Brasil
- **Nilton José Dantas Wanderley**
Caixa Postal 32
CEP 58700 – Patos – PB
Brasil
- **José Carlos Santana**
Quadra J 212
Lomanto Junior
CEP 45600 – Itabuna – BA
Brasil
- **Paulo Roberto Ridiogues Soares**
Av. Ezelino C Glória Bloco 51 B Apto 34
Rodeio
CEP 08765 – Mogi das Cruzes – SP
Brasil
- **Napoleão José Mota**
Caixa Postal 1044
Lobito – Angola
- **Arnaldo B S Neto**
Av Cosnt. Nery Conj. Tocantins Bloco 1
Apto 304
CEP 69000 – Manaus – AM
Brasil
- **Enrique Hurtado**
San Sebastián 305
C/ Maximo Gomez y Cadena
Guanabacoa d Habana
Cuba
- **Luiz Neto**
r. Baky 153 r/ 21 A
Az – CCP – CCCP – URSS
- **Filomeno de Jesus**
r. Baky 153 / r 21 – A
Az – CCP – CCCP – URSS

Cadernos do TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Ribeiro, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Eduardo Galeano, Juan Somavía

Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincoc (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Elevando Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariantoni (Uruguai), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopal Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario da Cunha (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rummell (Peru), Theotonio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias. Colaboradores: Adérito Gusmão, Dayse Vitoria e Guilhermina Ierec. Centro de Documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lapa Drum, Yara Alexandre R. C. Menezes, Afonso Cézar N. F. da Silva. Administração do Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa. Programador: Antônio Carlos S. Aguirre. Composição: Luzia A. Neiva e Paulo Rui G. Batista. Revisão: Cléa Márcia Soares. Diretor Administrativo: Henrique Menezes, Deptº de Assinaturas e Circulação: Rafael Peres Borges Filho. Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro/Brasil – Tel. 222-1370/242-1957/ Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

• Edição em Português:

Diretor: Neiva Moreira/Editor: Procópio Mineiro. Editor Assistente: Antônio Carlos da Cunha. Sucursais: Paulo Cannabarra Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia). Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200 Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol

Sucursal del Rio de la Plata / Cone Sul Directores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio. Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideu, Uruguai – Distribuição no Uruguai: Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq., Ciudadela.

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue – Buenos Aires – Argentina

• Edição em Inglês:

Editor: Bill Hinchberger/Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil

Cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Méxi-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. Fotos: Reuters.

ISSN - 0101-7993

Capa: Pedro Toste

CARTAS

Incoerência peruana

Como escritor e jornalista, tendo dedicado mais de 40 anos ao estudo científico dos problemas do Próximo e Médio Oriente e do Magreb, dirijo-me a vocês, pela primeira vez, para denunciar o crescente envolvimento do governo peruano com Israel.

Hoje, é público e notório aqui a existência de dezenas de assessores que vieram de Israel para as mais diversas funções, no Peru. São também muitas as viagens que deputados, senadores e funcionários do alto escalão do governo realizam àquele país. Não há menor dúvida que funciona assim um excelente lobby sionista, com seus mecanismos de corrupção.

O grave para a segurança nacional do Peru é que Israel mantém estreitas relações de colaboração militar com o Chile. Em 1981, durante o incidente fronteiriço entre o Peru e o Equador, o exército peruano descobriu o apoio logístico dado pelos sionistas a nossos agressores. Pode-se dizer que a gravíssima situação econômica que atravessa o Peru, por ter-se afastado da política opressiva do Fundo Monetário Internacional-FMI, seria evitada, pelo menos em parte, se a política externa do atual do país, frente aos árabes, fosse, na verdade, coerente com o que o governo disse, em 1985, quando prometeu estreitar os laços de amizade com os países do mundo islâmico. Onde está a coerência do governo peruano frente à revolução sandinista, se todo mundo sabe que os maiores inimigos do atual regime de Manágua são os Estados Unidos e Israel?

Rafael Guevara Bazan
Calle Rey Bahamonde, 121,
Lima, Peru

Conhecer a realidade

Antes de mais nada, gostaria de parabenizar a todos que fazem terceiro mundo pelo alto nível dessa publicação, que nos permite o acesso a informações fidedignas sobre a nossa realidade e a de nossos países irmãos.

Interessa-me, sobremaneira, tudo que se relaciona com a integração latino-americana, e penso que é de vital importância o intercâmbio cultural entre nossos povos.

Mônica Queiroz - Recife-PE



Um chamado de Bangladesh

A enchente que destruiu vidas, propriedades, postos de trabalho e outros bens, em Bangladesh, já acabou. No entanto, a pobreza, a desnutrição, a fome e as privações – a corrente invisível – persistirão, entretanto, por muito tempo. Muito mais vidas humanas se perderão, somando-se a estas calamidades. A única forma de evitar este destino trágico é fazer com que os pobres, as vítimas silenciosas deste processo, sejam educados, organizados e mobilizados, em uma ação coletiva.

A Associação para o Atendimento das Necessidades Básicas (Arban) é uma organização não-governamental que trabalha com os mais pobres entre a população pobre: ou seja, 80% da população do país. Nossa objetivo é contribuir para melhorar as condições sócio-econômicas, para que as pessoas que possam sentir-se um pouco mais dignas, um pouco mais humanas. Mas, são seres que não têm poder, nem voz, nem apoio. Vivem na total ignorância, desamparo e pobreza. Sofrem desnutrição, doença e exploração. As vozes de dezenas de milhões de pobres desesperados não chega aos ouvidos daqueles que controlam nossa sociedade e sua estrutura de poder.

Um dos trabalhos a longo prazo é dar-lhes a educação e a informação necessárias, para que entendam quais as causas verdadeiras da fome que sofrem e possam chegar a questionar o sistema e sua estrutura. É por essa razão que a Arban, nossa organização, está levando adiante vários cursos e programas de treinamento profissional, tanto para jovens como para adultos.

Mas, isso não é suficiente. Há que se fazer algo a curto prazo. Essa gente carente necessita de ajuda para sobreviver e continuar lutando.

Por isso, fazemos um apelo aos leitores de terceiro mundo para que nos estendam sua mão, como muitos já fizeram na última catástrofe que assolou nosso país. Podem ajudar-nos tanto moralmente como materialmente, enviando-nos roupas, livros, brinquedos, utensílios, móveis, medicamentos, seringas, barracas de campanha, sabão e materiais de higiene em geral, assim como qualquer outra forma de assistência ou contribuição. Nós garantimos, através da Arban, que esta ajuda chegará ao seu destino apropriado.

Mohammad Kamaluddin
Arban
G.P.O. Box 2242
Dhaka-1000
Bangladesh

Ativista do Suriname

Sou uma ativista político-cultural do Suriname e pertenço a uma organização de mulheres do meu país. Sou responsável, ainda, por um programa de rádio que vai ao ar semanalmente, em uma emissora local, sobre questões relativas à mulher, sua inserção no mundo atual, a solidariedade internacional, etc..

Quando estive recentemente em Havana, por ocasião do Terceiro Encontro Continental de Mulheres, pela primeira vez tomei conhecimento da existência de Third World (a edição em inglês do terceiro mundo). Apesar de estar muito ocupada, já durante a realização do encontro comecei a ler seus artigos e fiquei impressionada com a seriedade do enfoque e a amplitude temática.

Não só decidi assiná-la, como também já conversei com outras companheiras para que façam o mesmo.

Nadia Reveles
Paramaribo, Suriname

Conscientização

Primeiramente gostaria de parabenizar a todos os responsáveis por esta ótima publicação e pelo alto nível que caracteriza este periódico há tantos anos e do qual sou leitor desde o final de 1988.

Aproveito o ensejo para dizer-lhes que venho indicando aos meus colegas de faculdade (sou acadêmico de Ciências Econômicas) que passem a ler esta publicação, em face de sua postura de conscientização do socialismo como saída para os problemas que afligem o nosso querido Terceiro Mundo (tão explorado pelos capitalistas do Primeiro Mundo).

Rui de Almeida
Curitiba-Paraná

Esquadrão da morte, nas Filipinas

Somos da "Third World Network" e queremos chamar a atenção dos leitores da revista para os assassinatos recentes de três advogados de destacadada atuação na defesa dos direitos humanos, nas Filipinas. São eles: Ramos Cura, morto em 18/6/88; Alfonso Surigao, 24/6/88; e Emmanuel Noel Mendoza, 2/7/88. (Veja "Onda de assassinatos", terceiro mundo, edição nº 117, p. 35). Os dirigentes do governo têm-se reunido para discutir o surgimento de esquadrões da morte, no país. Gostaríamos de que os leitores da revista terceiro mundo enviassem cartas à presidente Corazón Aquino (Malacanang Palace, Manila, Filipinas), repudiando os assassinatos e pedindo providências imediatas contra os esquadrões da morte, no país.

Third World Network
87, Cantonment Road 10250
Penang Malaysia

PANORAMA TRICONTINENTAL



Martti Ahtisaari, da ONU, não evitou ataque sul-africano à Swapo

NAMÍBIA

Ajuda para repatriar

O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuellar, pediu à comunidade internacional que finance o programa de repatriação de cerca de 59 mil namibianos no exílio. Numa conferência especial, em Nova Iorque, Pérez Cuellar chamou a uma colaboração "oportuna" com as necessidades do programa do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), que permitirá aos namibianos "retornar pacífica e dignamente a seu país de origem e participar no processo eleitoral de primeiro de novembro".

Os fundos requeridos para financiar as atividades da Acnur, nos 12 primeiros meses, ascendem a 38 milhões e 500 mil dólares, destinados a proporcionar assistência alimentícia, assim

como ajuda para a saúde, habitação e reabilitação dos repatriados.

A Namíbia se prepara para obter sua independência, depois de 70 anos de governo colonial, sob a ocupação do regime racista da África do Sul. O plano da ONU, contido na Resolução 435 do Conselho de Segurança (de 1978), convoca a África do Sul a terminar a ocupação ilegal da Namíbia e a permitir a instalação de um governo independente, depois de realizar eleições "livres e justas", sob a supervisão e o controle da ONU. Os repatriados namibianos contarão com o apoio das Nações Unidas para poder participar de forma plena e livre no processo eleitoral, sem riscos de que sejam presos, detidos, intimidados ou encarcerados.

ÁFRICA DO SUL



Contra o apartheid

No dia 21 de março, o mundo celebrou, mais uma vez, o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, uma data que lembra o massacre de Sharpeville, de 1960, quando a polícia sul-africana matou 69 manifestantes e feriu outros 180, durante um protesto negro contra a lei de passes.

O movimento negro sul-africano realizou diversas manifestações durante a data, enquanto dezenas de presos faziam uma greve de fome, para denunciar a injustiça do regime e o fato de estarem detidos – alguns há mais de um ano – sem culpa formada e sem possibilidade de defesa.

Nas Nações Unidas, o secretário-geral Javier Perez de Cuellar acusou a África do Sul de não responder às demandas de seu próprio povo e da comunidade internacional, para que eliminate o regime racista. O secretário-geral renovou a sugestão de que o governo de Pretória crie condições para a livre consulta entre os diferentes segmentos do povo, liberte o líder Nelson Mandela e os demais prisioneiros negros que fazem oposição ao apartheid.

ANGOLA

Bons exemplos

Um oficial do exército angolano, o tenente-coronel Manuel Francisco "Ngakumona", foi rebaixado a soldado, expulso do exército e condenado a 24 anos de prisão pelo Tribunal Militar de Luanda. Ele ordenou a sete soldados, sob seu comando, que fuzilassem um ladrão, que roubara a carteira de sua esposa. A sentença do tribunal qualifica o crime e deixa claro que atos desse tipo, que afetam a moral pública, devem ser exemplarmente punidos.

Recentemente, em Pernambuco, um oficial da polícia militar, responsável por um dos piores crimes ali registrados, que vitimou dois passageiros de um ônibus, foi condenado a 90 anos. A justiça deve ser igual para todos, civis e militares.

MOÇAMBIQUE

Congresso da Frelimo

O V Congresso da Frelimo, que se realizará em julho, expressa um momento decisivo da revolução moçambicana. O país inteiro está voltado para o debate das teses do Congresso e o tom das discussões revela um clima de liberdade democrática e revitalização do processo revolucionário.

O semanário "O Tempo", de Maputo, traz, em uma de suas últimas edições, uma ampla informação sobre a natureza dos debates, que vão desde questões ideoló-

gicas a problemas trabalhistas de moralização da vida pública.

A "candonga", uma espécie de mercado livre tolerado, foi objeto de duros questionamentos. "A existência de dezenas de toneladas de produtos de primeira necessidade nesses mercados revela o envolvimento de elementos ligados às estruturas do governo a altos níveis, conforme concluíram trabalhadores", informa a revista. Os abusos de poder em benefício pessoal, por parte de elementos das organizações de base do partido Frelimo, foram apontados.

Mas não são só esses aspectos negativos que aparecem na análise das teses do congresso. Há um anseio de participação e aprimoramento que se reflete em uma multiplicidade de iniciativas. O partido avança e se fortalece com o debate livre. Em Cabo Delgado, uma província histórica por sua participação na guerra de libertação, foram recentemente reorganizadas mais 78 cédulas da Frelimo e criadas 92. Realizaram-se 16 seminários distritais, abrangendo 334 células partidárias.

Moçambique enfrenta a fome e a guerra. Apesar disso registra avanços não só políticos, mas também no campo da administração e nos seus projetos de desenvolvimento.

TUNÍSIA

Prossegue o diálogo

A segunda rodada de conversações entre a Organização para Libertação da Palestina-OLP e o governo



Como presidente, Arafat é recebido na Polônia por Jaruzelski

dos Estados Unidos, que teve lugar em Túnis, foi um diálogo "sério e positivo", segundo afirmou o presidente da OLP, Yasser Arafat.

Pelo lado norte-americano foi ao encontro o embaixador Robert Pelletreau, enquanto pelos palestinos compareceu Yasser Abdo Raddo, membro do comitê executivo da OLP. Ambos tinham participado das primeiras conversações, iniciadas em dezembro de 1988, também em Túnis.

A agenda e o nível do acordo vislumbrado nos entendimentos fizeram avançar o processo de aproximação entre Washington e a direção palestina. Arafat disse que se observa uma evolução concreta na posição norte-americana e um sério interesse na continuidade do diálogo, apesar de todas as pressões contrárias realizadas pelo governo israelense.

A administração Bush parece disposta a superar o

entre os quatro membros, mas estará igualmente aberto à adesão dos demais países árabes. O Conselho deve atuar nas áreas industrial, agrícola, de transporte e comunicação, educacional, cultural, científica, tecnológica, social, de saúde, turística e outros, incentivar os investimentos e projetos e buscar a formação de um mercado comum.

O acordo deixa claro um ponto importante: não será uma iniciativa à parte da nação árabe. Ao contrário, compromete-se com a Carta da Liga Árabe, com o Tratado de Defesa Conjunta e a Cooperação Económica e com os demais instrumentos decorrentes da ação da Liga. Esses aspectos unitários foram destacados pelo presidente do Iraque, Saddam Hussein, em seu discurso na sessão de formação do Conselho.

MUNDO ÁRABE

Cooperação e integração

O Iraque, a Jordânia, o Egito e o Iêmen do Norte, através dos seus mais altos mandatários, o presidente Saddam Hussein, o rei Al-Hussain Bin Talal, o presidente Mohamed Hosni Mubarak e o presidente Ali Abdulla Saleh, acabam de criar o Conselho de Cooperação Árabe. O documento constitutivo foi discutido e assinado em Bagdá, nos dias 15 e 16 de fevereiro, que corresponde a 9 e 10 de Rajab, do ano de 1409 da Hégira.

O novo Conselho deve promover a cooperação, a integração e a solidariedade

CAMPUCHEA



Em mais um passo para a pacificação do Camboja, o primeiro-ministro vietnamita Nguyen Van Linh confirmou a retirada de suas tropas até setembro e espera um próximo acordo entre o primeiro-ministro campuchiano Hun Sen e o príncipe Norodom Sihanuk.

FILIPINAS

Pressão mundial

Os grupos de direitos humanos das Filipinas estão pedindo o apoio da opinião pública mundial, para impedir a continuação das execuções de trabalhadores e seus aliados, na região de Cebu, onde um ativo esquadrão-da-morte vem servindo aos interesses da mina de cobre Atlas, eliminando sindicalistas e outros trabalhadores. Dez membros do Sindicato Primeiro de Maio já foram mortos e alguns deles tiveram antes as casas arrasadas por bombas de grande potência.

Para denunciar os acontecimentos e pressionar a favor dos direitos dos trabalhadores, a Comissão dos Grupos de Apoio aos Sindicatos Filipinos está distribuindo cartões postais, com imagens da guerra movida pelos esquadrões contra as lideranças operárias. No verso, uma mensagem e o endereço da diretoria da Atlas Consolidated Mining and Development Corporation (DAS, Toledo City,

Cebu - Philippines).

A mensagem é direta e exige à direção da mina Atlas, em Cebu, que cesse a utilização do terrorismo contra as lideranças sindicais, deixando de utilizar os serviços do chamado Kadre, os assassinos profissionais. Além disso, acusa a direção da mina de tentar influir nas eleições sindicais, para formar uma diretoria submissa.

Os defensores dos direitos humanos nas Filipinas estão aumentando suas reclamações contra a proliferação dos grupos de extermínio, exatamente quando o país vive um período de reconstrução democrática sob Corazón Aquino, após a longa ditadura de Ferdinand Marcos. Para os ativistas, o governo de Aquino não tem sabido pôr um freio às execuções de políticos, advogados e sindicalistas identificados com propostas progressistas (veja, a propósito, terceiro mundo, edição nº 117, p. 35: Onda de assassinatos).

NO MORE KILLINGS!

Victor Castillon,
Union member shot by vigilantes
in Atlas coppermine, Philippines

O corpo de Victor Castillon, sindicalista morto na mina de Atlas

AFEGANISTÃO



Derrotados no plano de conquistar a cidade de Jalalabad, onde pretendiam instalar seu recém-formado governo rebelde, os guerrilheiros afegãos lutam para obter apoio diplomático à sua luta contra o regime comunista de Cabul. Na foto, Gulbuddin Hekmatyar, ministro do exterior do autoproclamado governo rebelde, quando chegava para contatos em Bangladesh.

MÉXICO

A esquerda fragmentada

A aliança dos partidos de esquerda, constituída para as eleições de julho do ano passado, está em processo de fragmentação. Contra o que se podia esperar, a Corrente Democrática começou a perder força, ao mesmo tempo em que o governo de Carlos Salinas de Gortari avança e gera uma atmosfera de mudanças e avanços em seu projeto governamental.

Rafael Aguilar Talamantes, presidente do Partido das Frentes Cardenista de

ANGOLA

Reconstrução Nacional (PFCRN) anunciou, recentemente, sua realiança com o partido oficial. Sua conduta deixou entrever que a aliança com o engenheiro Cuauhtémoc Cárdenas e os partidos políticos, que o apoiaram em sua candidatura à presidência, foi só tática e que, na realidade, sua histórica vinculação com o PRI regressa a seu curso natural.

A formação de um grupo parlamentar da Corrente Democrática, que agora trabalha junto com Cárdenas na criação do novo Partido da Revolução Democrática (PRD), deu oportunidade ao PFCRN para regressar ao governo. Se havia dúvidas quanto ao verdadeiro papel do PFCRN, as mesmas foram atenuando-se. Em março, Aguilar Talamantes resolveu convidar um orador do PRI, para que falasse no ato de comemoração do 51º aniversário da nacionalização do petróleo mexicano. A razão colocada para o convite foi a batalha pela renegociação da dívida externa, pedida, segundo Talamantes, por todo o povo mexicano. Esse ato de concórdia entre os cardenistas e o PRI pode ter sido um sinal de civilidade e maturidade política. As expressões de rejeição, por parte das bases, mostraram que as diferenças realmente existem.

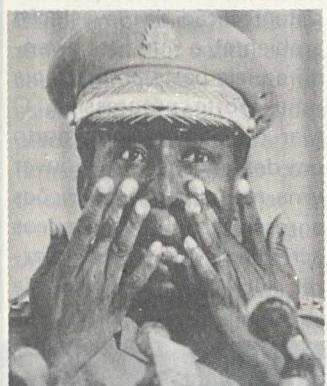
O incidente levantou uma série de questionamentos sobre a continuidade do projeto da Frente Democrática Nacional (FDN). O PFCRN anunciou também sua permanência na aliança com o PPS e o PARM (Partido Popular Socialista e Partido Autêntico da Revolução Mexicana), duas instituições políticas que também têm

alianças históricas com o partido do governo.

Dessa forma, Cuauhtémoc Cárdenas vai ficando sozinho na sua luta contra o regime de partido único e em favor da democratização real do país. Com ele, resta apenas a Corrente Democrática, presente no Congresso, e um partido desaparecido na pior crise econômica de sua história: o Partido Mexicano Socialista (PMS).

Salinas de Gortari, enquanto isso, avança e pouco a pouco começa a ganhar a legitimidade que a oposição lhe arrebatou durante sua subida ao poder em 1º de dezembro passado.

*Ernesto Osório
HAITI*



O general Prosper Avril, no poder desde setembro – quando derrubou o general duvalierista Henri Namphy, que derrubara em junho o presidente civil Leslie Manigat – conseguiu derrotar uma tentativa de golpe, no início de abril. Como pano de fundo, interesses contrariados de alas militares envolvidas com o tráfico de drogas. O clima é de instabilidade. Aparentemente, o general Avril conta com o apoio de Washington, que, contudo, deu asilo a quatro dos cabeças da rebelião.

COLÔMBIA

M-19 inicia nova etapa



A guerrilha do M-19 admite a via eleitoral, mas exige reformas

O movimento guerrilheiro M-19 (19 de abril) iniciou, em março, a etapa de "transição" rumo à vida civil, dentro do plano de paz do governo colombiano. O ministro do Interior, Raúl Orejuela, se reuniu com o comandante geral do M-19, Carlos Pizarro, em Santo Domingo, no município sulista de Cauca, e afirmou que o governo dará as garantias políticas e econômicas que exige o M-19, para iniciar a etapa de transição, contemplada numa iniciativa de paz apresentada pelo presidente Virgilio Barco, em setembro de 1988.

Depois do início do diálogo direto entre o conselheiro presidencial para a paz, Rafael Pardo, e o comandante Pizarro, em 10 de janeiro, a reunião entre o chefe guerrilheiro e o ministro Orejuela foi o contato de mais alto nível entre ambas as partes.

Além das garantias políticas, os temas abordados foram o melhoramento das relações entre o exército e o M-19 e a definição sobre um

temário de reformas sociais.

Calcula-se que cerca de 500 guerrilheiros do M-19 se concentraram na zona do encontro. Ainda que o M-19 não seja o majoritário nem o mais ativo dos seis grupos armados que operam na Colômbia, é um dos que maior incidência têm tido na recente vida política do país.

Surgido há 16 anos, como uma cisão armada da Aliança Nacional Popular (Anapo), fundada por Gustavo Rojas Pinilla (1953-57), em aliança com ex-guerrilheiros das insurretas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o M-19 foi a primeira guerrilha urbana do país. Durante o governo de Belisario Betancur (1982-86), o M-19 participou dos diálogos e posteriores acordos de paz, assinados em 1984.

Além do M-19, também assinaram os acordos de paz de 1984 as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Farc, o Exército Popular de Libertação-EPL, e os minoritários Movimento Indigenista "Quintín Lame" e o

Partido Revolucionário dos Trabalhadores-PRT.

O Exército de Libertação Nacional-ELN foi o único grupo guerrilheiro que não participou do falido processo de paz.

Depois do acordo de trégua e de diversos incidentes protagonizados pelas forças armadas e colunas guerrilheiras, os rebeldes retornaram à beligerância em 1985.

HONDURAS

O poder militar

Com um orçamento anual que ultrapassa os 150 milhões de dólares, 20 mil homens perfeitamente equipados, a aviação mais poderosa da região e uma nova estrutura operativa, as forças armadas de Honduras se consolidam em 89, como o poder real no país.

Segundo o orçamento do governo para os anos fiscais 1988-89, o setor defesa e segurança dispõe de 75 milhões de dólares. Mas, essa quantia se complementa com a assistência dos Estados Unidos, que foi de 81 milhões 500 mil dólares em 1988 e que em 89 pode chegar aos 80 milhões.

Os 150 milhões de dólares das forças armadas são quase o dobro do orçamento da saúde e se equivalem ao da educação, que este ano terá um pouco mais de 200 milhões de dólares. Os elevados gastos militares receberam fortes críticas, não só de setores tradicionais da oposição, mas também de alguns empresários conservadores. No entanto,

o alto comando militar, justifica seu orçamento com a ajuda externa e a situação regional. Nesse sentido, conforme foi mudando a situação política da região, os Estados Unidos aumentou à níveis desproporcionais sua ajuda, denominada por alguns de "a praça de armas de Washington" na América Central.

Em 1979, Washington repassou dois milhões e 300 mil dólares em ajuda militar. Em 1980, a soma se elevou a 4 milhões e só dois anos depois atingiu a cifra de 30 milhões. Em 1984, passou para 77 milhões e 400 mil dólares, isto é, em 4 anos, a assistência aumentou quase 4 000%.

Atualmente as Forças Armadas hondurenhas estão integradas por 20 mil homens, sem contar os quatro mil policiais e as forças de segurança. Os militares atingiram um alto grau de profissionalização, devido fundamentalmente à preparação conjunta que tiveram nos últimos anos com militares norte-americanos.

Observadores políticos afirmam que os mil e 200 fuzileiros estacionados permanentemente no país e os milhares de soldados norte-americanos que participam nas manobras são quase parte da estrutura das forças armadas locais. Apesar do país não estar em guerra os militares continuam se armado. Exemplo disso é o incremento da força aérea, com uma dezena de aviões caça-bombardeiros F-5, enviados em fevereiro pelos Estados Unidos.

A partir deste ano, as forças armadas se dividirão em três brigadas de infantaria, e uma de artilharia (às quais ficarão subordinados os ba-

talhões de infantaria e de artilharia existentes no país). Essa estrutura coincide com as novas nomeações que significaram mudanças na cúpula do poder militar. Essas mudanças, segundo se afirma, foram decididas pelo conselho superior da força armada (Cosufa), organismo que está fora da estrutura das forças armadas, mas que, na prática, é o verdadeiro poder dentro da instituição castrense. Assim, Regalado Hernández se consolida como o "homem forte" do país, como em outra época o foi o general Gustavo Alvarez Martínez, nos momentos em que o presidente Azcona inicia seu último ano de governo e os partidos políticos vivem a etapa pré-eleitoral, esboçando suas estratégias para a campanha presidencial.

CUBA

Caminhos da igreja

Depois de trinta anos de ação circunscrita ao espaço dos templos, a igreja católica cubana tenta desenvolver novos caminhos para propagar a fé, através da elaboração de literatura religiosa. A alta hierarquia se mostra interessada, há meses, na criação de um serviço editorial próprio e independente, que facilite a publicação desse tipo de material.

A igreja pretende adquirir equipes para a impressão de folhetos e outros materiais, e não descarta a possibilidade de que, em data não muito distante, uma rádio

estatal divulgue seus pontos de vista. Os planos da direção da igreja católica começaram a ser abordados em 1987, quando o governo do presidente Fidel Castro deu mostras de abertura para com as diferentes manifestações religiosas da ilha. Uma impressora off-set, que será operada pela igreja, será montada em Havana, com recursos de bispos da Alemanha Federal.

Na atualidade, a igreja cubana só dispõe de duas pequenas publicações com uma tiragem muito limitada: a página dominical "Vida Cristã" e o boletim mensal "Aqui a igreja". A maioria dos bispos confia em obter também, num prazo mais ou menos curto, uma maior presença da igreja nos diferentes campos da vida do país.

Além da abertura no terreno das comunicações, a igreja procura aproveitar as facilidades concedidas pelo Estado para organizar uma biblioteca móvel que contaria centenas de títulos sobre sociologia religiosa, encíclicas, história e obras do pensamento cristão. Esse centro cultural seria organizado na paróquia de Santo Cristo de Boa Viagem, situada na parte histórica de Havana, com o respaldo financeiro dos católicos franceses. O presidente da Conferência Episcopal da França, arcebispo Jean Vinet, visitou Cuba em 1984, entregou dinheiro ao governo para financiar uma rede de escolas especiais para crianças deficientes, à margem do Ministério da Educação.

O arcebispo de Havana, d. Jaime Ortega, expressou que, na atualidade, "não existem mudanças espetaculares na vida da igreja em

Cuba", mas "existe mais espaço para a ação pastoral e se permite trabalhar livremente". Nos últimos quatro anos, o governo cubano manteve contínuos diálogos com as diferentes igrejas, em especial a católica, que garante contar agora com maior número de seguidores na ilha.

MEIO AMBIENTE

Agoniza o Mar do Norte

Milhares de toneladas de produtos tóxicos são lançados, anualmente, no Mar do Norte, talvez na mais persistente ação de devastação ambiental, o que está levando aquela parte do oceano a uma morte progressiva. O Mar do Norte estará morto em dez anos, se não houver uma reversão das condições agressivas, o que poucos acreditam que possa ocorrer, uma vez que exigiria



Epidemias matam os animais

providências que afetariam drasticamente a economia dos mais ricos países europeus. O grupo ecológico Greenpeace denuncia, por exemplo, que já não existe vida marinha em torno das numerosas torres de petróleo da região. Manchas de até 200 toneladas de petróleo são comumente vistas em torno das plataformas, sem que haja qualquer ação rotineira de limpeza.

O Mar do Norte já sofre, periodicamente, da falta de oxigênio em alguns pontos, e o processo de eutroficação (excesso de nutrientes) é considerado muito avançado, determinando a multiplicação de algas. Pelos estudos do Greenpeace, metade da poluição é provocada pelas águas despejadas pelos rios, como o Tâmisa e o Reno, embora os metais pesados (cádmio, cobre, zinco, chumbo, níquel e cromo) caiam no oceano trazidos pelos ventos que sopram as fumaças industriais do continente europeu. O Mar do Norte recebe a cada ano uma carga tóxica mortal: 1,5 milhão de toneladas de nitratos, 100 mil toneladas de fosfatos, 370 toneladas de cádmio, 5.000 toneladas de cobre, 12 mil de chumbo, 34 mil de zinco, 6 mil de cromo, 2.500 de níquel, 900 de arsénico e 3,3 toneladas de bifenil-policlorados.

DIREITOS HUMANOS

Jornalistas mortos

Uma organização internacional de defesa dos direitos humanos dos jornalistas denunciou que pelo

menos 24 profissionais de informação foram assassinados durante 1988, dos quais oito na América Latina.

O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPP) – uma agrupação independente com sede nos Estados Unidos – afirmou que, também no ano passado, 90 jornalistas sofreram agressões físicas, outros 250 foram detidos, e pelo menos 23 correspondentes estrangeiros foram expulsos dos países em que trabalhavam.

Segundo o comitê, o Afeganistão foi o país "mais perigoso" para o trabalho dos correspondentes estrangeiros. Quatro jornalistas – do Japão, Noruega, Paquistão e da União Soviética – perderam a vida em 1988, em tiroteios, quando cobriam o conflito afgão. É a cifra mais alta dos 10 anos de guerra naquele país.

Na América Latina, o Comitê denunciou a morte de oito jornalistas – no México, Brasil e Colômbia – e disse que pelo menos três deles foram assassinados, enquanto estavam trabalhando em reportagens sobre drogas e narcotráfico. As denúncias foram anteriores ao assassinato de três jornalistas, dois salvadorenhos e um holandês, em El Salvador, em 18 de março, durante a realização das eleições naquele país. (Ver artigo nesta edição)

"O comércio internacional de drogas está surgindo como uma nova ameaça para os jornalistas das nações subdesenvolvidas", afirmou Anne Nelson, diretora executiva do comitê. "Na atualidade", ressaltou Nelson, "cresce a censura pela violência, particularmente contra jornalistas que

criticam os narcotraficantes e os funcionários corruptos".

Em relação com o Chile, o CPP denunciou que as ameaças de morte, agressões e detenções continuaram acossando aos jornalistas durante o ano de 1988. depois da derrota do general Augusto Pinochet, na votação do plebiscito de 5 de outubro, a polícia agrediu cerca de 23 jornalistas, quando cobriam os festejos da oposição no centro de Santiago. Metade deles teve que ser hospitalizada.

INFORMAÇÃO

O Guia em inglês

A prestigiosa publicação internacional "Le Monde Diplomatique" (Paris, abril/89), publica uma sugestiva informação sobre "Third World Guide", a versão inglesa do "Guia do Terceiro Mundo" (a edição brasileira circulará em maio), de autoria de Edouard Bailby, destacado jornalista francês.

É a seguinte a nota:

"Estamos tão habituados a pesquisar o mundo sob a ótica europeia, que esquecemos daqueles que o vêm de forma diferente. O Guia em inglês que a revista *Cadernos do Terceiro Mundo* acaba de lançar, nos revela esta nova visão do mundo. Contendo abundantes estatísticas, que os autores buscaram em fontes oficiais e não-governamentais, esta obra nos fornece um retrato da humanidade de hoje sob a perspectiva do Terceiro Mundo. Analisa num cap-

tulo "Os sete mitos da fome" e, em outro, a crise da dívida. Podemos destacar também o "poder" do know-how nos países em desenvolvimento e as minibiografias de quarenta líderes do Terceiro Mundo já falecidos.

Para cada país é apresentada uma monografia acompanhada de um mapa e de estatísticas. À Namíbia,

OUVRAGES DE RÉFÉRENCE

THIRD WORLD GUIDE 89/90.

★ Editora Terceiro Mundo (Rua da Glória, 122, Grupo 105 CEP 20241, Rio-de-Janeiro), 1988, 626 pages, 250 F.

Nous sommes tellement habitués à ausculter le monde à partir de nos valeurs européennes que nous en arrivons à oublier que d'autres le voient différemment. L'annuaire, en anglais, que vient de publier la revue brésilienne *Cadernos do Terceiro Mundo* est à cet égard révélateur. Abondamment fourni de chiffres, que les auteurs sont allés puiser dans une multitude de sources, officielles et non gouvernementales, cet ouvrage nous offre un portrait de l'humanité d'aujourd'hui dans l'optique du tiers-monde. C'est ainsi qu'un chapitre est consacré aux « sept mythes de la faim », alors que, dans un autre, on y analyse la crise de la dette. Le « pouvoir » du know-how dans les pays en développement est particulièrement instructif. On relèvera aussi les minibiographies de quarante leaders du tiers-monde aujourd'hui disparus.

Pour chaque pays, une monographie agrémentée d'une carte et de statistiques. Si la Namibie, qui deviendra indépendante cette année, a droit à trois pages, la France et les Etats-Unis n'en méritent que la moitié, davan-tage pourtant que le Royaume-Uni et l'Union soviétique. Les auteurs ont ainsi sciemment choisi de mettre l'accent sur les pays périphériques, y compris les territoires dépendants. Tel est le cas de la Guyane française, dernière parcelle de l'Amérique du Sud « encore sous domination étrangère ».

EDOUARD BAILBY.

Le Monde Diplomatique

em processo de independência, cabem três páginas, já à França e Estados Unidos, a metade, e o mesmo para a URSS e o Reino Unido. É dada ênfase aos países periféricos – compreendidas as colônias – como no caso da Guiana Francesa, único país da América Latina “ainda sob o domínio estrangeiro”.

A oposição dividida

A existência de pelo menos duas candidaturas fortes, entre os partidos que apoiaram a campanha do "Não", no plebiscito do ano passado, ameaça a unidade da oposição a Pinochet, na volta das eleições presidenciais

Maria Celia Montijo

Com o fim das negociações dos partidos de oposição para encontrar um candidato único às eleições presidenciais deste ano, fontes da corrente socialista, presidida pelo ex-chanceler Clodomiro Almeyda, afirmaram que está se extinguindo o prazo para se definir a questão.

"Os chilenos exigem que se escolha logo o candidato único de oposição", diz Luciano Valle, membro do diretório do Partido Socialista de Almeyda, corno é conhecida, no Chile, a tendência liderada pelo ex-chanceler de Allende, que compreende a coalizão de 17 partidos "Pela Democracia", responsável pela campanha do "Não", no plebiscito de 5 de outubro do ano passado. Contra as pretensões continuistas do regime de Pinochet, no entanto, foi mais fácil unir do que agora, quando estão em jogo interesses partidários mais nítidos. Os dois mais importantes candidatáveis são Patrício Aylwin, presidente do Partido Democrata Cristão, e o dirigente radical Enrique Silva Cimma. Com peso menor, disputam a indicação Eugenio Velasco, de tendência social-democrata, e Alejandro Hales, independente.

Aylwin tem o apoio da Democracia Cristã e de um conglomerado de esquerda marxista e não-marxista, denominado "País". Integram esse grupo a Esquerda Cristã, o Mapu Obrero-Campesino, os socialistas de Clodomiro Almeyda, o Partido Comunista e o Movimento de Izquierda Revolucionária-Mir. Apóiam Henrique Silva Cimma o Partido Popular Democrático-PPD, os socialistas de Núñez, que têm raízes no Partido Socialista de Carlos Altamirano, e outras facções do Mapu. O grupo que apóia Aylwin representa aproximadamente 30% do eleitorado e o de Silva Cimma, 25%.

Os que lançaram Cimma para enfrentar Aylwin argumentam que a candidatura se fez necessária face aos indícios de que a "Democracia Cristã" ameaça repetir a experiência de 1964, quando Eduardo Frei foi eleito presidente. afirmam que, em caso de vitória de Aylwin, não seria organizado um governo de ampla participação das oposições, mas o governo de um partido só, o Democrata Cristão, que entregaria, no máximo, uma cadeira do gabinete, que poderia ser a da educação, aos radicais.

Um dos analistas políticos que pensam assim é o jornalista chileno André Jouffé, correspondente de vários veículos de comunicação estrangeiros. Segundo ele, "a candidatura de Silva Cimma, que começou como um elemento de pressão sobre os democratas cristãos, progressivamente consolidasse, como uma postulação séria, que pode chegar às últimas consequências, no primeiro turno eleitoral".

A direita também passa por um período de discussão de candidaturas. Aparecem com mais oportunidades Hernán Buchi, ministro da Fazenda do regime militar e autor do chamado "milagre econômico chileno" (que, na

verdade, favoreceu as transnacionais, no país) e algumas candidaturas paralelas, como a do empresário Francisco Javier Errazuriz e a do ex-embaixador chileno nas Nações Unidas, Sérgio Diez, que não reconhece as violações dos direitos humanos por parte da polícia de Pinochet. Também o líder do movimento de extrema-direita "Pátria y Libertad", Pablo Rodriguez Grez, tem sido lembrado como candidatável.

O segundo turno

Se o impasse, na oposição, não se define, é possível que Aylwin e Cimma disputem o primeiro turno. Caso a divisão impeça que um deles fique entre os dois mais votados, então, é provável que, no segundo turno, consiga-se a unidade que, neste momento, parece tão distante.

Alguns observadores perguntam por que os partidários de Silva Cimma não aceitam Aylwin, já que, por tratar-se de uma etapa de transição, é preferível que a presidência seja exercida por um homem que tenha o seu perfil, em vez de alguém ideologicamente mais definido.

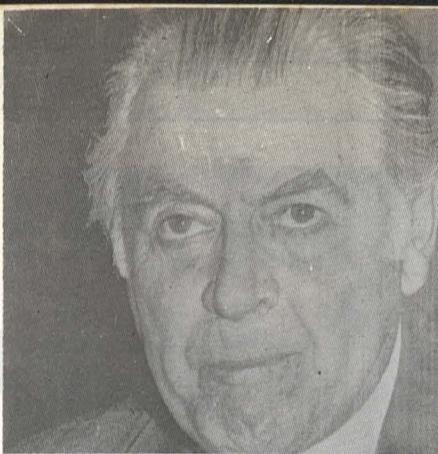
O problema, respondem os defensores da candidatura radical, é que, no Chile, a direita é forte. O sistema econômico, nos últimos anos, sobretudo por decisão de Pinochet, tem favorecido de certo modo as classes média e baixa. O que significa isso? Para André Jouffé, isso quer dizer que, se o próximo governo não for receptivo às reivindicações da grande maioria da população,

corre-se o risco de que, decepcionado, este povo, em 1993, vote no candidato que vier a representar a continuidade da política econômica de Pinochet.

"É trágico", diz o jornalista, "mas a verdade é que o pobre, no Chile, não está pior do que o pobre brasileiro, argentino, boliviano, peruano, venezuelano, colombiano,



A unidade oposicionista foi fundamental para a vitória no plebiscito



Acordo entre governo e guerrilheiros

Olhando para o Peru e a Colômbia, sufocados por uma luta armada que faz milhares de vítimas, o Equador decide prevenir e inicia conversações com o grupo armado Alfaro Vive, selando um acordo

As negociações foram conduzidas pelo ministro do Trabalho, César Verduga, para quem "o acordo é uma ação preventiva". No comunicado conjunto, no início de março, a organização insurgente – que não chega a ter a envergadura de suas similares do Peru e Colômbia – expressa a vontade de "participar da vida legal e política do país sem utilização das armas".

O governo, por sua vez, comprometeu-se a avançar num diálogo nacional pela "reativação econômica, a justiça social e o aprofundamento da democracia". Agora, depois do acordo de paz, o Equador começa a recobrar em parte sua normalidade política, perturbada durante cinco anos pela atividade guerrilheira.

Ainda que as operações do grupo alfarista não tenham sido muitas, convulsionaram um país que não tivera movimentos clandestinos de significação, nem conhecera experiências guerrilheiras similares às de quase todos os países do continente.

Essa "vocação pacifista" equatoriana resultou em que todos os setores sociais e políticos, salvo algumas vozes discordantes da extrema-direita, respaldassem o acordo, concebido pelo governo social-democrata como um passo "para recobrar a paz e consolidar a concórdia entre os equatorianos".

O presidente do congresso, Wilfrido Lucero, e porta-vozes da maioria dos partidos de centro, direita e esquerda, coincidiram em que o acordo é positivo.

Verduga, ministro negociador e ex-secretário executivo da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos (ALDHU), advertiu que os acordos não devem ser feitos quando os grupos armados já tenham crescido, como aconteceu em outros países. No entanto, muitos setores reclamaram que o Alfaro Vive deveria ter entregue as armas.

Nesse sentido, Pedro Moncada, por-

ta-voz do grupo, respondeu: "Se o ex-presidente Febres Cordero e toda a oligarquia entregarem o arsenal que possuem, nós devolveremos as poucas armas que estão em nosso poder".

As conversações entre os alfaristas e o governo começaram em setembro. O acordo foi anunciado em 26 de janeiro e ratificado em 7 de março. O grupo, criado em 1982, saiu à luz no ano seguinte, com o roubo da espada do general Eloy Alfaro, líder da revolução liberal de 1895 e em cuja homenagem o movimento adotou o nome.

Em seus dois primeiros anos, realizaram várias operações armadas, como assaltos a bancos, atos de propaganda e o sequestro de um importante banqueiro, fato que culminou com a morte do sequestrado e de vários membros do Alfaro e do grupo colombiano M-19, com o qual a ação foi compartilhada. A partir desse fato, o governo anterior iniciou uma perseguição sistemática aos alfaristas, que perderam seus principais dirigentes, ficando praticamente desarticulados e com muitos militantes na prisão.

A morte de seu líder máximo, Arturo Jarrin, foi o golpe mais forte, em 28 de outubro de 1986, precedida de outros três dirigentes do movimento insurgente. Isso completou o desmantelamento do grupo, que detectou sérias infiltrações em seu meio. Depois de recompor sua direção com novos elementos, o grupo atenuou a atividade armada, limitando-a a invasões de emissoras ou sequestros de jornalistas para entrevistas clandestinas. Pouco antes das eleições de 1988, o movimento afirmou que deporá as armas, para iniciar um diálogo com o novo governo.

Uma antiga cisão do Alfaro Vive, o grupo Montoneras Pátria Livre, declarou que não deporá as armas, ainda que em seus dois anos de vida só tenha praticado uma ação marginal. •

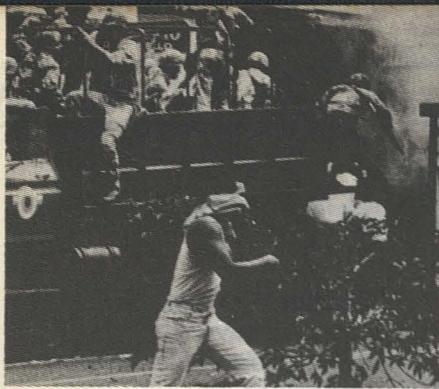
Patrício Aylwin: sem unanimidade

no ou equatoriano, países onde se acabou com as ditaduras, há alguns anos, e onde se tem governos constitucionais. As estatísticas de alimentação e desnutrição indicam isso."

No Chile, foi tão grande a riqueza acumulada por alguns setores que se tem permitido, sob pressão popular, que, nos últimos anos, as classes de rendas mais baixas, acumulem um mínimo de melhoria. "O processo inflacionário", acrescenta Jouffée, "foi reduzido, se bem que, em sua política inicial de choque econômico, Pinochet foi sanguinário. A grande massa dos trabalhadores ainda ganha pouco, mas a gente sabe que está dentro do mínimo. É óbvio que, para se impor esse modelo econômico, se estivéssemos numa democracia, teria havido derramamento de sangue, como o que acabamos de ver, na Venezuela".

Uma das dificuldades que vai enfrentar o futuro governo constitucional é que o Estado, através do plano de privatização, acelerado nos últimos meses pelo regime de Pinochet, perdeu grande parte de seus recursos. De agora em diante, será difícil atender às exigências em matéria de saúde pública, educação, etc.. As grandes empresas estatais, os serviços públicos básicos, como energia elétrica e telefone, estão sendo passados às empresas privadas. "Por isso, não é descabido pensar que a direita pode voltar, em 1993. Ela já detém o poder econômico e, assim, voltaria a ocupar o poder político, com uma margem para fazer alguma distribuição de riqueza", assinala Jouffée.

Diante desse panorama, adquire tom de extrema urgência a questão da disputa interna da oposição ao regime militar, com vistas às eleições presidenciais de dezembro. •



A Venezuela está diante de sua maior crise

Futuro negro

Analistas econômicos e porta-vozes governamentais coincidem: o país atravessa uma etapa de dificuldades que coloca distante o sonho de se recuperarem os níveis de crescimento da década de setenta

Fabricio Ojeda

Enquanto o ex-presidente Jaime Lusinchi gasta 2.500 dólares semanais em um "Spa" da Flórida, Estados Unidos, para se recuperar de seus cinco anos de governo, a Venezuela passa pela maior crise de sua história, com violentos distúrbios, saques generalizados, centenas de mortos, dezenas de desaparecidos e um escuro futuro sócio-econômico, nunca imaginado pelos 14 milhões de habitantes desse ex-país saudita-petroleiro.

No início do ano, os venezuelanos souberam da celebração de um faustoso e milionário "bota fora", qualificado como "boda do século" por um jornal da capital. Casavam-se dois jovens representantes da mais tradicional sociedade de Caracas (Tinoco e Cisneros), entre plumas, paetês, bebidas importadas e inacessíveis manjares, expostos à desassombrada visão de cinco mil privilegiados, muitos deles trazidos, especialmente, do exterior (com viagem e todos os gastos incluídos). A crise, titulou o matutino, "tem suas exceções".

E, aconteceu a mesma coisa, em fevereiro último, quando Carlos Andrés Pérez assumiu o poder ao estilo dos

Os distúrbios em Caracas abriram com presságios preocupantes o governo de Andrés Pérez

melhores tempos de seu primeiro governo. Centenas de seletos convidados, imensas e delicadas comilanças, hotéis de cinco estrelas repletos, exagerados mecanismos de segurança, rios de bebidas – foi o ostensivo cenário escolhido por Pérez para iniciar um governo que pressagiava "enormes sacrifícios" e grandes medidas de austeridade para "todos os venezuelanos".

Mas – ah! desilusão! – as medidas, na verdade, não eram para todos. E o povo saiu às ruas, quando soube que suas expectativas tinham sido fraudadas, quando as disposições governamentais começaram a esvaziar os bolsos e ulcerar os estômagos. As promessas de uma bonança, parecida à dos últimos cinco anos da década de 70, estavam agora depositadas na cesta de papel do Fundo Monetário Internacional, o inefável, frio e pragmático FMI.

Nuvens cinzentas

Em intervalos, durante a manhã, a televisão na Venezuela mostra um homem jovem, magro, de gravata e óculos, anunciando o que espera o povo venezuelano. Seu nome: Pedro Palma; profissão: analista econômico, um dos mais conceituados do país. Seu diagnóstico, negro... com poucas, muito poucas pinceladas cinzas.

Palma põe, como exemplo, cifras capazes de deprimir qualquer um, sobretudo na hora em que o venezuelano toma o café da manhã (hoje desapareci-

do das prateleiras comerciais, enquanto se "ajustam" os preços em mais de 100%). Os números só são entendidos por iniciados em economia. Mas, sua conclusão, já transformada em lugar comum, é que nos aguardam "momentos difíceis", só superáveis pelo conhecido e dramático "aperto de cinto". Este, compreendido por qualquer um.

Como Palma, são muitos os que pressagiam horas nefastas para o comum dos venezuelanos. Inclusive, o novo governo (depois da sacudida que lhe proporcionou o povo, tomando cidades e protagonizando sangrentas jornadas de violência no início de março). Seus porta-vozes já não tentam ocultar a realidade que deixaram os 31 anos de corrupção e roubos de "colarinho branco".

Esses grandes desfalques alcançaram seu cum e durante a primeira presidência de Pérez (1974-1979) e nos seis meses prévios a 18 de fevereiro de 1983, dia chamado de "sexta-feira negra", pela violenta desvalorização que sofreu o bolívar, a moeda venezuelana, frente ao dólar, no último governo do democrata-cristão Luis Herrera Campins (1979-84). Antes dessa data, os principais grupos econômicos foram alertados sobre o que aconteceria e mandaram ao exterior 36 bilhões de dólares, montante com o qual se poderia cancelar a avultada dívida externa venezuelana, atualmente estimada em 31 bilhões de dólares.

Mas, como sempre acontece, a corda arrebenta do lado mais fraco.

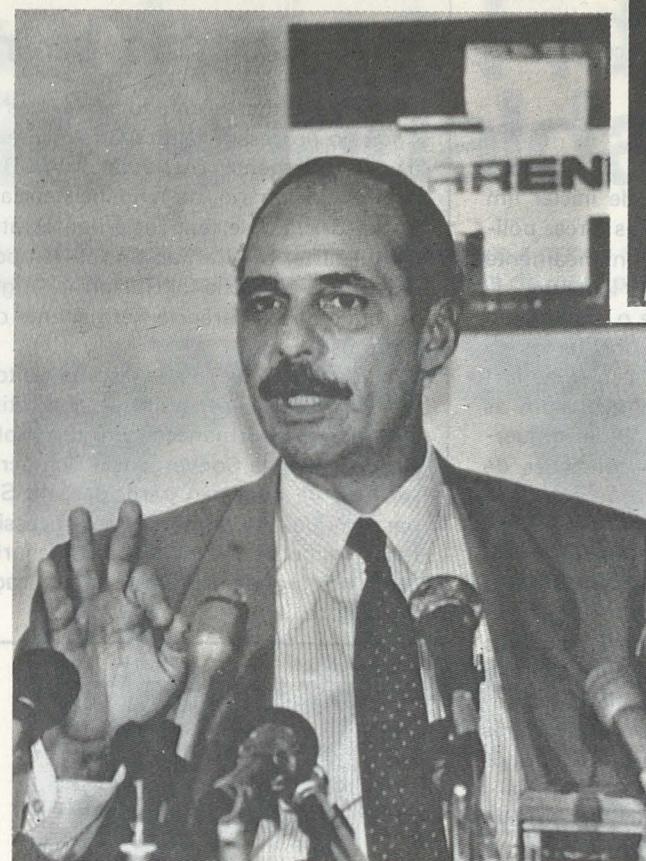
A vitória do esquadrão da morte

A chegada ao poder da Arena, vinculada aos grupos de extermínio, nas eleições que tiveram 50% de abstenções, aguça a crise e faz prever um futuro de extrema violência

Mariana Hernández

Apesar de ter sido qualificada como "um êxito da democracia" por Charles Redman, porta-voz da Casa Branca, as eleições de 19 de março, em El Salvador, não cumpriram os requisitos mínimos de participação (os dados iniciais estimavam a abstenção em 50%), nem de respeito à liberdade de expressão, e estão longe de ter sido um exemplo democrático.

O comunicado emitido pelo exército, no dia seguinte, fala de 37 guerrilheiros e quatro civis mortos (a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN diz ter sofrido 119 baixas) e as zonas eleitorais pareciam verdadeiras trincheiras de guerra: cercadas de tanques, barricadas e soldados. Na véspera, houve numerosos confrontamentos entre as forças armadas e os insurretos, em diversos pontos do país. No dia da votação, a capital amanheceu com helicópteros da força aérea atirando foguetes sobre as ladeiras do vulcão de San Salvador, foram assassinados três jornalistas e uma mulher morreu, depois de ter sua casa arrasada por um míssil, em São Miguel das Mercedes, município de Chalatenango. Nesse município, ao finalizar a votação, dos 700



Alfredo Cristiani representa a extrema-direita, cujo mentor principal é Roberto D'Aubuisson (foto menor)

eleitores inscritos só 17 haviam votado. Dois dos jornalistas mortos eram salvadorenhos - Roberto Navas, de 28 anos, e Mauricio Pineda, de 34 - e foram metralhados pelo exército. O terceiro, o holandês Coronel Lagrouw, de 30 anos, foi ferido inicialmente no pulmão, pelo fogo cruzado dos militares e guerrilheiros, mas morreu quando um helicóptero do exército bombardeou o veículo, no qual seus colegas tentavam levá-lo a um hospital.

Cristiani canta vitória

Apesar da violência e da baixa representatividade dos votantes, em poucas horas Alfredo Cristiani, 42 anos, candidato da Arena, de extrema-direita, anunciava sua vitória. Segundo seus cálculos, havia obtido 67% dos votos e essa proclamada maioria absoluta evitava a realização do segundo turno, em abril.

Administrador de empresas, graduado nos Estados Unidos, campeão de motocross, dirigente empresarial e di-

reitista declarado, Cristiani rejeitou taxativamente, em janeiro passado, a proposta da Frente Farabundo Martí de se adiar por seis meses as eleições, para que a guerrilha pudesse integrar-se completamente à luta política legal. Por existirem vínculos comprovados entre o dirigente máximo da Arena, major Roberto D'Aubuisson, os esquadrões da morte e os assassinos do arcebispo Oscar Romero, Washington apostou na eleição de Fidel Chávez Menina, o postulante do governista Partido Democrata Cristão, cujo desempenho eleitoral foi decepcionante.

O companheiro de chapa de Cristiani é Francisco Merino, homem de confiança de D'Aubuisson, que aparentemente desempenhará funções importantes no futuro governo. A vitória de Cristiani certamente não contribuirá para pacificar El Salvador, ainda que, num de seus primeiros pronunciamentos depois das eleições, o dirigente da extrema-direita afirmasse que estaria disposto a negociar com a guerrilha.

A FMLN não confia nessa abertura ao diálogo da Arena. Alguns de seus porta-vozes, sem descartar totalmente a hipótese de encontros entre ambas as partes, preferem manifestar o temor de

que, de agora em diante, a violência domine completamente a cena política salvadorenha.

Proposta mantida

A iniciativa da FMLN de iniciar um diálogo com o governo e as forças políticas, apesar de momentaneamente descartada, não deixa, no entanto, de ter vigência. Basicamente o movimento insurgente – que domina dois terços do país – busca negociar uma saída ao impasse militar atual, pelo qual nem as forças armadas podem liquidar a guerrilha, nem a FMLN tem condições de tomar o poder, enquanto os confrontos já custaram mais de 70 mil mortos e permitiram a ingerência direta dos Estados Unidos nos assuntos internos salvadorenhos. Para pôr fim definitivamente à guerra e democratizar o país, a FMLN aspira à celebração de um acordo com as forças políticas e o governo, que permita julgar os militares responsáveis por violações de direitos humanos.

Os guerrilheiros acreditam também, que é necessário reduzir o número de efetivos do exército. Isto por várias razões: em primeiro lugar, porque, se a

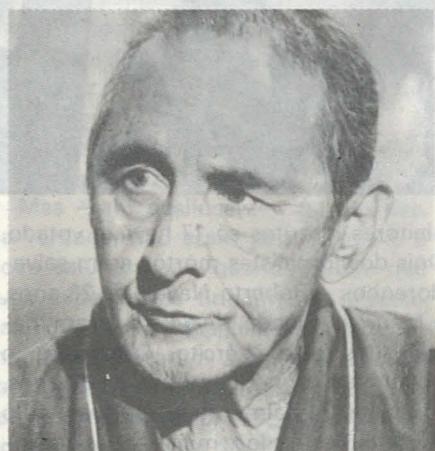


A FMLN prevê crise maior, após as oportunidades de diálogo rejeitadas por Napoleão Duarte (acima), que sai

A CD não se retirou do pleito

Apesar de ter boicotado as eleições e chamado à abstenção, a FMLN participou do processo eleitoral através de uma força aliada, legalmente constituída, a Convergência Democrática. A CD está integrada pelo Movimento Nacional Revolucionário, de tendência social-democrata, pelo Movimento Popular Social-Cristão, de tendência democrata-cristã (uma divisão da DC de Napoleão Duarte) e o Partido Social Democrata, fundado recentemente. Seu candidato à presidência foi Guillermo Ungo, vice-presidente da Internacional Socialista e da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal).

A CD não se retirou da disputa eleitoral porque estava impedida por razões legais. "Discutiu-se muito se nos retirávamos das eleições, mas finalmente optamos por permanecer, por um problema jurídico e político: para dois dos três partidos da Convergência Democrática, esta seria a segunda eleição consecutiva da qual não participariam. Segundo a lei eleitoral salvadorenha, o partido que, em duas ocasiões sucessivas, não participar das eleições que se realizem, perde sua individualidade jurídica. E a perda desse *status* significaria ceder um grande espaço de comunicação com a população", explicou Mercedes Letona.



guerrilha depuser as armas, não se justificaria manter um exército de 36 mil homens, com uma poderosa força aérea. Seria um sacrifício muito grande para a economia nacional. (A ajuda norte-americana não é suficiente para cobrir todos os gastos militares e uma boa parte é custeada pelo Estado salvadorenho, como por exemplo os salários, pensões, a alimentação, o combustível.)

"Acreditamos que a diminuição de efetivos do exército trará uma maior tranquilidade à região centro-americana e permitirá ao governo civil estabelecer a verdadeira democratização, à qual todos aspiramos", afirma Mercedes del Carmen Letona, da Comissão Político-Diplomática da FMLN.

Além da redução do exército, a guerrilha também propõe a dissolução dos atuais corpos de segurança, da Guarda Nacional, da Polícia Nacional e da Polícia Fazendária. A idéia é dissolver e reorganizar, para convertê-los numa força de segurança pública, conduzida e controlada pelo governo civil. Estas forças, atualmente, formam um aparato de repressão controlado diretamente pelo exército, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. "Cumprindo-se essas condições, estamos dispostos a deixar a luta armada", diz Letona.

Gorbachev e Fidel: respeito e igualdade

O líder soviético e Fidel Castro mantêm suas concepções sobre a praxis socialista, mas reafirmam a identidade dos processos revolucionários de seus países

Aldo Gamboa e Claudia Neiva

Um mês após a visita de Mikhail Gorbachev a Cuba, ainda se escutam os comentários da visita, na qual se aprofundaram as relações bilaterais e se dissiparam boatos sobre discordâncias políticas. A expectativa era muito grande, não só por se tratar da primeira visita de Gorbachev à América Latina, mas porque também se esperava que, em seu encontro com Fidel Castro, se manifestassem divergências em relação ao processo da *perestroika* na União Soviética. As especulações não eram só de matiz ideológico. A imprensa internacional cobriu a visita e apostava no enfriamento das relações econômicas entre os dois países. Previa-se substancial redução da ajuda soviética, que se realiza através de empréstimos especiais e outros convênios bilaterais, mas isso não aconteceu.

Gorbachev e sua comitiva não só não criticaram a decisão do PC e do governo cubanos de tentar solução própria aos problemas do país, como, pelo contrário, reconheceram esse direito e explicitaram que a diferença de opiniões não poderia ser obstáculo para os vínculos bilaterais. O líder soviético disse que a relação bilateral tem um caráter estável e que a solidariedade para com os cubanos "não está sujeita a situações conjunturais, nem diminui em nada em função de diferenças de opinião".

Prova clara disso foi a assinatura de um tratado de amizade e cooperação entre Cuba e a União Soviética (ver quadro), o primeiro desse teor, depois de quase 30 anos de estreitos vínculos a nível político e econômico. Esse acordo, por suas características, representa um avanço qualitativo e sistematiza as rela-



O encontro dissipou os rumores de divergências entre Fidel e Gorbachev, devido à *perestroika*.

ções cubano-soviéticas, segundo a opinião de diferentes fontes de Havana. O tratado é válido por 25 anos e vai renovar-se automaticamente por outros 25 anos, se houver acordo entre as duas partes.

Recepção calorosa

Recebido por meio milhão de cubanos, espalhados ao longo de 26 quilômetros, Mikhail Gorbachev e sua esposa Raisa cumpriram uma extensa agenda de atividades, que incluiu visitas a bri-

gadas de construtores voluntários, hospitais, escolas e ao pavilhão de exposições Expo-Cuba, etc.. Cada passo da visita foi cuidadosamente registrado pelas principais cadeias de televisão dos Estados Unidos, Europa e América Latina, que enviaram um total de quase 700 jornalistas para cobrir a visita.

No entanto, o momento-chave da visita foi a ida de Gorbachev à sessão solene da Assembléa do Poder Popular, o parlamento cubano, onde os dois líderes pronunciaram discursos, esclarecendo suas posições sobre os mais va-

riados temas. Originalmente, Fidel Castro deveria apenas apresentar o convidado, mas sua intervenção durou quase uma hora, durante a qual destacou as qualidades de estadista do visitante e sua luta pela paz e pelo desenvolvimento. Mas, também defendeu o direito cubano de escolher um caminho próprio para resolver seus problemas.

"Como se pode supor que as medidas adotadas na União Soviética sejam exatamente as medidas aplicáveis em Cuba, ou vice-versa?", questionou Fidel Castro, esclarecendo que os partidos e governos partem dos mesmos princípios, do marxismo-leninismo, aplicados às condições concretas de cada país. "Se um país socialista quer construir o capitalismo, temos que respeitar seu direito, não podemos interferir, do mesmo modo em que insistimos, que ninguém tem direito de interferir na marcha de qualquer país capitalista ou pré-capitalista do mundo desenvolvido ou subdesenvolvido, que queira construir o socialismo", esclareceu Fidel.

Já o discurso do presidente soviético, de duas horas de duração, ressaltou o papel da revolução cubana, afirmando que teve um enorme efeito moral sobre a consciência do mundo e foi encabeçada "por um dos revolucionários eminentes do século XX".

Gorbachev deu também uma resposta direta aos "agoureiros da confrontação", afirmando que, até agora, a União Soviética e Cuba têm tido um enfoque comum dos problemas mais graves da vida internacional. Mikhail



Gorbachev reafirmou identidade de opinião

Gorbachev não negou as diferenças entre os processos de mudança em andamento nos dois países, e afirmou que não vê o enfoque adotado pela União Soviética como uma receita universal. Pelo contrário, acrescentou, os problemas podem ser similares, mas cada partido os resolve de forma independente, partindo de suas próprias concepções e das particularidades de cada país. Sobre as relações econômicas entre os dois países, não anunciou o corte da ajuda soviética: sublinhou que a colaboração com Havana será mantida e ampliada, e deixou abertas as portas para um futuro perdão ou renegociação, em condições favoráveis, da dívida cubana.

Mas, o líder soviético não deixou de ressaltar a necessidade de se procurar

ser "mais dinâmico e eficiente", nos vínculos econômicos e assim dar "maior rendimento a nossos países, a nossos povos". Numa observação considerada por muitos como uma crítica velada ao funcionamento da economia cubana, afirmou que é necessário ter maior rigor e disciplina, para que se cumpram, apropriadamente, os compromissos mutuamente acertados.

Conflitos regionais

Em seu discurso na Assembléia Nacional do Poder Popular, o líder soviético não se limitou a abordar as relações de seu país com Cuba e a analisar o papel da perestroika na União Soviética. Ao referir-se ao panorama internacional, o dirigente manifestou preocupação pela solução dos conflitos regionais. "Essa é, disse, a tarefa mais urgente, atualmente. Esses conflitos, acrescentou, surgem da ingerência externa, com o propósito de impedir que os povos escolham de maneira independente seu rumo".

Sobre esse ponto, numa das declarações que mais interpretações mereceu da imprensa internacional, Gorbachev afirmou que "estamos decididamente contra teorias ou doutrinas que justificam a exportação da revolução ou da contra-revolução, e contra toda ingerência estrangeira nos conflitos dos Estados".

Na única oportunidade em que se referiu diretamente aos Estados Unidos, criticou a posição do governo norte-

A difícil, mas vital, nova rota

A civilização humana encontra-se numa encruzilhada, "como se estivesse passando de um estado a outro", comentou Gorbachev, numa de suas falas em Cuba. "Hoje, podem obter sucesso apenas os que caminharam de acordo com o tempo e que extraem as conclusões necessárias sobre as mudanças, relacionadas com a entrada no mundo da alta tecnologia e com o papel decisivo da ciência e do trabalho intelectual". Para o líder soviético, o socialismo

encerra possibilidades ilimitadas, que não se tornam realidade automaticamente, porém.

A respeito de seu país, disse que os problemas que enfrenta "estão relacionados com as deformações dos princípios socialistas na distante década de trinta". Por isso, tornou-se necessário fazer reformas, o que deu origem à perestroika: "a própria vida" colocaria a sociedade soviética ante uma encruzilhada, onde era necessário fazer a opção "de continuar pelo

caminho antigo, que levaria a um beco sem saída no campo econômico-social e político" ou a de "empreender uma nova rota, muito difícil, mas de vital importância para a renovação revolucionária da sociedade, capaz de conferir ao socialismo uma nova qualidade, de acordo com os mais altos critérios do humanismo e do progresso". E se definiu como um otimista: "Estamos simplesmente condenados a triunfar com a perestroika".



Após Havana, Londres: URSS deixa de fabricar urânio para bombas

americano no conflito nicaraguense e "sua tendência a continuar aferrando-se aos princípios do confronto de forças. Não podemos estar de acordo, observou, com a declaração do vice-presidente norte-americano Dan Quayle, de que os países da América Central e América Latina sejam considerados o quintal dos EUA".

Por último, Gorbachev mencionou, como um dos mais graves e perigosos conflitos regionais, a ocupação israelense dos territórios árabes e a privação do povo árabe da Palestina de seu direito à independência. Para o líder soviético, essa situação não pode se prolongar indefinidamente e, portanto, cabe a todos realizar esforços para a solução pacífica da crise no Oriente Médio.

URSS e América Latina

Ao pisar pela primeira vez em solo latino-americano, Mikhail Gorbachev aproveitou a oportunidade para destacar o processo de aproximação entre a União Soviética e os países do continente, em geral, e expressou sua satisfação por seus encontros com os presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai. Disse que a América Latina é um fator de peso no desenvolvimento mundial.

Sobre as relações econômico-comerciais de seu país com as nações latino-americanas, o líder soviético declarou que estão baseadas nos princípios do

benefício mútuo, e afirmou, de forma categórica, que a União Soviética não possui agora, nem tem a pretensão de possuir no futuro, bases navais, aéreas ou terrestres, para instalar armamento nuclear ou outro tipo de armas neste continente. Para ele, em muitas nações se vive um estado de pobreza e dependência econômica, ao mesmo tempo em que se desenvolvem processos democráticos.

Como era de se esperar, o dirigente soviético não deixou de tocar num tema-chave para o continente – a dívida externa. Propôs que o problema seja discutido pelas Nações Unidas, de forma permanente. Numa entrevista após o discurso, retornou ao tema da dívida, insistindo que toda a comunida-

As bases do acordo

"As repúblicas de Cuba e da União Soviética, partindo...da comunidade de ideologia, na doutrina do marxismo-leninismo, do internacionalismo e da identidade de objetivos, da reivindicação do socialismo e do comunismo;...reafirmando a invariável posição de princípios de ambas as partes, de resguardar os direitos dos povos à autodeterminação, à independência e à soberania; ratificando sua adesão inquebrantável aos princípios e objetivos da carta da ONU, decidem firmar um acordo, que se rege pelos seguintes artigos:

1 - Ratificam sobre a base dos tradicionais princípios de não-ingerência, respeito mútuo e igualdade, suas relações bilaterais,...tendo em conta a diversidade de suas formas e negociação; 2 - Estimularão os contatos entre suas instituições estatais e governamentais;

3 - Aperfeiçoarão, por todos os meios, a colaboração econômica, técnico-científica e as relações comerciais;

4 - Participarão ativamente do aprofundamento da integração econômica socialista, de acordo com as resoluções do Conselho Econômico de Assistência Mútua (Come);

5 - Continuarão a apoiar cada país. 6 - Continuarão a defender a idéia de transferir os recursos liberados pelas medidas concretas de desarmamento e da redução dos gastos militares para as necessidades de desenvolvimento econômico e social dos países, principalmente daqueles que padecem dos efeitos do subdesenvolvimento;

7 - Darão todo o apoio, para que os conflitos regionais e focos de tensão sejam resolvidos pela via política, as condições específicas de cada país. 8 - Continuarão a apoiar a ONU e buscarão seu fortalecimento;

9 - Manterão o trabalho a favor de que se executem plenamente as declarações das Nações Unidas sobre a concessão de independência aos povos colonizados;

10 - Promoverão genuinamente a cooperação internacional, que garanta o estabelecimento de nova ordem econômica internacional e dê solução ao problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo".

de internacional deveria assumir a responsabilidade de solucionar a questão. Firmou também que, enquanto a dívida externa continuar sendo discutida apenas por pequenos grupos de países, não se encontrará uma verdadeira solução para o problema.

Lutando pelo avanço

O comércio internacional e o desenvolvimento econômico são as novas prioridades fixadas pelos países-membros da SADCC

Beatriz Bissio

Progresso garantido. Esse foi o objetivo das nações da região austral do continente africano e o resultado de quase uma década de experiência pioneira de integração econômica. Isso é o que sustenta Simba Makoni, secretário-geral da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral. Em entrevista a *terceiro mundo*, durante a última reunião da conferência, em Luanda, Angola, Makoni, oriundo do Zimbábue, afirmou: "Agora sou de toda a região. Pertenço a nove países".

O secretário-geral da SADCC se considera "muito velho", e lhe custa confessar a idade (finalmente admite 38 anos completos). Com já uma longa carreira na administração pública de seu país, Makoni assumiu a Secretaria da SADCC em 1984, depois ter sido ministro da Indústria, vice-ministro da Agricultura e ministro da Juventude, Esporte e Cultura. Atualmente, além do cargo que exerce na SADCC, é membro da Comissão Sul, liderada pelo ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. A seguir, a entrevista com Simba Makoni.

Pode nos fazer um resumo das atividades da SADCC?

– Em primeiro lugar, eu diria que a experiência, considerada globalmente, foi positiva. Conseguimos desenvolver e consolidar fortes laços de solidariedade coletiva e de identidade regional, que se põem em manifesto frequentemente, de forma que a Tanzânia, por exemplo, se expressa não só em nome de si mesma, mas em nome da "Tanzânia e da região". Isto constitui um fator muito importante, em nossa opinião, porque antes que se torne possível a cooperação em termos práticos, em diferentes projetos, é necessário que exista um

certo sentido de pertinência recíproca. Essa foi uma de nossas maiores vantagens. Não se trata de um ganho mensurável, mas constitui um pré-requisito da cooperação efetiva.

Também conseguimos implementar uma quantidade de programas concretos e projetos anuais. São notórios os progressos que realizamos no terreno das comunicações e dos transportes. Pela primeira vez, desde que iniciamos esse esforço, nosso sistema de transportes prestou mais serviços ao comércio de mercadorias, dentro dos países da SADCC, que as redes de transporte não-regionais. Isso se deve principalmente à agilização do Corredor (rede de tráfego) de Tazara, que desemboca no porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e do sistema da Beira, em Moçambique. Esperamos um melhoramento global de nosso sistema de transportes com a entrada em funcionamento – já prevista – de outros sistemas de tráfego.

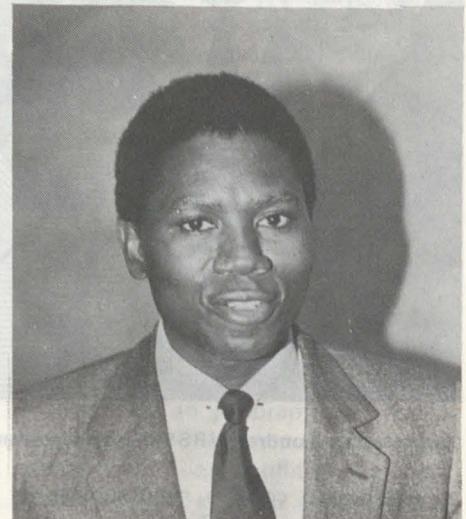
Em matéria de agricultura e alimentos, conseguimos significativos avanços, com a investigação de novas espécies de sementes resistentes à seca. Na área energética, alguns de nossos países, que dependiam do fornecimento de eletricidade da África do Sul, estão utilizando fontes alternativas. É o caso de Botsuana, que agora recebe eletricidade da Zâmbia e do Zimbábue, ou os casos do Zimbábue e Moçambique, que estão conectados na fronteira oriental para fornecimentos recíprocos.

No campo dos recursos humanos, temos uma grande tarefa pela frente. Mas, já estamos começando a perceber os resultados dos programas coordenados dentro da região e do programa de bolsas, que implementamos.

Produção e comércio

Em vista desses avanços, quais são as atuais prioridades?

– O tema de maior importância agora



Makoni: rumo à integração total

é o que se refere aos investimentos, à produção e ao comércio. Os transportes e as comunicações são importantes, o desenvolvimento dos recursos humanos também, mas tudo isso deve ser colocado a serviço de nossa economia, para permitir uma produção e distribuição adequadas dentro da região.

E como fortalecer o sistema produtivo?

– Esse é o cerne de nossas preocupações: "o setor produtivo como motor de crescimento e desenvolvimento", tema de nossa última reunião. Como unir a comunidade de negócios de nossa região? Como fazer, para que os empresários não se ocupem só de Angola ou da Tanzânia? Nosso objetivo é facilitar a circulação de capital através das fronteiras. E, depois, determinar como podemos nos beneficiar desse processo e da colaboração que se estabeleça entre nossos empresários e a comunidade internacional de negócios, que é, naturalmente, quem comanda as fontes substanciais de investimento.

É notório que o investimento e o comércio regional entre os países da SADCC são acanhados. Existe alguma proposta concreta para incrementá-los?

- Temos propostas concretas que ainda necessitam ser desenvolvidas. O que é importante assinalar é que, em julho do ano passado, os chefes de governo de nossos países definiram formalmente o intercâmbio comercial como um setor específico da SADCC. Foi incorporado ao departamento de indústria e comércio que já existia, e agora está em curso uma quantidade de iniciativas tendentes a facilitar a produção industrial e a promover a distribuição e o intercâmbio regional dessa produção. Uma de nossas principais iniciativas é o que denominamos "esquema de pré-financiamento das exportações e fundo de retorno", cujo objetivo é ajudar as nossas empresas não só a abastecer o mercado interno, mas, também, a exportar e ser capaz de produzir em níveis de competição com o mercado exportador. É a primeira grande iniciativa no campo do comércio que lançamos nesta conferência.

Está se evitando importar quando os produtos podem ser produzidos na região?

O tema de maior importância agora é o que se refere aos investimentos, à produção e ao comércio. Os transportes, as comunicações e o desenvolvimento dos recursos são importantes, mas tudo isso deve ser posto a serviço de nossa economia

Seria uma forma de economizar divisas?

- Exato. O critério aprovado é que primeiro devemos procurar nos abastecer dentro da região. Só se for impossível fazê-lo, podemos pensar em adquirir o produto fora. E mais, dentro do possível, a produção deve ser comercializada dentro da região, antes de se pensar em exportar. Esta não é uma regra rígida, devido a vários fatores conjunturais, mas, num plano político conceitual, nosso objetivo é estimular ao máximo a circulação de produtos dentro da região.

Por que os países com excedentes financeiros se interessariam em projetos desse tipo, que podem deslocá-los do mercado interno regional?

- Ainda não temos nenhuma expe-



Os portos são o eixo dos corredores de exportação

riência prática, já que este programa foi lançado recentemente. Conceitualmente não encontramos dificuldades. Estudamos o projeto durante três anos e, temos recebido sinais muito estimulantes dos países do Norte, que são nossos principais sócios comerciais. Eles pensam que o esquema é correto, e alguns desses países manifestaram sua vontade de apoiá-lo financeiramente, uma vez que se torne operacional.

Nós passamos por duas experiências que nos influenciaram decididamente para que dessemos este passo. Foram o funcionamento do Fundo de Retorno de Capital, na Tanzânia, e o Fundo de Retorno de Exportações, no Zimbábue. Esses dois programas constituíram a base para o esquema regional mais amplo, que desenvolvemos, posteriormente. Em ambos os casos, os sócios comerciais prestaram uma grande colaboração e não se sentiram ameaçados. É que nosso nível de desenvolvimento é tão baixo que não existem possibilidades, em um futuro próximo, de que nossas economias se tornem completamente auto-suficientes. Os países de fora da região, que cooperam conosco, sabem que teriam espaço suficiente por um longo período, para continuar nos

vendendo produtos. E, nesse meio tempo, nós fortalecemos de modo significativo a cooperação comercial inter-regional.

Caminha-se para a integração?

Existem outros exemplos de integração econômica no Terceiro Mundo. No Hemisfério Norte está o exemplo da Europa, que em 1992 estará unificada. Existe possibilidade para a criação de um mercado comum na África Austral?

- Nós não discutimos a formação de um mercado comum, nem sequer de uma área de livre comércio, dentro da SADCC. Não se trata de um objetivo que não nos interesse. Nossa posição, entretanto, é a de buscar uma integração gradual. O que estamos fazendo agora vai nos dar uma boa base, pois nos proporcionará o degrau inicial para uma maior coordenação. Seguramente, vamos primeiro estabelecer uma área de livre comércio, antes de alcançar o estágio de uma comunidade econômica. Não podemos comparar nosso nível de desenvolvimento com o da Europa, nem sequer com o que a Europa tinha, quando iniciou sua integração. E se eles levaram de 1958 a 1992 para consolidar

um mercado único, é lógico que nós levaremos pelo menos o mesmo tempo. Por isso, pensamos que o nosso avanço deve ser progressivo. Creio que o perigo está, justamente, em se dar um salto muito alto e cair em seguida. Mas, a longo prazo, o mercado comum da África Austral é uma meta desejável e realista.

Sabemos que a iminência da independência da Namíbia faz com que sua incorporação a SADCC já seja objeto de análise. Pode nos adiantar alguma coisa sobre isso?

— Consideramos quase um fato que, quando a Namíbia conseguir sua independência, integrará a SADCC. As consultas que fizemos, entre as correntes políticas da Namíbia que contam com maiores possibilidades de dirigir o país, num futuro próximo, mostraram coincidência nesse aspecto. Por isso, nosso interesse neste momento está concentrado em detectar o que a Namíbia necessita, para que, assim que consiga a independência, possa integrar-se plenamente aos esforços regionais para promover o desenvolvimento econômico.

Interessa-nos não só que a Namíbia ingresse formalmente na SADCC, mas, também, que se integre ao esforço conjunto da região, por sua emancipação econômica. Do mesmo modo, queremos determinar os benefícios que esse país pode obter com o que já fez no âmbito da SADCC.

Por outra parte, acompanhamos com interesse o crescente clima de paz e estabilidade que se vive em Angola, o que nos permitirá realizar nesse país muito mais do que víñhamos fazendo até agora. Essa nova situação faz muito mais factível a reabilitação do Corredor de Lobito e outras iniciativas, no campo da agricultura e da comunicação, que gostaríamos de ter iniciado antes, mas que foram prejudicadas pela guerra.

O novo panorama regional não só abre a perspectiva de incorporar à SADCC um novo país, mas fortalece a presença de outro membro, cujas potencialidades estavam limitadas pela guerra. •

Otimismo crescente



O comércio regional é o maior estímulo ao desenvolvimento

A então iminente pacificação de Angola, a próxima independência da Namíbia e um auspicioso horizonte econômico e social — com destaque ao setor produtivo, onde crescem os investimentos privados — alimentavam uma atmosfera de cauteloso otimismo na VII Reunião Consultiva da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC, sigla da nomenclatura inglesa), realizada em Luanda, Angola, em fevereiro deste ano. Foram três dias de consultas entre os nove países da SADCC e as nações ocidentais interessadas no financiamento dos projetos regionais.

Cortar a dependência

Desde que a SADCC foi criada, há uma década, a região esteve em guerra, como consequência da política de desestabilização promovida pela África do Sul. No entanto, os indicadores econômicos mostram que os países da SADCC (Angola, Botsuana, Lesoto, Malaui, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) começaram a romper com a crônica debilidade econômica e a dependência que os ata ao regime do apartheid.

Os delegados inauguraram os trabalhos com uma saudação ao acordo

tripartite de paz celebrado entre Angola, Cuba e África do Sul, em 22 de dezembro de 1988. Apesar do movimento contra-revolucionário Unita continuar operando — apoiado pelos Estados Unidos e África do Sul — os delegados angolanos afirmaram que o país está querendo começar a implementar os projetos de desenvolvimento da SADCC que estiveram congelados durante a guerra.

Em reunião prévia entre os delegados angolanos e os representantes de países ocidentais (na sua maioria pertencentes ao Hemisfério Norte), Angola obteve garantias de que será outorgado um empréstimo de 90 milhões de dólares para a reconstrução e reabilitação do Corredor de Lobito. Os 90 milhões de dólares representam 96% do total do projeto, cujo orçamento é de 93,8 milhões de dólares. Agora só falta começar as obras que incluem a reabilitação das instalações portuárias no Oceano Atlântico e a reconstrução de 2.200 quilômetros da estrada de ferro de Benguela, que chega às minas de cobre do norte da Zâmbia, através do sul do Zaire.

Os avanços atingidos pela SADCC, nesta década de existência, foram reconhecidos pelo vice-presidente de operações do Banco Mundial, Moeen A. Qureshi, ao ressaltar que o PIB da

região tinha crescido, chegando a 4,6%. Pela primeira vez, havia superado o crescimento demográfico, que foi de 3,3%. Qureshi manifestou que alguns países da SADCC tinham registrado índices de crescimento de 20% a 30% no setor agrícola.

O funcionário afirmou que a reestruturação das economias da região contribuiu para a obtenção desses resultados animadores. Muitas dessas mudanças eram mostradas pelos funcionários africanos como um sinal de que seus governos se propõem a abrir as economias dos respectivos países aos investimentos de capital ocidental. As nações dispostas a ajudar financeiramente propuseram essas modificações estruturais, nas economias dos países da África Austral, como condição para liberar créditos maiores destinados à construção e reabilitação de projetos de infra-estrutura.

Até 1986, a ênfase do trabalho da conferência esteve colocada nos projetos de energia, transporte e comunicações. Depois desta data, as coisas mudaram, como efeito da decisão da SADCC de fixar suas prioridades no setor produtivo primário, para garantir o desenvolvimento do abastecimento interno. Desde então, foram realizados seminários sobre investimentos estrangeiros, que reuniram funcionários de governos e financistas internacionais com delegados da SADCC.

A resposta que pode ser considerada padrão foi dada pelo Canadá. Fundou uma agência chamada Associação Canadense para o Investimento Privado no Sul da África (CAPSSA), para estímulo ao comércio e à promoção dos investimentos privados na região da SADCC. Depois de um ano de planejamento, a organização começou a funcionar oficialmente na véspera da

reunião de fevereiro da SADCC. Presidida por um alto funcionário canadense do departamento de comércio exterior, Bob Gibbons, a CAPSSA terá seu escritório central em Harare, Zimbábue.

A nova entidade tem um orçamento de 1 milhão de dólares para "localizar setores potenciais e empresas, para relacioná-los com exportadores canadenses no decorrer dos próximos dois anos". Zimbábue e Botsuana estão nos primeiros lugares da lista de países.

No entanto, o secretário-executivo da SADCC, Simba Makoni, expressou sua cautela em relação a esses planos que, como o projeto da agência canadense, buscam promover o comércio antes do investimento. Makoni disse que os investimentos na esfera produtiva eram mais importantes, porque as nove nações africanas preferem deixar que "a produção impulsione o comércio e não o contrário".

AIA/Angop/IPS



Guebuza: como aprofundar a integração

A união faz a força

Os anos de trabalho já mostraram resultados em duas áreas prioritárias da SADCC: transportes e comunicações

Assim que surgiu a SADCC, ficou evidente que era necessário organizar uma estrutura pequena, que pudesse aproveitar ao máximo o potencial que foi cimentado ao longo da luta política comum dos países da Linha de Frente", a organização que inspirou a criação da SADCC. A afirmação é do ministro dos Transportes de Moçambique, Emilio Armando Guebuza, que concedeu uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo** durante a reunião da SADCC, realizada em Luanda. Ele fez um balanço da atuação do organismo de integração regional, após uma década de experiências.

"Cada um dos membros da SADCC é responsável por um setor da economia", explica o ministro. "Moçambique, por exemplo, coordena duas áreas prioritárias: transportes e comunicações".

Dos nove países da SADCC, seis não têm acesso ao mar (Botsuana, Malauí, Lesoto, Zâmbia, Zimbábue e Suazilândia). Nos outros três (Angola, Moçambique e Tanzânia) estão localizados os cinco *corredores* para o mar, que constam do projeto global de desenvolvimento do setor de transportes definido pela SADCC, para um período de dez anos. Três desses corredores de transporte estão situados em Moçambique (Nacala, Beira e Maputo). A Tanzânia tem o quarto (Tazara) e Angola o quinto (Lobito). Na SADCC, considera-se como corredor de transporte o conjunto de meios e de vias que permitem ligar ao mar os países sem litoral. Um corredor inclui as linhas ferroviárias, as estradas, o sistema de comunicações, os portos e o equipamento portuário, os meios de tração necessários ao seu funcionamento, e também a capacitação de quadros, na operação dos materiais e equipamentos existentes e na gestão dos mesmos. "Um dos problemas do Terceiro Mundo é a dificuldade que se tem na gestão dos recursos", lembra o ministro moçambicano.

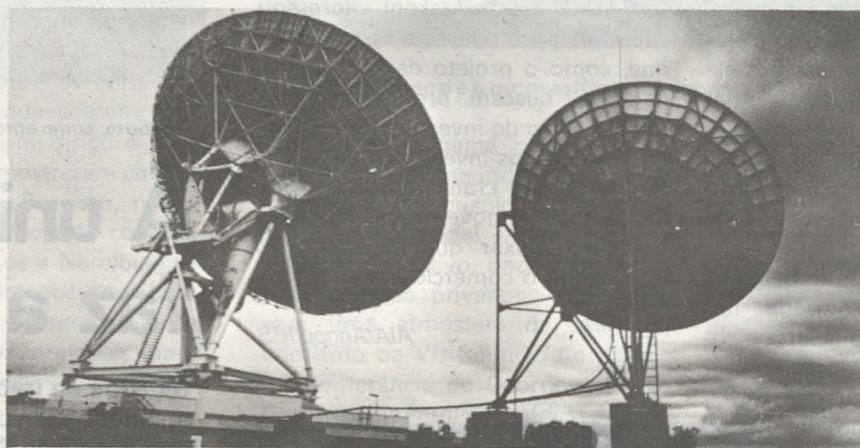
Os corredores de Nacala, Beira, Maputo e Tazara já estão em fase adiantada de funcionamento. Beira é considerado um modelo, embora ainda não esteja completo. "Hoje, finalmente, o Corredor de Lobito conta com a aprovação, por parte da comunidade internacional, de 90% dos financiamentos necessários para a sua primeira fase", assinalou Guebuza.

No setor das comunicações, desde o início, foram definidos planos que buscam o uso de modernas tecnologias. "Vamos estabelecer uma comunicação, via satélite e via microondas, para toda a região da África Austral", disse o ministro. No que diz respeito à comunicação por via telefônica, o projeto está em fase de implementação. Há pouco tempo, o presidente Kaunda, de Zâmbia,

inaugurou uma estação terrena de satélites em Lusaka, a capital do país. "Não temos garantidos cem por cento dos financiamentos para esses projetos. Mas a prática nos indica que, no início, não costuma haver uma promessa de fornecimento do total das necessidades financeiras. As pessoas procuram primeiro fazer investimentos nas áreas que mais lhes interessam e, a partir daí, avançam para outros, complementares", explica.

Os interesses do Norte e do Sul

Um dos aspectos mais criativos da



As telecomunicações ajudam a modernizar a economia do bloco de nações africanas

experiência da SADCC é a forma como se tem procurado conciliar as metas de desenvolvimento autônomo, definidas pelos nove países-membros, com a necessidade de financiamento externo, que em geral vem de governos ocidentais. "Estamos conscientes de que o interesse nos nossos projetos, por parte dos países chamados doadores, não é por caridade. Há interesses concretos em jogo. De uma maneira geral, constatamos que, se os interesses deles coincidem com os nossos, mais rapidamente vêm as respostas".

No caso específico dos transportes, a definição dos corredores permite diluir um pouco esse problema: para cada corredor a SADCC tem, às vezes, 40 a 50 projetos. Os países-membros do organismo de integração são os que definem as prioridades. "Desta forma, não ficamos na mão de um financiador único", disse Guebuza, para quem, no entanto,

nem sempre há exclusivamente interesses de lucros nestes tipos de financiamentos. "Existem países e organizações que realmente conseguem ultrapassar esses interesses materiais – este *toma lá dá cá* – e se colocam, no seu relacionamento com a SADCC, numa atitude de satisfazer uma necessidade moral e, sobretudo, o de garantir o estabelecimento de relações de amizade, de cooperação e de comércio, a longo prazo. Vejamos um caso concreto: se nós queremos uma locomotiva, o país que garante o financiamento vai preferir vender a sua máquina. Se o motor é o que mais nos convém ou não, não está nas suas cogitações.

O que quer é vender a sua locomotiva. Nós estamos nos capacitando para termos condições de especificar qual o tipo de locomotiva que queremos, com que características técnicas, etc. e, desta forma, poder aprovar ou não aquilo que nos é oferecido", explica o ministro.

Por outro lado, a SADCC se interessa em facilitar ao máximo a parte burocrática ou mesmo de legislação, para agilizar os projetos. Neste momento, por exemplo, se trabalha num programa que visa a facilitar a entrada e saída dos países-membros da SADCC e – mesmo a estadia – dos empresários estrangeiros. Como cada país tem suas normas migratórias, um grupo de diretores de imigração está trabalhando num programa comum, que vai ser submetido ao conselho de ministros da SADCC e também aos governos. Uma conclusão vai ser tirada e, com base nela, os governos de cada um dos países vai apresentar um projeto de lei aos seus respectivos parlamentos. Está também sendo estudada a compatibilização dos vários códigos de investimentos estrangeiros na região.

O ministro Guebuza assinala que outros campos exigem coordenação: a política sobre a pecuária, sanidade ani-

mal, alguns casos de política florestal, ou de utilização das águas fluviais, algumas políticas industriais (o tipo de indústria que se deve estabelecer neste ou naquele país, etc.). "Todas essas questões, em primeiro lugar, devem ser definidas a nível regional", afirmou Guebuza.

Metas comuns

Assim, a SADCC estuda globalmente quais são as matérias-primas ou os produtos de que a região carece, que podem ser produzidos localmente. E qual é o melhor lugar para poder estabelecer as indústrias correspondentes. Uma vez definido isso, propõe-se um programa que a SADCC considera regional. E o programa é levado à comunidade internacional, para poder ser julgado.

Para atingir um bom nível de produção, a SADCC estabelece as metas e adota as medidas necessárias para viabilizá-las: a compatibilização dos códigos de investimento, a criação e otimização das câmaras de comércio, o estudo de complementariedade entre os mercados internos, etc. "Com base nisso, ouvimos a comunidade internacional, para saber qual o apoio que nos pode dar".

Os países nórdicos, por exemplo, propuseram a criação de um fundo que visa a estabelecer uma ligação dos seus empresários com os dos países da SADCC. Neste momento, se discute como deve ser utilizado esse fundo, qual seriam seus objetivos e qual seria a estrutura necessária para poder avançar. "Uma outra questão que estamos analisando", explica Guebuza, "é a que está ligada ao pré-financiamento para as importações em cada um dos países. Cada um de nós tem o seu próprio regulamento. Vamos estudar uma maneira de compatibilizá-los melhor para levar a região a um avanço em conjunto".

Perguntamos ao ministro se o planejamento em escala regional não leva à necessidade de se criar uma moeda única. "A SADCC se concentra sobretudo no setor de serviços, produção e comércio, não tanto na área monetária", destaca Guebuza, "e, por isso, pelo menos no momento, não se cogita a neces-

sidade de uma moeda comum".

Como consequência lógica do avanço dos trabalhos, a SADCC também de alguma forma se transformou num fórum conjunto, para discutir o tema da dívida com os credores. Já se fez o levantamento da dívida externa dos países-membros e estudou-se uma estratégia comum para fazer face aos credores. "Evidentemente, neste caso, agimos de acordo com a Organização de Unidade Africana-OUA, que também tem uma estratégia global para a dívida externa. Nós damos a nossa contribuição para a solução à OUA, dentro do quadro dos países não-alinhados".

Na opinião do ministro moçambicano, a nível da SADCC se considera que

setores. É um trabalho que todos os anos é realizado, não somente a nível do conselho de ministros, ou ao nível da plenária de chefes de estado dos países-membros – que anualmente se realiza – mas mesmo com as partes interessadas.

Consultado a respeito de quem é que seleciona os países que podem chegar a ser parceiros da SADCC, o ministro Guebuza explica que se trata de um processo completamente aberto. "Os doadores começaram a aparecer, espontaneamente, desde o princípio, como é o caso da Comunidade Econômica Européia-CEE, dos países nórdicos, Canadá, Itália, só para citar alguns exemplos, e de organizações, como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desen-



O transporte desempenha papel vital no desenvolvimento da integração regional

o problema da dívida "é possível de ser superado, se, em conjunto, nossos países tiverem uma política clara, transparente. E têm".

O papel do setor produtivo

O próprio tema da conferência de Luanda, *O setor produtivo como motor do desenvolvimento*, comprova que, sem abandonar o apoio e a atenção da área dos transportes e das comunicações, a região está concentrada na área produtiva. Zâmbia é responsável pelo setor mineiro. Tanzânia atende à área do comércio e indústria, e Zimbábue, à agricultura. "Estamos realizando, com os doadores, uma análise da execução dos programas aprovados em cada um dos

setores. É um trabalho que todos os anos é realizado, não somente a nível do conselho de ministros, ou ao nível da plenária de chefes de estado dos países-membros – que anualmente se realiza – mas mesmo com as partes interessadas.

Consultado a respeito de quem é que seleciona os países que podem chegar a ser parceiros da SADCC, o ministro Guebuza explica que se trata de um processo completamente aberto. "Os doadores começaram a aparecer, espontaneamente, desde o princípio, como é o caso da Comunidade Econômica Européia-CEE, dos países nórdicos, Canadá, Itália, só para citar alguns exemplos, e de organizações, como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento-BAD".

A respeito do papel do setor privado na região, o ministro assinala que isso depende das políticas internas, de cada um dos países. "Em Moçambique – disse – nós não temos nenhum conflito entre o setor privado e o setor estatal, uma vez que as leis e a licença para o seu funcionamento são feitas pelo Estado. Quando um empresário está interessado em investir, o Estado leva em consideração os ganhos sociais e econômicos que vão ser revertidos para a sociedade. Se isso trouxer benefícios para a nossa economia, a autorização é dada e uma parte desses benefícios é destinada a melhorar o nível de vida das populações".

Napoleão do Oriente

O general Michel Aoun, que tomou o poder em setembro do ano passado, decide enfrentar militarmente os sírios e abre uma nova etapa de violência na guerra que já dura quinze anos

Juan Carlos Gumucio*

Poucos generais sírios chegaram a acreditar na "guerra de libertação" anunciada pelo general cristão Michel Aoun, em 14 de março, até que começasse a chover balas e foguetes sobre bases militares sírias no Vale de Bekaa, ao sul de Beirute.

O bombardeio de posições sírias, perto do povoado fronteiriço libanês de Chtoura, uma semana depois, provocou mais pânico do que danos, mas demonstrou que o general falava a sério.

Em outras circunstâncias, o presidente Hafez El-Assad, da Síria, não tinha se incomodado em dar maior atenção à histeria anti-síria, que se apoderou outra vez do campo cristão maronita, no Líbano, no início do ano. Mas, agora as coisas são diferentes. Os cristãos desafiam todo dia os sírios, no Líbano, e contam com aliados inesperados e poderosos.

Com o objetivo de analisar a nova situação libanesa, o presidente Assad acaba de realizar uma viagem intempestiva pela Líbia, Argélia e Tunísia, e seu chanceler, Farouk Al-Sharaa, visitou Paris.

O general Aoun – apelidado pelos adversários muçulmanos de "Napoleão", por seus desejos bonapartistas – envolveu o país numa campanha de grandes riscos: quer enfrentar a Síria, o que sempre foi considerado uma empreitada quixotesca, no plano militar, e frequentemente suicida no político.

Ainda que Aoun destaque que a chamada "guerra de libertação" vise



Outra vez a população de Beirute teve de buscar refúgios, para escapar do duelo de artilharia

igualmente a atingir Israel, Irã e Síria – os três países com tropas no Líbano – é evidente que toda a munição está reservada para Damasco. O general representa a direita cristã falangista e considera a Síria como o principal fator que bloqueia a reconciliação dos libaneses, após quatorze anos de guerra civil. As ambições de Damasco, diz, transformaram o Líbano num país dominado, "exportador de terror, armas e droga". Aoun começou um novo capítulo na velha novela de amor e ódio, que faz da relação Líbano-Síria um estopim no Oriente Médio.

Não sem motivo, os libaneses temem que o país se torne um campo de batalha de conflitos regionais ou que os ódios locais e as aventuras de seus vizinhos terminem por consolidar a divisão de fato que existe há anos.

Canhões e sabotadores cristãos à parte, os sírios no Líbano estão expostos às hostilidades do Iraque, OLP de Arafat e ataques de Israel. Contudo, o balanço militar está a seu favor, menos no caso de Israel. O exército sírio entrou no Líbano em junho de 1976, a pedido do presidente cristão Suleimán Franjíé. Os sírios acudiram ao resgate dos maronitas cristãos, que pouco podiam fazer para conter a influência da guerrilha palestina.

A idéia era forjar uma aliança cristã com a Síria, para terminar com o "Estado dentro do Estado" que, segundo alegavam, era imposição da OLP, no Líbano. A presença militar da Síria foi legitimada, pouco depois, por um acordo

da Liga Árabe, aprovado em Riad, o qual criou uma força de dissuasão árabe, para obter o fim da guerra civil.

Uma inesperada virada

A dramática visita de Anuar Sadat a Jerusalém, em 1978 (para fazer a paz com Israel), mudou todo o panorama. A direita cristã libanesa reforçou sua aliança com Israel. A reação automática da Síria foi aliviar o controle sobre a guerrilha palestina no país.

Em fevereiro de 1977, milícias cristãs, apoiadas por unidades do exército libanês, atacaram posições sírias no subúrbio de Fayadié, no leste de Beirute. Em represália, a Síria destruiu o bairro de Ashrafiyé, em Beirute, e bombardeou o povoado de Zahle, no vale de Bekaa.

A invasão israelense ao Líbano, em 1982, provocou a retirada de tropas sírias da zona oeste de Beirute e de áreas aldeãs. O presidente Amin Gemayel aproveitou a conjuntura para pedir à Liga Árabe que anulasse o acordo relativo à presença de tropas sírias no país. Esse foi o encargo que Gemayel deixou a Aoun, quando abandonou a presidência e passou-lhe o poder, em setembro passado, sem que os libaneses tivessem votado para a escolha do sucessor. Do mesmo modo que Israel, a Síria é um elemento a ser levado em conta, quando se analisa a questão libanesa. Os sírios mantêm mais de 35.000 soldados em duas terças partes do país, incluindo o setor muçulmano de Beirute. Damasco apóia firmemente as demandas de

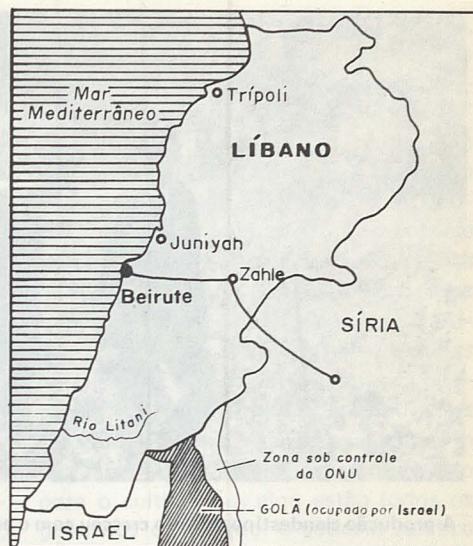
Um pequeno país com dois governos

O Líbano conta, formalmente, com dois governos, desde setembro do ano passado, quando expirou o mandato do presidente Amin Gemayel, sem que a Assembléia conseguisse reunir seus sobreviventes (a última eleição foi em 1972) para escolher um novo presidente. Assim, Gemayel passou o poder ao general cristão Michel Aoun, que formou um gabinete militar de emergência, paralelo ao do primeiro-ministro muçulmano Selim Hoss.

A constituição libanesa estabelece a divisão dos poderes entre as correntes confessionais dominantes no país: a presidência é sempre de um cristão maronita, a chefia do gabinete é de um muçulmano sunita e a presi-

dência do parlamento fica com um muçulmano xiita. A guerra civil originou-se exatamente do desejo dos muçulmanos – amplamente majoritários no país – de rever as condições impostas pela constituição elaborada há mais de 45 anos e que garante privilégios aos cristãos maronitas, tradicionais aliados dos franceses (até o fim da Segunda Guerra) e, depois, de Israel.

O general Aoun deflagrou em março um ataque maciço às áreas muçulmanas, com o objetivo de impor um controle absoluto, e afirmou que seu plano final é usar a força de seus 15 mil soldados para expulsar as tropas da Síria, que têm 25 mil homens estacionados no Líbano. Os



combates foram iniciados em 14 de março e já haviam provocado centenas de mortes e intensa destruição na capital libanesa, na primeira semana de abril, após mais de 20 dias de ações das artilharias.

forças muçulmanas e esquerdistas libanesas, em favor de reformas políticas capazes de terminar com o monopólio do poder, que detêm os cristãos maronitas desde a independência do Líbano, em 1943. Quem sabe, a única coincidência entre Washington e Damasco, é que ambos sustentam que uma retirada Síria traria ao Líbano mais problemas que soluções.

A Síria não pensa em retirar suas tropas do Líbano, porque vê seu vizinho como um elemento chave para sua própria segurança nacional, pois o exército israelense ocupa uma longa faixa no sul libanês, tendo bons amigos nas fileiras maronitas cristãs. O Líbano é também a última cartada política que Assad pode jogar em qualquer negociação sobre o Oriente Médio.

Nesse momento, o governo de Damasco parece mais concentrado na estratégia política para Beirute do que na perspectiva de se ver em luta contra o exército libanês. Essa cautela pode ajudar Assad a não cair na armadilha de dimensionar regionalmente a nova crise libanesa.

• Juan Carlos Gumucio, jornalista boliviano, é correspondente em Beirute do *Diário 16*, de Madri, e do *The Times*, de Londres.



O general Aoun desencadeou o conflito, para provocar talvez interferência internacional



A produção clandestina de ópio cresceu com o estímulo dos EUA durante a Guerra do Vietnã

En busca do equilíbrio

Autoridades laosianas empenham-se em evitar o crescimento descontrolado das zonas urbanas e enfrentam o narcotráfico que se instalou nas regiões mais inacessíveis do país

Philip Smucker

As pessoas ainda circulam de bicicleta despreocupadamente, e vivem em pequenas casas de madeira, rodeadas de jardins floridos. Essa cidade, que parece pertencer ao passado, é Vientiane, capital do Laos, uma das poucas cidades da Indochina sem problemas sociais. Por isso mesmo, o governo busca preservar suas principais características ao planejar seu futuro.

Sem a contaminação de Bangkok, nem os problemas de superpopulação que agoniam a maior parte das capitais da região, a vida transcorre em Vientiane, como numa aldeia. "Aqui ainda existe equilíbrio", disse Georges Kondracki, urbanista que trabalha no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Pnud. Kondracki faz parte de um grupo de especialistas que planejou o futuro imediato do país, na intenção de manter o prazeroso equilíbrio entre a vida rural e a urbana.

Apesar do Laos possuir um território

quase igual ao do Vietnã, (236.800 km²), a população é significativamente inferior: o Laos tem 3,8 milhões de habitantes, e o Vietnã, 55 milhões. Esta característica o converte num dos países de menor população em todo o continente asiático.

Dessa população, mais de 85% vivem em dez mil aldeias na dourada planície de campos de arroz, ao longo do rio Mecong, ou nas montanhas e selvas, que constituem o resto dessa nação sem acesso ao mar. Os dirigentes do país - em sua maioria originários das províncias - buscam destacar o desenvolvimento rural, sem depreciar as vantagens da tecnologia.

Ao contrário da vizinha Tailândia, o Laos aplica estritos regulamentos que limitam a imigração das zonas rurais para as urbanas. É esse rigoroso controle exercido pelo Estado, o que mantém Vientiane com uma população proporcional ao resto do país. Essas leis facilitam o planejamento do crescimento urbano e, para preservar essa característica do país, as autoridades trabalham no desenho de uma nova capital, que

permita manter as tradicionais casas com pequenos jardins, muito espaço para as bicicletas - um dos meios de transporte mais importantes dos laosianos - e ao mesmo tempo, criar uma moderna área comercial.

As zonas industriais estarão localizadas nos arredores da capital, de modo que seu centro possa reservar-se a compras, atividades recreativas e culto religioso. Pretende-se fazer de Vientiane uma cidade de "baixa densidade populacional", com cerca de 70 pessoas por hectare.

Com o fim da guerra do Vietnã, em 1975, o Laos proclamou a República Popular Democrática e iniciou o resgate dos valores tradicionais da cultura nacional, reorganizando a economia com um modelo socialista, de orientação marxista.

Transportes

Ainda resta definir um sistema de drenagem, que substituirá as valas negras que correm nos bairros mais pobres da cidade. Além disso, Kondracki e seus interlocutores no Laos desenharam um conjunto de módulos de casas de baixo custo, para 50 ou 60 famílias, empregando cimento misturado com fibras naturais e cinza, para diminuir o preço final das casas. Um protótipo já se encontra em construção com fundos do Pnud. "Quando as pessoas compreenderem que estas unidades são mais econômicas, começarão a imitá-las", explicou Sakon Savat, supervisor da construção do módulo.

Restam ainda muitos problemas a serem resolvidos, como o do transporte nas áreas montanhosas bombardeadas pela força aérea dos Estados Unidos, durante o conflito da Indochina. O Laos foi atingido pela média de uma tonelada de explosivos por habitante, durante a guerra. Em nove anos, os Estados Unidos lançaram mais bombas sobre o Laos que o total lançado na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Uma das consequências foi a saída massiva de refugiados para a Tailândia e outros países da região. Dois projetos-chaves poderão agilizar o desenvolvimento: a Rodovia Transasiática, que atravessará todo o continente e, em

particular, a Indochina, e a construção de uma ponte sobre o rio Mecong. Ambos estão em andamento.

O poder da droga

Entretanto, as autoridades de Vientiane enfrentam outro problema, muito mais sério: o poder do narcotráfico. Existem provas abundantes de uma conexão norte-americana no tráfico de drogas que tem por base o território do Laos.

Funcionários do departamento antidrogas do governo laosiano denunciaram, recentemente, que os grandes chefes do narcotráfico norte-americano estão investindo importantes quantida-

a droga, para obter divisas fortes".

Em fins de 1988, agentes norte-americanos interceptaram 64 toneladas de maconha concentrada que navegava para Seattle, na costa ocidental dos Estados Unidos, a bordo de um navio com tripulação tailandesa, norte-americana e australiana. O barco chamado "Encounter Bay", havia, aparentemente, deixado o porto vietnamita de Danang, com maconha concentrada colhida nas plantações do Laos, pertencentes aos narcotraficantes dos Estados Unidos.

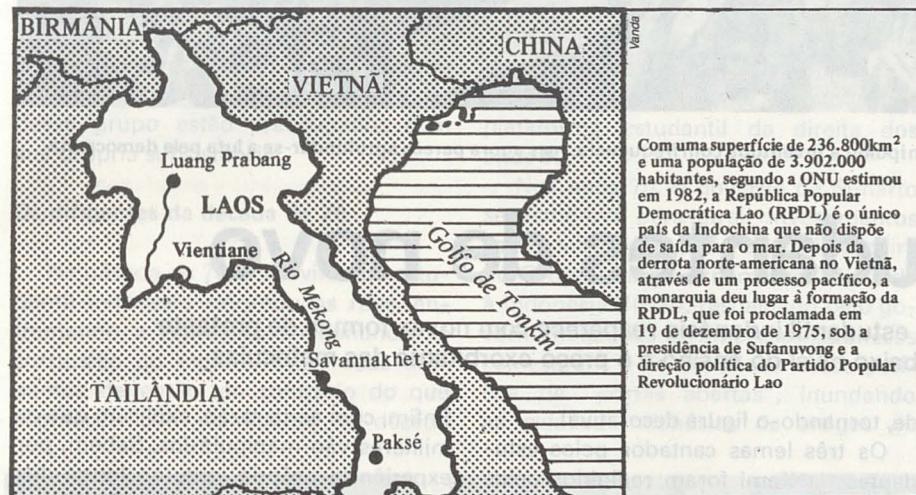
Os funcionários do Laos admitem que enfrentam um grave problema mas, negam as acusações sobre sua participação direta no tráfico. "Se as autoridades norte-americanas acusam o Laos,

Laos, dirigidos por caudilhos militares, colhem 1.200 toneladas métricas de ópio por safra. Segundo essas denúncias, os chamados "senhores da guerra" birmaneses, dedicados ao plantio de ópio, usam a parte norte do Laos como base para refinar a heroína de concentração "número quatro". Comenta-se que preferem esse país por suas regiões de difícil acesso. E, de acordo com essas mesmas fontes, nos férteis vales de ambos os lados do rio Mecong, os aldeões tailandeses e laosianos plantam diferentes tipos de maconha, com apoio dos traficantes ocidentais, que os abastecem com sementes e com o assessoramento para o cultivo. Em algo estão todos os governos de acordo: o sudeste asiático se converteu no principal centro mundial de produção ilegal de heroína.

Com base nessas denúncias, Washington ofereceu ajuda ao Laos para combater o narcotráfico. Mas, entre as autoridades laosianas existe uma grande resistência em aceitar a interferência norte-americana, sob pretexto de "ajudar" a combater o narcotráfico.

Está viva na memória do povo do Laos a lembrança de que, no momento máximo das operações clandestinas norte-americanas contra seu território, nos anos setenta, a Agência Central de Inteligência-CIA deu cobertura às minorias rebeldes, que se opunham a orientação governamental socialista, e financiou suas campanhas militares exportando o ópio que elas produziam. Esse apoio foi reconhecido por um ex-agente da CIA, num informe para a televisão norte-americana. "A CIA ajudou o general Vang Pao a utilizar uma linha aérea privada, chamada Air America, para tirar da região o ópio e seus subprodutos", denunciou o ex-agente.

Mas, embora o Laos rejeite os oferecimentos dos Estados Unidos para programas de substituição de cultivos em suas zonas montanhosas, o governo de Vientiane aceitou a aplicação de projetos similares com apoio das Nações Unidas. Os técnicos da ONU já estão trabalhando nesse sentido. Em função desses esforços, fontes diplomáticas ocidentais não duvidam em reconhecer que o Laos está "lutando duramente" para acabar com o problema da droga.



des de dinheiro em plantações de maconha e de ópio, em certas regiões do Laos relativamente imunes ao controle aéreo e à luta governamental contra os narcóticos.

Cidadãos norte-americanos estariam utilizando bares de Bangkok, como disfarce de seus investimentos no Laos. Segundo denúncias anônimas, eles pagam 16.000 dólares por tonelada de maconha, que, em seguida, vendem nos Estados Unidos por um milhão de dólares. A agência norte-americana para o controle de drogas, a DEA, diz, por sua parte, que o Laos se impôs como principal abastecedor de maconha concentrada, e que o produto é contrabandeado através da Tailândia e do Vietnã. Altos funcionários norte-americanos e tailandeses acusam o governo laosiano de "incentivar os camponeses a cultivar

nós temos mil argumentos para acusar os Estados Unidos de tráfico de drogas", disse o vice-chanceler Soubanh Sirthivath.

Recentemente, a polícia laosiana capturou estrangeiros – a maior parte, tailandeses, birmaneses e chineses – quando entravam ilegalmente no Laos e montavam refinarias de heroína.

Os funcionários de Bangkok, dedicados ao controle da droga, alegam que embora não se possa acusar o governo do Laos de conivência com o narcotráfico, as autoridades laosianas não controlam as remotas aldeias montanhosas, na zona do "triângulo de ouro", que faz limite com a Tailândia e a Birmânia, onde a maior parte do ópio é refinada e convertida em heroína. Segundo eles, membros das minorias nacionais que habitam as montanhas da Birmânia e do



Antigos estudantes reconhecem que o regime manipulou a juventude com frequência, mas agora parece aprofundar-se a luta pela democracia

Os estudantes de novo

Após anos de silêncio, o movimento estudantil indonésio reaparece com novas formas de protesto contra a falta de democracia, o baixo nível do ensino e o preço exorbitante das matrículas

Sem o apoio do movimento estudantil em 1965 e 66, o regime militar do general Suharto teria enfrentado maiores dificuldades para se consolidar no poder. A aliança entre as forças armadas indonésias e os jovens anticomunistas – mobilizados na Frente de Ação Estudantil, a Kami, na sigla original – ajudou a ganhar o apoio de um considerável setor da classe média, enquanto a atuação dos estudantes de esquerda provocava a paralisação das grandes cidades.

O general Suharto, estrategista astuto, conseguiu apresentar as mobilizações estudantis de tal modo, que a agitação de rua não parecia provocada por orientação militar. (Quando o presidente Sukarno, com o apoio do Partido Comunista, instalou uma política de cunho nacionalista e estatizou o petróleo, os militares, liderados por Suharto, assaltaram o poder num sangrento golpe, que fez mais de duzentas mil vítimas e privou o presidente de toda a autorida-

de, tornando-o figura decorativa).

Os três lemas cantados pelos estudantes da Kami foram redigidos pelos serviços de inteligência militar (referiam-se à troca de ministros, congelamento de preços e proscrição do Partido Comunista, e se tornaram fundamentais para desprestigar o presidente Sukarno, debilitando seu poder em benefício de Suharto. O jornal estudantil *Harian Kami* tornou-se o ponto de convergência da crítica dos jovens e intelectuais da época. Mas, uma vez cumprido o objetivo de derrubar o governo, quando o jornal começou a criticar o monstro que tinha ajudado a criar, o regime militar, rapidamente, o proibiu de circular.

Não sobrou muito daquela geração de jovens anticomunistas da Kami. Os mais destacados dirigentes, desiludidos, perderam interesse pela política. Alguns deles, agora com mais de 40 anos, alertam a nova geração de ativistas, dizendo não valer a pena fazer qualquer coisa,

Enfim, com certa razão, explicam que os militares vão manipulá-los. Sabem, por experiência própria, que, ao longo dos anos e de forma reiterada, o movimento estudantil indonésio foi usado por diferentes facções das forças armadas.

Os arrependidos

Outros ativistas da década de 60 ocupam hoje postos em organizações não-governamentais (ONG). Cheios de frustrações, muitos deles reconhecem o lamentável papel que cumpriram, ajudando a instaurar uma das mais duradouras ditaduras militares.

"A proscrição do Partido Comunista da Indonésia, dos sindicatos e de outras organizações políticas produziu a atual carência de forças capazes de se oporem ao poder constituído", disse um deles. Outro lamentou que "o país se transformou numa nação de pessoas dóceis e obedientes, com a mentalidade própria daqueles que seguem a

um líder inquestionável".

Finalmente, um terceiro grupo de ex-dirigentes estudantis ocupa altos cargos na administração do Estado. São conhecidos como carreiristas e dirigem importantes empresas. Um deles, Sofyan Wanandi, preside a PT Truba, que reúne todas as empresas militares do arquipélago. Cosmas Batubara, ex-militante do movimento estudantil católico, atualmente é ministro do Trabalho. Mas são minoria e todos correm o risco de perder o favor presidencial, ao menor sinal de dissidência.

Sarwono Kusumaatmaja, também ministro de Suharto, integrava um grupo da direita estudantil de 60, que decidiu, desde o princípio, trabalhar dentro do sistema. Seus companheiros ocupam altos cargos na administração e outros são professores universitários. Mais do que militaristas de coração, os membros desse grupo estão preocupados com sua própria subsistência.

Os dirigentes da década de 70

Na década de 70, o movimento estudantil indonésio retornou às ruas, enfrentando a repressão ao denunciar a corrupção do regime. Entre seus dirigentes de então, ao contrário do que aconteceu com os líderes da década

Ao longo dos anos e de forma reiterada, o movimento estudantil indonésio foi usado por diferentes facções das forças armadas

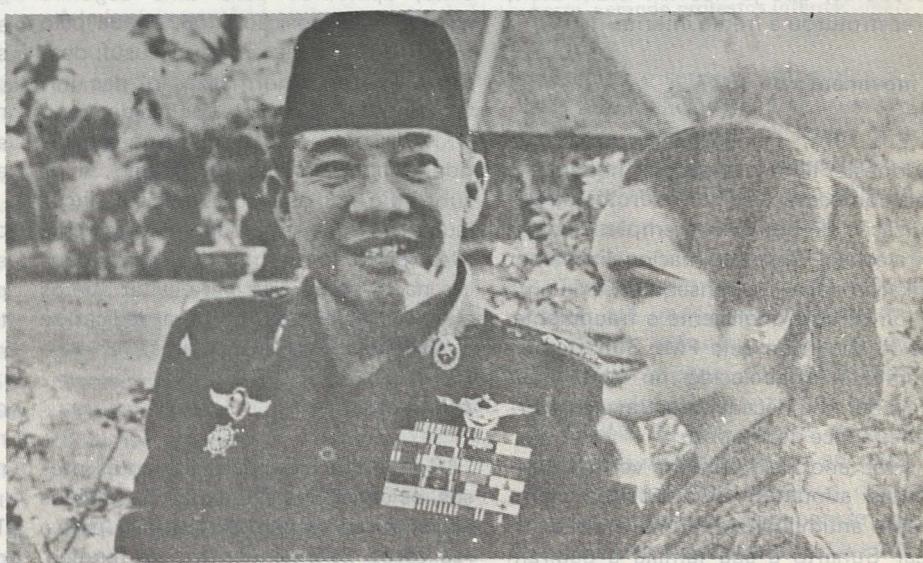
anterior, são bem poucos os que estão agora "acomodados" dentro do governo. Entre uns e outros, talvez a diferença mais significativa fosse a de que, enquanto os dirigentes do Kami, dos anos 60, confiavam que sua aliança com os militares serviria para restaurar a democracia, o movimento de dez anos depois não tinha esse tipo de expectativa. A mobilização teve seu auge em 74 e ficou conhecida como *Malari*: não limitava suas reivindicações às questões especificamente estudantis. Suas demandas incluíam aspectos políticos amplos, com enfoque diametralmente oposto ao da plataforma estudantil da direita dos anos 60.

Nos anos 70, o governo de Suharto se esmerava para atrair investimentos estrangeiros e recebia ajuda financeira do Grupo Intergovernamental de Ajuda à Indonésia (IGGI), respaldado pelo governo holandês. As empresas japonesas começaram a se beneficiar dessa política de "portas abertas", inundando as cidades indonésias de artigos de

consumo.

O movimento *Malari* nasceu quando Jan Pronk, ministro holandês de Cooperação para o Desenvolvimento e Presidente do IGGI, visitava Jacarta, a capital do país. Sua chegada coincidiu com a estadia na Indonésia do então primeiro-ministro japonês, Kakuei Tanaka. Muitos consideravam o representante do governo holandês como "o rosto gentil do capitalismo", enquanto que Tanaka era identificado com o capitalismo explorador. As manifestações para receber Pronk foram de caráter amistoso, mas a "boa-vinda" a Tanaka se converteu numa grande demonstração antijaponesa, na qual foram destruídas centenas de painéis de publicidade, automóveis e motocicletas de origem japonesa.

O movimento estudantil não fazia nenhuma diferença entre o modelo oferecido pelo capitalismo ocidental, representado por Pronk, e o modelo japonês representado por Tanaka. Refutava a ambos. Os militares que cercavam Suharto, no entanto, tinham suas preferências e eram bem diferentes entre si. O grupo de assessores mais próximo ao presidente, denominado *Aspri*, integrava o *lobby* dos japoneses. Já o então vice-comandante das forças armadas, general Sumitro, representava



Suharto (esq.) desarticulou as forças populares que apoiavam Sukarno (acima, com a mulher) e transformou o país numa nação de pessoas obedientes ao regime

a ala pró-ocidente.

O presidente não se pronunciou a favor de nenhum dos modelos, vendo vantagens em ambos. No entanto, as diferenças no seio do corpo do generalato se manifestou em violento choque de rua, em 15 de janeiro de 74. O general Ali Murtopo, do grupo Aspri, orquestrou uma série de distúrbios, culminando com o saque a um centro comercial. Os estudantes foram culpados pelos incidentes, ainda que ninguém tivesse dúvidas da responsabilidade dos militares. O movimento estudantil foi severamente reprimido, enquanto o grupo de generais liderados por Sumitro foi afastado do governo.

Embora os estudantes do Malari não obtivessem êxito em seu afã de estabelecer aliança com os sindicatos e as organizações representativas dos setores urbanos mais pobres, suas reivindicações ganharam grande simpatia e apoio popular. No entanto, desde então existe a impressão de que o movimento estudantil foi utilizado pelos militares pró-ocidentais, para afastar o lobby japonês. Essa avaliação se viu reforçada pela decisão de Suharto, após os distúrbios, de desmanchar o grupo Aspri. Em resumo: com a desculpa de atender reivindicações do movimento estudantil, o general Suharto se desfez de antigos colaboradores, que já não lhe eram úteis, e reestruturou a frente interna.

O movimento de 1977

Em 1977, a situação econômica da Indonésia tinha mudado. Enquanto o país começava a colher os frutos da valorização do petróleo, a empresa petroleira estatal Pertamina (nacionalizada por Sukarno) falia, em consequência de uma administração ineficiente e fraudulenta, sendo socorrida pelo FMI. Suharto, firmemente estabelecido no poder por mais de uma década, mostrava sua verdadeira face de ditador.

Esse ano, pela primeira vez, os estudantes adotaram uma posição claramente antimilitarista. Começaram a criticar Suharto e sua família e pediram sua renúncia. Para Suharto e os militares, a situação estava indo longe demais. Os principais dirigentes estudantis foram detidos, processados judicial-

mente e condenados a severas penas. À diferença do que ocorreu com o Kami, que era dirigido por grupos católicos e muçulmanos alheios às faculdades, a organização estudantil de 74 e 78 se baseou principalmente em conselhos de estudantes (DM), formados por faculdades, e "senados estudantis" (SM).

No movimento do final dos anos setenta, a imprensa estudantil teve uma papel significativo. As faculdades produziram uma infinidade de jornais, panfletos e informes, com análises políticas que conservam sua atualidade, principalmente no que se refere ao papel das forças armadas.

Dois levantes, em um curto espaço de tempo foram suficientes para convencer o governo da necessidade de desarticular a organização dos estudantes de uma vez por todas. Para isso, o governo sancionou a Disposição 028, que proibia a participação de estudantes em atividades políticas e manifestações de rua. Como essa disposição não teve êxito, apelou-se para uma segunda norma, a Disposição 0156, ditada pelo ministro da Educação Daud Yusuf, destinada a fazer a "normalização" das universidades. A nova lei, conhecida como NKK, dissolveu os conselhos universitários e os "senados estudantis", e os substituiu por estruturas oficiais vinculadas à burocracia da universidade. Além disso, foram introduzidas mudanças na carga horária, para evitar que os alunos tivessem tempo para dedicar-se a atividades extra-curriculares.

A luta atual

Com seus principais dirigentes presos, os conselhos estudantis dissolvidos e a exigência de permissão prévia para a realização de qualquer tipo de reunião, o movimento estudantil diminuiu, até desaparecer. O processo de desmobilização foi tão eficiente, por parte do governo militar, que os estudantes só se reorganizaram dez anos depois.



O militar controla a urna, enquanto a eleitora vota

Em novembro de 1987, na cidade de Ujung Pandang, muitos estudantes saíram às ruas para protestar contra a disposição legal que obrigava os motociclistas a usar capacetes. As forças repressivas responderam com mão de ferro e 14 estudantes morreram em consequência da repressão. Este movimento não se propunha a ser um modelo para outras manifestações estudantis, mas serviu para demonstrar que a temperatura nas universidades estava próxima do ponto de ebullição.

É importante deixar claro que, desde o início da década de 70, o movimento estudantil não se considerava uma força política, mas uma força moral de protesto. Por isso, não elabora um programa político para sustentar suas reivindicações. Ainda que seja óbvia a fraqueza desta posição, ela não exige de seus dirigentes um compromisso político definido, o que é uma vantagem.

A Indonésia, como outros países do Terceiro Mundo, é uma nação composta principalmente por jovens. Mais da metade da população tem menos de 21 anos de idade, e as cidades são o grande atrativo para os que são das áreas rurais. O número de escola aumentou, mas as instituições universitárias não

podem absorver todos os que vêm do 2º grau e desejam continuar estudando. As oportunidades de trabalho diminuíram para aqueles que concluem ensino superior, e um diploma universitário já não é mais garantia de emprego, nem sequer para aqueles que têm doutorado. Os problemas dos estudantes têm se multiplicado e à falta de perspectivas econômicas somam-se os elevados custos das matrículas e mensalidades, o grande número de professores incompetentes, a superlotação das salas de aula e, como fator da exacerbada tensão que impera, a falta de canais para expressar o descontentamento.

No ano passado, os estudantes de dezenas de universidades, institutos de arte e de pesquisa, institutos de formação de professores e de técnicos especializados, ocuparam as ruas para protestar, principalmente por questões estritamente estudantis. A escala deste protesto variou, desde manifestações restritas ao âmbito das faculdades até outras, que chegaram a ocupar as manchetes da imprensa nacional. No momento, as ações estudantis permanecem isoladas, em consequência das medidas governamentais de 1978, que fragmentaram o movimento. A imprensa estudantil, que naqueles dias serviu para difundir as manifestações, levando os problemas locais de cada universidade ao âmbito nacional, hoje está proscrita e não existem indícios de que esta situação possa mudar. No entanto, os signos da solidariedade, entre os diferentes movimentos, são evidentes. Depois da matança de Ujung Pandang, os estudantes de Bandung se dirigiram ao parlamento local para protestar.

Cueiros vermelhos

O general Setyana, comandante militar da região de Java Central, alarmado com o crescimento das mobilizações estudantis em todo país, exigiu que os diretores de estabelecimentos de ensino estejam atentos à evolução dos acontecimentos, e chamou a atenção para as viagens que os estudantes realizam de uma cidade para outra, a fim de trocar experiências. "Essas visitas podem provocar uma escalada do movimento estudantil", advertiu o general.

Em 1987, quatorze estudantes foram mortos pela repressão policial, quando protestavam contra a obrigatoriedade do uso do capacete por motociclistas

O ministro para Assuntos Religiosos, Mukti Ali, atual reitor da Universidade Islâmica Estatal (IAIN), proferiu um discurso, há algum tempo, exigindo respeito pelos direitos políticos dos estudantes universitários. "Chegou a hora de serem reabertas as estruturas representativas do movimento estudantil, para que possa expressar-se. Os estu-

de vingança.

Na verdade, o que pensam os estudantes? Petrus Barus, expulso da universidade porque militava no grêmio, declarou que a manipulação financeira dos estabelecimentos de ensino se equipara à de qualquer empresa comercial que opera na praça. Outros alunos criticaram os organismos que substituíram os conselhos e senados estudantis, afirmando que se trata de simples instrumentos de extensão das autoridades da universidade. Um aluno do curso de formação de professores, que chefia uma das repartições do governo, afirmou que são os próprios órgãos governamentais que estão substituindo os



A Indonésia mantém a ocupação militar de Timor Leste, gerando protestos internacionais

dantes não devem ser silenciados, por que o silêncio é uma desonra", expressou o reitor.

A maioria dos oficiais do exército e muitos dos ativistas do movimento estudantil dos anos sessenta - hoje desempenhando funções no governo - estão contra essas manifestações liberais. Estes setores temem que o ativismo estudantil escape ao controle do Estado, e com isso haja uma aproximação dos oficiais mais jovens com os estudantes, levando a um movimento reformista dentro do exército. Um artigo, publicado num diário de Jacarta por um funcionário anônimo do governo, afirmava que os estudantes atuais eram "bebês com cueiros vermelhos", filhos dos comunistas massacrados em 1965, e que sua rebeldia contra o regime militar era motivada por puro sentimento

conselhos e senados estudantis, e que, com sua ineficiência, empurram os estudantes à ação direta. "Todos os organismos coletivos de representação estudantil foram fechados, não só aqui como em todo o país", afirmou o estudante.

Torna-se impossível, no momento, prever até onde chegará o movimento estudantil indonésio. Não é correto comparar o papel da mobilização dos jovens indonésios com o dos estudantes da Coréia do Sul ou dos movimentos populares da Birmânia, no ano passado. No momento, os objetivos dos estudantes indonésios não passam de reivindicações estritamente universitárias, em particular de um rechaço à lei antidemocrática que acabou com a prática do exercício dos direitos políticos nas universidades.

TRANSNACIONAIS

A expansão permanente

Os investimentos das empresas transnacionais triplicaram nos últimos anos, mas o grosso dos fluxos foi dirigido para as nações industrializadas. No mesmo período, os investimentos das transnacionais nos países subdesenvolvidos diminuíram, embora nestes se verifique hoje uma atitude mais receptiva e pragmática em relação às empresas estrangeiras



O processo de transnacionalização da economia mundial está se acelerando, cristalizando o domínio norte-americano, europeu e japonês

Pablo Piacentini

Tais tendências, que marcam o presente e condicionam o futuro da economia mundial, surgem dos estudos do Centro das Nações Unidas sobre as Corporações Transnacionais, cujo diretor, Peter Hansen, conversou em Roma com **terceiro mundo**.

A transnacionalização da economia planetária, que se expressa em um aumento dos investimentos que supera nitidamente o crescimento do Produto Bruto Mundial, não é um processo re-

cente, mas está se acelerando. Segundo as análises do Centro, que tem sede em Nova Iorque, os investimentos estrangeiros diretos em escala mundial triplicaram entre 1984 e 1987, passando de 54 bilhões de dólares a 134 bilhões de dólares. O aumento foi de 39% em 1985, de 58% em 1986, e de 46% em 1987.

A aceleração do processo evidencia-se, se for comparado o triênio 1984/87 com o anterior. A média anual dos investimentos, em 1984/87, foi de 81 bilhões de dólares, enquanto que a média no período 1981/83 foi de 41 bilhões de dólares.

Uma parte do aumento, no último

tríenio considerado, se deve à depreciação do dólar a partir de 1985. Em virtude das cifras globais estarem expressas em dólares, a desvalorização da divisa norte-americana implicou a revalorização dos investimentos feitos em outras moedas: iene, marco alemão, libra esterlina, etc..

Os cálculos indicam que o incremento do último triênio provocado pela depreciação do dólar, alcançaria uma terceira parte do montante. Portanto, ainda descontando esse terço da triplicação dos investimentos em 1984/87, a expansão continua sendo impressionante.

Hansen e os analistas econômicos

prevêem que a transnacionalização da economia mundial continuará e se aprofundará nos próximos anos. É bem provável, já que, entre outros fatores, a solidificação do mercado unificado da Comunidade Econômica Européia-CEE, em 1992, é hoje e continuará sendo futuramente um ímã para os investimentos, tanto externos como de países-membros.

Isto se deve a uma previsão, muito divulgada, sobre as barreiras que a CEE colocaria a partir de 1992 aos mercados externos, não obstante os constantes desmentidos de fontes da Comunidade. Teme-se que os doze países, ao mesmo tempo que integrem suas economias, travem a entrada de produtos e equipamentos vindos do exterior.

Em consequência, muitas empresas transnacionais, que hoje exportam sem maiores obstáculos para os países da CEE, e que continuariam a operar de suas matrizes, se não fosse pela proximidade de 1992, estão efetuando investimentos diretos na área, para não ficar fora do maior mercado mundial (com mais de 320 milhões de habitantes de elevado poder aquisitivo) depois de sua completa unificação. É um processo semelhante ao que recentemente induziu numerosas corporações, sobretudo do Japão e Europa Ocidental, a se instalarem nos Estados Unidos, para fugir das medidas protecionistas da superpotência.

Em consequência, os Estados Unidos, desde 1985, são o maior receptor de investimentos externos e, ao mesmo tempo, o primeiro investidor mundial. No período 1981/83, recebia 18% dos investimentos totais, e, em 1984/87, aumentou sua participação em 25%, nada menos do que a quarta parte de todos os investimentos externos das corporações transnacionais.

Comércio Norte-Sul

De certa forma, estes antecedentes explicam a expansão dos investimentos, e como se concentraram nos países desenvolvidos, numa espécie de intenso tráfego cruzado, no sentido Norte-Norte.

Outro dos processos que intensificaram os investimentos é a superação

As nações do Terceiro Mundo terão que enfrentar dura oposição das potências industrializadas, que, com os Estados Unidos à frente, pressionam tanto no âmbito do GATT, como a nível bilateral, sem excluir extorsões comerciais. O conflito provocado pelos Estados Unidos, a propósito da reserva brasileira de mercado, é somente o exemplo mais notório da ofensiva



As nações industrializadas têm imposto condições injustas no comércio internacional

da recessão mundial, no começo desta década, e a posterior recuperação que se prolonga até o momento. O período da recessão, tal como era de se esperar, pôs um freio à expansão dos investimentos e no intercâmbio em geral.

Os dados do centro mostram que em 1981/83, o Produto Nacional Bruto-PNB dos países desenvolvidos cresceu em média 1,3% ao ano e o dos subdesenvolvidos, 1%; em 1984/87, o crescimento foi respectivamente de 3,3% e de 2,5%. Nos mesmos períodos, o volume do comércio mundial passou de uma média de aumento anual de 0,5% a 4,8%.

Também está computado nesta tendência o aumento da taxa de juros dos investimentos estrangeiros diretos. "Por exemplo," – afirma-se em um estudo do Centro – o rendimento dos investimen-

tos dos Estados Unidos no exterior atingiu uma média de 11,3% em 1981/83, para subir a 14,8% em 1984/87; em 1987 foi de 18,4%, o mais elevado desde 1981".

O total (acumulado) dos investimentos estrangeiros já superou os 800 bilhões de dólares e, segundo Hansen, seria muito maior, se se considerassem as formas de participação não-acionárias, como associações e acordos sobre licenças e patentes. Mas, no Terceiro Mundo, os investimentos caíram notadamente. Em 1981/83 representavam 27% e no triênio seguinte baixaram a 21%.

Nesse conjunto de nações, somente na África e na Ásia Ocidental o nível não sofreu maiores variações, enquanto na América Latina e no Caribe foi regis-

da maior retração, caindo de 13 para 8% do total mundial, embora tenha sido justamente a América Latina a região onde se aplicou a maior parte dos esquemas de conversão da dívida por capital.

Hansen observa que esta diminuição se verificou apesar de, nos países subdesenvolvidos, se comprovar uma atitude mais receptiva do que no passado: "Não é que de um dia para o outro tenham mudado seus pontos de vista. Neste novo enfoque, têm influência sérios problemas econômicos, que afetam os países em desenvolvimento, como o peso do serviço da dívida e a falta de fluxos creditícios. Por outro lado, estes países sentem que hoje é maior a sua capacidade de negociar com as corporações em termos mais vantajosos. Como consequência destas mudanças, hoje os esforços se concentram mais nos recursos para o desenvolvimento econômico que as transnacionais podem proporcionar".

Sem dúvida, hoje um grande número de países está formulando aberturas - em diferentes graduações e modalidades - em relação às corporações transnacionais, incluindo alguns países socialistas, com a China à frente. Os esquemas de privatização estão sendo aplicados em numerosos países, onde, até há poucos anos, as empresas estatais ocupavam um espaço importante.

Equilibrar o balanço de pagamentos

Quase toda semana são anunciadas medidas de liberação do regime de in-

vestimentos estrangeiros, seja a nível setorial, seja a nível nacional.

A crise econômica e o endividamento de numerosos países subdesenvolvidos se encontram entre os fatores que o Centro ressalta para explicar a nova atitude. Mas, não se trata de um abertura indiscriminada, já que são favorecidos principalmente aqueles investimentos que reforçam a capacidade de exportação das economias e, dessa forma, equilibram os balanços de pa-

tar a metade dos investimentos mundiais.

Isso é explicável, já que nos países subdesenvolvidos grande parte dos serviços compreende atividades incipientes, que passariam a ser controladas completamente pelas corporações transnacionais, se não fossem protegidas.

Por outro lado, as filiais das empresas, que atuam neste âmbito, praticamente não exportam do Terceiro Mundo, enquanto que importam e expandem seus lucros. Logo, o balanço de pagamentos dos serviços tende a ser deficitário. Constituem uma exceção aqueles setores de serviços que estão ligados às exportações e ao turismo, precisamente porque fornecem ingressos externos e contribuem para levantar o balanço de pagamentos.

A resistência dos países do Terceiro Mundo em facilitar a entrada de corporações no setor de serviços, assim como em outras áreas estratégicas, responde, portanto, a seus interesses fundamentais e é de se supor que se manterá no futuro, apesar da transnacionalização da economia mundial.

Mas, terão que enfrentar uma dura oposição das potências capitalistas industrializadas, que, com os Estados Unidos à frente, pressionam tanto no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio-Gatt, como a nível bilateral, sem excluir extorsões comerciais. O conflito provocado pelos Estados Unidos, a propósito da reserva de mercado que impôs o Brasil para proteger a sua incipiente indústria informática, é somente o exemplo mais notório da ofensiva.



Um dos atrativos para as transnacionais é o baixo custo da mão-de-obra do Terceiro Mundo

gamentos. Os esforços são dirigidos, portanto, para as filiais de corporações que operam no campo industrial e podem colocar parte de sua produção em mercados externos.

Para isso, os países do Sul oferecem o atrativo de um custo de trabalho bastante inferior ao dos países industrializados.

Há, em compensação, uma tendência a manter restrições na área dos serviços, que a nível internacional foi o setor que mais cresceu, a ponto de represen-

ATENDENDO A PEDIDOS

Solicite agora os livros e discos de sua preferência, por telefone ou carta, independente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes.

Ligue: (021) 252-7440 e faça seu pedido.

terceiro mundo

POSTAL CULTURAL

GUIA 89

Nos próximos dias, nas principais bancas do país, GUIA DO TERCEIRO MUNDO/89. Reserve já o seu exemplar.

ANO III — 1989 — Nº 21

Preços desta edição válidos até 15.06.89

DOMINAÇÃO PELA FOME

fartura e desperdício

DOMINACÃO PELA FOME

Economia Política
do Abastecimento

FARTURA E DESPERDÍCIO

MIRANDA NETO

Fu

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência política-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político.

Segundo Miranda Neto, as maiores vítimas dessa intricada e complexa trajetória dos produtos

— do campo à mesa — são o pequeno produtor, o varejista e o consumidor, que estão completamente desassistidos por causa de uma ineficaz política nacional para a produção de alimentos, dita pela demanda externa. O mercado internacional é quem indica o que e quanto será plantado e colhido na próxima safra, em detrimento do abastecimento interno.

Para o autor, a fome é um problema de soberania nacional, na medida em que compromete toda uma geração. "É uma geração que não vai poder pensar ou discutir, pois não vai ter a formação completa do cérebro por causa da desnutrição; sua ou de sua mãe", pondera o economista. O que distingue os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos não é somente a existência de recursos naturais, nem a disponibilidade de capital, mas, sobretudo, o surgimento de idéias e líderes que irão conduzir a uma organização social mais justa e democrática, livre da vergonhosa mancha da fome.

E-193 NCz\$ 7,50

ROGER SMITH
De: Albert Lee

Presidente da maior e mais poderosa empresa do mundo, a General Motors, com 3 milhões de empregados e um faturamento anual de 100 bilhões de dólares, Roger Smith exerce a liderança mais polêmica da história da administração de

empresas em todo o mundo. A GM possui fábricas e instalações, da Austrália ao Zaire. De cada cinco automóveis, um foi fabricado pela GM. De suas fábricas, saiu até mesmo o único carro estacionado na superfície da lua. Seus competidores mais próximos têm menos da metade do seu patrimônio. Produziu a grande maioria de todas as locomotivas diesel e mais computadores do que qualquer um, e só perde para o Governo dos EUA em operações financeiras.

Na direção da General Motors, desde 1981, Roger Smith mexeu na estrutura organizacional que a orientou durante 75 anos e a mantinha na liderança. Investiu 80 bilhões de dólares para reestruturar a corporação à sua maneira. No seu projeto estão incluídos a elite da alta tecnologia, fábricas robotizadas, mão-de-obra reduzida e o seu objetivo é o domínio da indústria automobilística mundial.

Dispondo de bilhões de dólares para investir em equipamentos modernos e informatizar a produção, a GM tornou-se, em pouco tempo, a indústria automobilística mais dispendiosa da América, com os mais baixos índices de lucratividade. Roger Smith tem até 1990, quando termina sua gestão, para jogar a GM no século XXI, à frente de todos os concorrentes, ou transformá-la num gigante falido.

Publicado recentemente nos Estados Unidos, o livro Roger Smith vem causando grande impacto na imprensa internacional.

E-189 NCz\$ 13,00

HISTÓRIA VIVA

para ler e consultar



**MEMORIAL DOS
PALMARES**
De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 pág.

E-171 NCz\$ 6,50

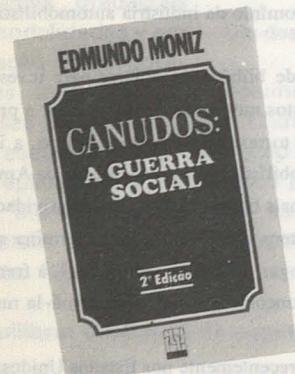


**VENDAVAL DA
LIBERDADE**
A Luta do Povo pela
Abolição
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstitui o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. **Vendaval da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 NCz\$ 6,50



**CANUDOS:
A Guerra Social**
De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 NCz\$ 9,00

LIVROS

DE SUCESSO

Afundação
Roberto Marinho



AFUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO
De: Roméro C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 NCz\$ 9,00

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 NCz\$ 7,50

Geneton Moraes Neto

Cartas ao Planeta Brasil

Relacionadas com Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Darcy Ribeiro, Francisco Júlio, Gilberto Freyre, Geraldo Bulhões, Hélder Câmara, Henfil, Hélio Caetano, Jânio Quadros, Joaquim Nabuco, Luiz Gonzaga, Pedro Paulo, Roberto Marinho, Rosinei, Fernando Ezequiel



**CARTAS AO PLANETA
BRASIL**
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Júlio, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 204 pág.

E-181 NCz\$ 8,00



O CASO PANTHER
De: José Joffily

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua juventude, exumando com um meticuloso e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajaí, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoneira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

MIGO
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 NCz\$ 12,00

Assine terceiro mundo

Descontos
Promocional
e
Brindes

É PRESENTE O ANO INTEIRO...

PRA TODA A VIDA



Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	15,00	15,00	-
2	15,00	30,00	-
3	15,00	45,00	-
4	15,00	60,00	1 Livro de nossa escolha
5	15,00	75,00	3 Livros de nossa escolha

Assinatura (6 meses) NCz\$ 11,40 Renovação NCz\$ 15,00

Assinatura (2 anos) NCz\$ 30,00 Exemplar avulso NCz\$ 1,90

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal – ag. Lapa

4 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal – ag. Lapa

2 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal – ag. Lapa

5 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal – ag. Lapa

3 Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.: Remessa por () cheque nominal ou () vale postal – ag. Lapa

REMETENTE

Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: CEP Tel.:

INFORMAÇÃO • FORMAÇÃO • ENTRETENIMENTO



BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, o perfeito Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" – declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento". 73 pág.

E-184 NCz\$ 4,00

COMBATE NAS TREVAS De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 NCz\$ 7,00

UM DESAFIO CHAMADO BRASIL De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nossas elites no poder. 107 pág.

E-172 NCz\$ 3,50

SALA 4 De: Maria Werneck

Maria Werneck consegue com este livro lembrar com afeto e carinho o nome de suas companheiras da "Sala Quatro" e, na medida do possível, retratá-las, contar-nos o que era a vida diária na prisão, as idéias que trocavam e, até mesmo, as características pessoais de boa parte delas.

O livro descreve cenas dramáticas da retirada da cela da mulher de Prestes, entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista, onde morreu num campo de concentração.

E-192 NCz\$ 6,50

O HOMEM E SUA FICHA De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

E-180 NCz\$ 10,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO De: Mikhail Gorbachiov 77 pág.

E-155 NCz\$ 2,50

- Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

(assinante (não-assinante)

Nome Endereço

Bairro Cidade

Estado CEP Tel:

Profissão

comprador

CÓDIGO	QUANTIDADE								

TABELA DE DESCONTOS

- 5% Para pedidos acima de NCz\$ 25,00
- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 38,00

terceiro mundo
postal cultural nº 21

PREÇOS
VÁLIDOS
ATÉ 15.06.89



A comunicação deve suprir, na África, as insuficiências da educação formal

Imprensa rural e desenvolvimento

A variedade de línguas faladas na África, além dos idiomas deixados pelos colonizadores, torna crucial a questão da comunicação para centenas de milhões de pessoas e para dezenas de governos envolvidos na batalha do desenvolvimento

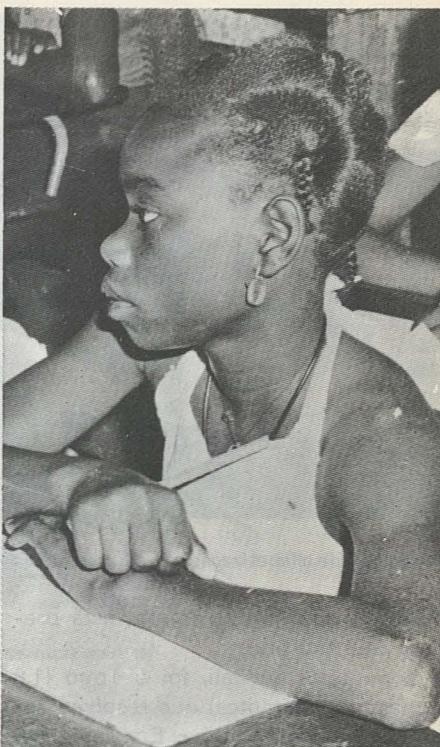
Edouard Bailby

O continente africano está sofrendo até hoje as consequências do colonialismo. Com efeito, 45 países têm como idioma oficial alguma língua europeia: francês, inglês, português ou espanhol. Apenas um, a Somália, deixou de utilizar a língua dos antigos colonizadores, isto é, o italiano. Ora, essas línguas são essencialmente urbanas. No interior, onde vivem 80% da população rural, o meio de comunicação usual continua sendo um dos 1.600 idiomas ou dialetos oficialmente recenseados pelas organizações internacionais. Em termos práticos, isto significa que as políticas de integração nacional ou regional enfrentam sérios obstáculos.

O problema mais grave é o do desenvolvimento. Como conseguir que as populações do campo recebam as mensagens difundidas a partir dos centros de decisão? Vejamos um exemplo: se um governo resolve lançar uma campanha popular, para erradicar determinada doença ou melhorar as condições de plantio de certos produtos agrícolas, ele terá a maior dificuldade em comunicar-se com os habitantes afastados dos centros urbanos. O pior é que às vezes cada região, ou mesmo cada aldeia, tem a sua própria língua.

Logo após a independência, nos anos sessenta, as antigas colônias francesas e inglesas começaram a estudar os meios de estabelecer um sistema de comunicação permanente com as zonas rurais. Era um projeto particularmente difícil, uma vez que as línguas africanas são línguas orais, sem alfabeto escrito. Foi assim que, em 1972, a pedido de oito Estados francófonos, a Unesco organizou um seminário em Dacar, capital do Senegal, sobre a possibilidade de criar pequenos jornais rurais, para conscientizar as populações. Durante dois meses, jornalistas, responsáveis pelos programas de alfabetização, e especialistas em desenvolvimento, estudaram juntos a melhor maneira de resolver o problema.

O país escolhido para essa experiência foi o Mali (5,7 milhões de habitantes), onde mais de 60% da população falam a mesma língua, o bambara, ao passo que em outros, como o Níger, há uma multiplicidade de línguas minoritárias. Nasceu assim, no mesmo ano, uma publicação mensal, "Kibaru", cujo êxito foi imediato. De cinco mil exemplares, com efeito, passou rapidamente para 12.500 exemplares. Inspirando-se nas recomendações do seminário de



Dacar, o jornal procurou oferecer a seus leitores, em língua bambara, uma grande variedade de artigos sobre problemas práticos da vida: higiene, educação dos filhos, agricultura, condições de trabalho, etc.. Um espaço importante foi reservado às cartas dos leitores. Por falta de jornalistas profissionais, os redatores de "Kibaru" foram escolhidos entre professores, funcionários do desenvolvimento rural e médicos.

Higiene, educação, técnicas

A tiragem limitada de "Kibaru" pode parecer surpreendente aos leitores brasileiros. Além de ter sido a primeira experiência do gênero, é preciso não esquecer de que, na África, os alfabetizados costumam ler, para aqueles que não sabem, os poucos jornais e livros que chegam às suas mãos. Além do mais, os problemas de fabricação e transporte são enormes na maioria desses países. Infelizmente, "Kibaru" deixou de sair durante três anos, por falta de financiamento. Hoje, com oito páginas, a sua tiragem oscila em torno de 2 mil exemplares. Apesar dessa difícil experiência, um segundo jornal, "Kabaaru", foi lançado algum tempo depois e um terceiro,



Programas de alfabetização são a base dos projetos de modernização

Todos os recursos servem para passar noções de higiene e saúde

"Kibare", em língua soninke, está previsto para este ano.

Logo após o Mali, foi o Togo (1,8 milhão de habitantes) que resolveu seguir o mesmo caminho. Em setembro de 1972, um jornal de quatro páginas, "Game Su", foi lançado sob os auspícios do Ministério dos Assuntos Sociais e do Ministério da Informação. Redigido em língua ewé, os seus artigos abrangem problemas relacionados com a saúde, a agricultura, a educação cívica e o desenvolvimento do campo. Também as cartas dos leitores ocupam um espaço importante em suas colunas. Graças a uma equipe de voluntários, "Game Su" é distribuído nas feiras e nas escolas das aldeias. A sua tiragem não ultrapassa 2.500 exemplares. Desde janeiro de 1977, está sendo impresso um segundo jornal, "Tew Fema", este em língua kabye.

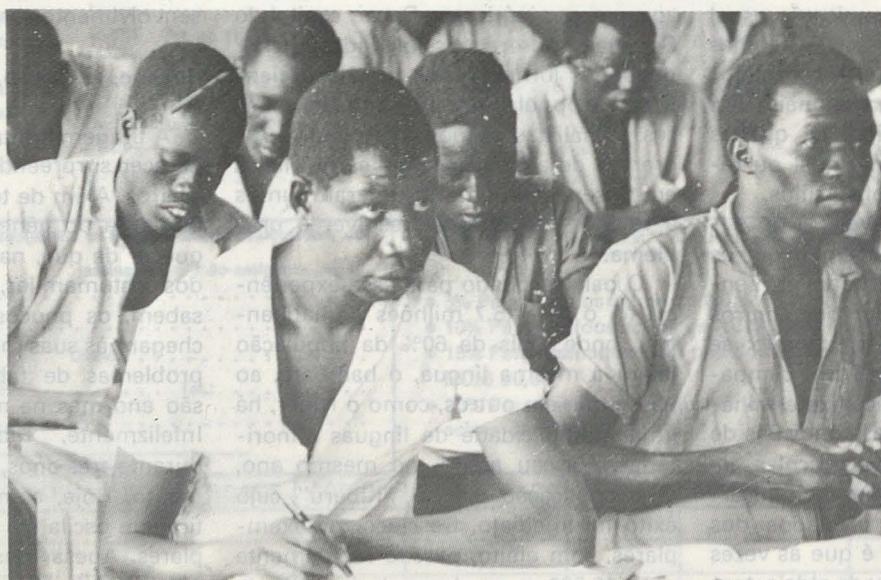
A dupla experiência do Mali e do Togo, duas antigas colônias francesas, se estendeu aos demais países da África negra. Hoje, são mais de 50 jor-

nais rurais, que estão sendo distribuídos em quinze países. Só a Zâmbia (4,3 milhões de habitantes) tem seis publicações em seis línguas diferentes. O Quênia já tem 10 jornais em kiswahili e, até o fim deste ano, todas as regiões do país terão uma publicação em língua africana, mesmo que a tiragem de cada uma seja relativamente modesta, isto é, inferior a 10 mil exemplares. Aliás, é num pequeno país, o Ruanda (5,5 milhões de habitantes), anteriormente colonizado pelos belgas, que existe o jornal rural de maior tiragem em toda a África, ao sul do Saara: 57 mil exemplares. Ca-

so único no seu gênero, "Hobe" foi fundado pela missão católica.

Graças à sua política de integração nacional dentro das necessidades do desenvolvimento, o antigo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, conseguiu aplacar as dificuldades ocasionais pela existência de 120 línguas e dialetos em seu país. Ao escolher o swahili como língua nacional e oficial, ele conseguiu evitar a desintegração política e assentar as bases de um Estado poderoso no leste da África. Ao mesmo tempo, Nyerere criou em toda a região um sentimento forte de solidariedade cultural.

Com efeito, o swahili é falado por mais de 50 milhões de pessoas, espalhadas numa dezena de países (Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Zaire, Comores, etc...). Os oito jornais rurais publicados na Tanzânia têm uma tiragem que oscila entre 20 mil e 50 mil exemplares. O mais importante, "Elimu Haina Mwisho" (A educação não tem fim), foi fundado em 1974 e chegou a alcançar, em certa época, 100 mil



A tarefa de uma imprensa rural na África é a de divulgar conhecimentos práticos

exemplares. Mas, a experiência provou que não convinha ter tiragens importantes, uma vez que aumentam rapidamente os problemas de fabricação, transporte e distribuição. A Tanzânia, como os demais países do continente, ainda sofre das graves falhas de suas estruturas.

Rede frágil

Além da falta de profissionais de imprensa, os países africanos conhecem dificuldades de todo gênero: meios de transporte deficientes, gráficas de capacidade limitada e geralmente localizada longe das zonas rurais, cortes de luz, índice alto de analfabetos e, sobretudo, falta de recursos financeiros. Por estas razões, os jornais rurais têm uma periodicidade irregular e uma tiragem limitada. Praticamente todos dependem, para sobreviver, das subvenções do Estado, através dos ministérios ou organismos de desenvolvimento. Alguns tentaram conseguir publicidade paga junto a pequenas empresas locais ou mesmo quitandas, mas a cobrança lhes saía mais cara que o montante do dinheiro arrecadado. Conseguir avisos pagos das transnacionais europeias e norte-americanas? A resposta é simples: se os jornais rurais foram criados para proteger as culturas endógenas e associá-las às possibilidades de desenvolvimento, dentro dos limites financeiros e técnicos do Estado, não há porque encorajar a aquisição de produtos sofisticados, que não se adaptam às necessidades imediatas da população. Facilitar, por exemplo, a importação de automóveis de luxo num país pobre, em detrimento de pequenos tratores ou adubos, é contraprodutivo, sob todos os pontos de vista. Por outro lado, essas mesmas empresas estrangeiras sabem que não dispõem de um mercado rentável, tendo em vista o li-



Disseminar técnicas agrícolas mais produtivas é uma das ambições

de comunicação rural

mitado poder aquisitivo dos habitantes do campo. Por aí se vê que o papel do Estado continua sendo de vital importância nos países em desenvolvimento.

Os próprios governos ocidentais, que tanto têm criticado o projeto da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação-Nomic, têm, no entanto, prestado a sua ajuda técnica e financeira ao lançamento dos jornais rurais no continente africano. É o caso dos Países Baixos, no Quênia, ou da Alemanha Federal em outros países. Também o Japão tem contribuído para a formação de jornalistas profissionais. É que não há desenvolvimento viável, sem o estabelecimento de um equilíbrio no campo das comunicações entre as cidades e as zonas rurais.

Não há dúvida de que os jornais rurais na África constituem uma rede frágil. Mas, de sua existência depende em grande parte o futuro linguístico de numerosas etnias. As potências europeias aproveitaram o tempo da colonização para dividir artificialmente o continente em estados submissos a seus interesses. Vejamos alguns exemplos: o ioruba é falado em três países: Benin, Togo e Nigéria; o kikongo em Angola, no Zaire e no Congo; o fulfuldi, em Burkina Faso, no Níger, no Mali, na Guiné, em Guiné-Bissau, no Senegal e na

Mauritânia. No próprio Togo, a língua ewé não se limita ao território do país, que foi colonizado, primeiro, pelos alemães e, depois, pelos franceses. Também é falada no Benin e em Gana. Em definitivo, pouquíssimos são os Estados independentes da África que têm, como o Mali ou o Senegal, uma língua falada por mais de 60% da população.

Hoje, graças à informática, as línguas africanas vão receber novo im-

pulso. Um jovem pesquisador, Bernard Césari, conseguiu, a partir de suas próprias experiências, inventar um dispositivo, conhecido pelo nome de Afralpah, capaz de reconhecer e imprimir, por meio de um computador, os signos especiais das línguas africanas. É um avanço enorme no campo da linguística, que possibilitará a divulgação de obras científicas e educativas nos idiomas africanos, além de facilitar o desenvolvimento da imprensa rural em todo o continente. Para compreender melhor a importância de um alfabeto africano de referência (26 letras do alfabeto latino e 24 letras especiais cobrindo o conjunto das particularidades fonológicas das línguas africanas), basta imaginar a hipótese de que o português escrito em São Paulo fosse diferente do português escrito no Recife ou em Belém. Uma das consequências mais interessantes dessa descoberta será a utilização de legendas em bambara, oulof ou swahili nos filmes apresentados nos programas de televisão. A partir daí, as populações das zonas rurais se sentirão melhor integradas no mundo moderno.

Fica um problema: saber quais as línguas africanas que deverão ser no futuro transcritas em caracteres latinos e quais em caracteres árabes. Pois, na África, também o Islã está presente.

Umberto Eco

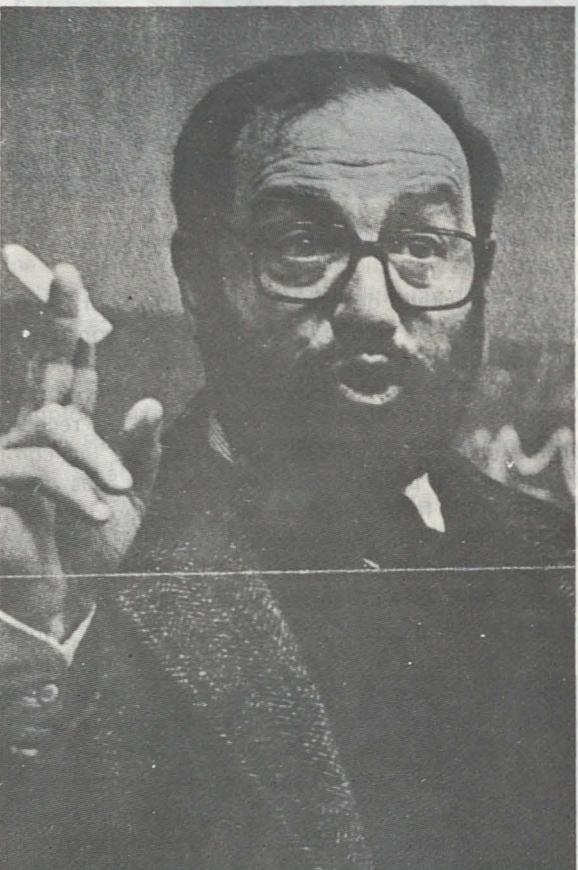
Reflexões sobre a escrita

O autor de "Apocalípticos e integrados", "O nome da Rosa" e "O pêndulo de Foucault" se dirige aos livreiros, vendedores de um produto perecível, para reivindicar um novo tipo de livraria e questionar muitos dos lugares comuns sobre a página escrita

Começo com uma citação que já usei infinitas vezes na minha vida e que todos vocês conhecem. No *Fedro*, de Platão, o deus da cultura apresenta ao faraó Thamus sua novíssima invenção tecnológica: a escrita. O faraó lhe faz a famosa objeção: "Um dos grandes bens do homem, talvez a chave mestra de sua interioridade, é a memória. Tu, agora, me produzes uma invenção que torna obsoleta a memória, porque a palavra será petrificada, restrita a um traço no papiro. Portanto, tua invenção é negativa e a repudio".

Na argumentação do faraó, havia algo de certo: o princípio universal de que a prótese debilita o órgão, porque melhora as suas propriedades, mas o torna ocioso. A roda nos faz caminhar menos, o telescópio e o binóculo debilitam o olho. A escrita, como máquina para produzir a memória objetiva, pode debilitar a atividade da memória.

Por trás da preocupação do faraó (e dessa ambígua e hipócrita preocupação de Platão), há, no fundo, outro princípio: a atividade espiritual é completa-



mente interior e o momento da manifestação é completamente acessório, tal como queria Benedetto Croce e, com maior realismo, aceitou Fabio Mauri, no início deste encontro, admitindo que, já que não somos nem místicos, nem máquinas, devemos nos conformar com manifestações superficiais.

O que havia de equivocado na idéia do faraó (que, por nunca ter visto uma página escrita, não poderia jamais prever o nascimento do livro) é que o livro, justo sucessor da página escrita,

"A maior parte do que veremos no vídeo, nos próximos anos, será palavra escrita."

Mais do que imagem."

não é uma petrificação da memória, mas uma máquina para produzir interpretações. Portanto, é uma máquina para produzir a interioridade. Os livros constituem uma memória própria, porque se falam entre si e, como diz Harold Bloom, cada livro não é outra coisa senão a tardia tradução de um livro anterior. Os livros produzem livros e multiplicam o saber.

Por outra parte, a humanidade, no momento em que nasceu o livro, desparou-se com um problema: o aumento da memória. Foi, então, necessário que o homem criasse um novo espaço, em suas células e neurônios, para lembrar tudo o que disseram os livros.

Frente a isso, eis que se verificou um raro fenômeno: o homem literato se encontrou, pelo princípio de que a prótese debilita o órgão, com uma memória mais débil que a do selvagem que lembra cada cheiro, cada cor do bosque, cada rastro de animal, cada queda de chuva dos anos anteriores.

Mas, justamente ao sentir-se empurrado pela nova necessidade de armazenar noções, o homem tratou de

elaborar técnicas sutíssimas para manter a memória em atividade. A partir dessas técnicas, Cícero, Tomás de Aquino e Aristóteles, por exemplo, tinham memória agudíssima, mais desenvolvida do que a nossa, para poder lembrar os poucos livros que tinham à sua disposição.

Depois da invenção da imprensa, por um tempo, este esforço para criar memória artificial diminuiu e a construção de mnemotécnicas é própria de espíritos extravagantes, que construíram sistemas impraticáveis.

Surgem mais livros. Fica difícil lembrar de todos eles. Não se tem mais a mesma força de vontade para manter em atividade a memória em relação aos livros. A sociedade trata de reagir, por exemplo, obrigando os escolares a aprender de memória poesias. Mais tarde, essa memorização será confiada ao jogo e aos meios de comunicação.

Vocês certamente lembram-se da belíssima história de Asimov, escrita há 20 ou 25 anos, sobre o mundo, dominado pelos computadores. O Pentágono descobre um indivíduo, o único, no mundo, que sabia de memória a tabuada. Várias comissões científicas e militares o interrogaram e, controlando os computadores, perguntam-lhe: "Seis vezes seis?". Ele diz: "Trinta e seis". Eles o olham e exclamam: "Absolutamente certo!". E esse homem se transformou numa arma secreta potenteíssima, porque, em caso de blecaute, seria o único que poderia seguir fazendo os cálculos, num centro militar e espacial.

Qual é a importância do livro?

Tudo isso para lembrar, brevemente, que o debate entre Tétis e Thamus não era superficial e nem o efeito de uma extravagância do faraó. O nascimento da escrita, do papel escrito e, depois, do papel impresso coloca-nos numa relação ambígua e de conflito com nossa memória; portanto, com nossa interioridade e com as condições de nossa sobrevivência, porque até a noção de sobrevivência da alma se funda na memória.

Saber significa aprender através da leitura? Vamos nos perguntar, por um momento, quão importante e útil é ain-

da o livro. Antes, um jovem tinha que ir ao ginásio e ler livros, para saber qual a capital de um determinado Estado, ou onde se encontra o Nepal, ou ainda qual a extensão da União Soviética, etc...

Hoje, não. Na televisão, aparecem os mapas. Todos conhecemos o oeste americano por tê-lo visto no cinema, e pouquíssimo por ter lido sobre a história dos Estados Unidos.

Antes se aprendia inglês indo à aula e estudando em livro. Hoje em dia, as novas gerações aprendem línguas lendo

comunicação é dar a notícia sempre a tempo, em cima da hora, enquanto o comentário só vem 20 anos depois. A notícia do um novo descobrimento astronômico é dada imediatamente, mas a maneira de interpretá-la dependerá das leituras que os homens dos meios de comunicação fizeram há 20 anos.

O que separa o mundo da investigação dos meios de comunicação é uma virada de 20 anos, período em que as opiniões se formam e crescem. Um exemplo típico desse atraso entre a notícia e a opinião é que nunca, como hoje, os jornais, as revistas e os intelectuais repetiram tanto que estamos na civilização da imagem, em direção ao declínio da escrita.

Isso a "mass mediológica" acadêmica inventou faz trinta anos, mas ficou popular só agora, quando, no entanto, já não é mais verdadeiro. Não vivemos na época da imagem. Voltamos à época da escrita. Estamos na época do computador, do vídeo, da conferência televisiva. Todas as notícias chegam ao vídeo, nessa época de nova alfabetização acelerada. Não só isso: a maior parte do que veremos, nos próximos anos, no vídeo, será palavra escrita. Mais do que imagem. Uma palavra que deveremos ler numa velocidade enorme. As escolas que existiam nos Estados Unidos, de leitura dinâmica, não são mais necessárias, porque qualquer jovem é capaz de ler uma chamada eletrônica mais rapidamente do que um professor universitário.

O que acontece nesta época? Para aprender a fazer um programa num computador, de modo a conseguir ler em velocidade acelerada tudo o que o computador nos dirá, é necessário ler livros. Não necessariamente livros impressos e encadernados.

Nascem novas formas de informação que podem superar e até tornar o livro obsoleto. O modo de integrá-las, porém, passa sempre pela cultura do livro. No momento em que começou, no mundo, a civilização da visão (ou da televisão), aumentou o número de livros, de jornais e de revistas. As forças centrifugas em relação ao livro são, no final das contas, forças centrípetas e produzem a necessidade do novo papel impresso.

"O livro, justo sucessor da página escrita, não é petrificação da memória, mas uma máquina para produzir interpretações. Portanto, é uma máquina para produzir a interioridade."

os pacotinhos de chiclete, as capas de discos, ou decifrando a última canção do cantor predileto. As novas gerações aprendem uma infinidade de coisas, através dos meios que as assediam. Não se pode afirmar, portanto, que os livros são estritamente necessários.

Mas existem limites na historiografia dos meios de comunicação de massa. Atrás das imperfeições dos meios de comunicação, existe carência de leitura.

Aqui voltamos a um ponto curioso: atualmente, deixando de lado o livro, pode-se aprender muitas coisas, que, entretanto, só são possíveis de serem ensinadas recorrendo-se ao livro. Tornemos um exemplo típico dessa situação: uma característica dos meios de

Naturalmente, a nova alfabetização do computador é distraída. Lê-se o texto eletrônico para absorver as informações que nos servem imediatamente e, em seguida, deixa-se que ele fuja. Parece que o computador exige de nósuir a consciência alfabética, sim, mas orientada para fins puramente referenciais: "Diga-me do que se trata e assim não te releio". Isso me parece um fato muito importante. Creio que quanto mais as novas gerações passem pelo alfabeto fluorescente ou aos cristais líquidos das telas eletrônicas, tanto mais sentirão a necessidade, num certo momento, de deter-se e ler uma bela poesia.

Por isso, penso que a nova alfabetização do computador joga a favor do livro, não só porque estimula a produção de mais livros, para que se possa entender os próprios computadores, mas porque estimula a produção e a leitura de textos, para se reagir frente ao computador.

Um novo alfabeto
Estamos na época do novo alfabetismo, em benefício do universo da palavra escrita e impressa, como apoio e como alternativa. A imagem se retira, deixando lugar para o avanço vitorioso do formigueiro alfabético, que contrataca. É dever do livreiro entender que a informação, o aprendizado e a cultura chegam através de diferentes vias e que, se uma boa execução de Chopin, em *compact-disk*, acompanhada de um comentário é mais eficaz que a leitura de um volume de história da música, ou se um vídeo-cassete pode explicar melhor a geografia do que um atlas, não vejo por que (como por outra parte já está acontecendo) a livraria não tenha que se transformar nesse empório misto, no qual, ao lado do *compact-disk* e do vídeo cassete, se venda também o livro.

Mas, devemos fazer algumas reflexões mais especificamente pessimistas sobre os inimigos do livro, que está ameaçado pelo próprio livro. O excesso de liberdade de imprensa coincide com a censura. O cidadão menos informado do mundo é o leitor do "New York Times". O jornal dá tantas notícias, que 24 horas não são suficientes para se lê-lo

todo. E não falo da edição dominical, que não se consegue ler inteira nem em uma semana. Portanto, faz-se nele uma leitura casual: deixa-se cair o olho sobre alguma coisa, que é lida rapidamente, vê-se o sumário e um só artigo, ao longo de uma viagem de metrô. O excesso de informação reduz e ameaça a informação.

O livro triunfa em nossas livrarias e, naturalmente, leva consigo pilantras e malandros. Nesse avanço, podem vir livros importantes, belos, interessantes,

estudioso já não necessita daquela informação. O livro requer três ou quatro anos de produção. Nesse tempo, divulgam-se tantas tabelas e resumos, e é aí que se produz o verdadeiro intercâmbio de informação, que torna o livro obsoleto.

"Instant book"

Não tenho panacéias, nem solução alguma a aconselhar. Posso contar minha solução. Como a mente humana, mesmo tendo uma combinação amplissima, não a tem infinita, se, entre dez livros, sobre o mesmo tema, pesquiso num só, tenho 95 probabilidades de encontrar uma idéia e isto basta. O princípio de dizer, que manteve toda a guerra mundial, pode sustentar também nossa atividade cultural. Existe uma dupla tendência para não espantar o leitor, nem o comprador, frente à abundância de livros. Uma é técnico-comercial, a outra é cultural. A primeira possibilidade é o *instant book*, o livro inútil (que já por princípio não deveria nem sequer ser lido, mas é divertido comprá-lo para presentear). A outra é o livro "descartável".

Quem passa pelos corredores dos grandes prédios de apartamentos norte-americanos vê que existem depósitos cheios de *paper back*. Compra-se o exemplar de bolso, lê-se e, depois, por motivos que veremos mais adiante, joga-se fora. O quê significa isso para o universo do livro? Não sei. Aparentemente, à pessoa que ama o livro isso é desagradável, porque se joga fora não só o livro policial, mas também um "Guerra e Paz".

Minha impressão é que o aumento do número dos livros descartáveis é um dos muitos modos através dos quais, inconscientemente, a indústria editorial trata de reagir ante o vertiginoso excesso de informação. É como se estivesse dizendo: "Lê e não te preocipes, afinal, depois te desembaraçarás dele. Não devês te sentir pressionado por essa multiplicidade de objetos".

Outro ponto importante que parece interessar aos editores e também aos livreiros: as fotocópias. Sinto vontade de rir quando, no começo do ano, recebo, na universidade, circulares de editores

"Creio que quanto mais as novas gerações passem pelo alfabeto fluorescente ou aos cristais líquidos das telas eletrônicas, tanto mais sentirão a necessidade, num certo momento, de deter-se e ler uma bela poesia"

mas também picaretas, que acompanham todo exército vitorioso.

Como se pode sair dessa situação? Nenhuma das idéias, nem sequer as propostas hoje aqui, me satisfazem completamente. Fui nomeado presidente de um comitê internacional contra os impostos sobre o livro. Aceitei estar nesse comitê, porque me parece justo que um bem de interesse público, como o é o livro, fique livre de impostos. Mas às vezes penso: com a isenção tributária, o livro poderá custar menos. Nesse caso, serão impressos mais livros, aumentando a massa de informação.

A edição de livros com ensaios a nível científico está em crise. Isso porque, quando os ensaios são publicados, o

que escrevem: "Evite incluir fotocópias no material dos alunos". Os editores tratam de defender seus direitos. Dá vontade de rir, porque se escrevesse minhas anotações a mão não cairia sob nenhuma restrição legal. O editor norte-americano que publica meus livros me disse: "Descobri que, na Califórnia, fizemos trinta cópias do seu livro e entrei em juízo". Senti-me um verme e lhe escrevi, pedindo que não o fizesse, porque eu também havia usado fotocópias, só que mais habilmente.

Tive uma bela experiência, quando disse uma vez aos meus alunos em Yale: "Façam fotocópia deste livro". Foram à Storning Library, a biblioteca principal, que também tem um setor de fotocópias, pediram para fazer a reprodução. Responderam que a lei proibia fazer fotocópias; reproduzir só partes do livro. Então, disse aos estudantes: "Cada um fotocope um capítulo. Depois, unam tudo, voltem à livraria e peçam 30 fotocópias dessa fotocópia". A coisa funcionou perfeitamente e os estudantes tiveram seu livro.

Então, como saem os editores desse drama? É muito simples. Não são fotocopiáveis os livros que custam menos do que o preço de uma fotocópia. A narrativa não corre sérios riscos. Para os ensaios, a tendência é publicar-se livros destinados à fotocopiar. São livros que custam 500 dólares. Só as principais bibliotecas os compram. O resto é reprodução, o que significa que ficam de fora o livreiro. Mas é também um problema para o futuro do leitor, porque nasce a neurose da fotocópia. O leitor que ia à biblioteca, lia uma parte do livro que lhe interessava e tomava nota, realizava dupla operação de leitura e de resumo, o mínimo que se pode pedir como condição de aprendizado. Na atualidade, o leitor vai à biblioteca, passa as horas fotocopiando tudo o que pode para levar para casa. Uma vez com as fotocópias, pelo fato de ter os textos consigo, o leitor se exime de lê-los. Além disso, o número de fotocópias é tal que não se pode ler num dia, numa semana ou numa vida.

Eu (e não sou um caso excepcional) tenho minha casa cheia de textos fotocopiados, que não lerei jamais. Pode-se ter a casa cheia de livros que não se lerá

jamais? O livro tem uma rara qualidade. Não creio que essa experiência já a tivemos todos: compra-se ou se pede emprestado, um livro que se acredita que é interessante. Ele fica na estante porque não se pode lê-lo. Passam-se dez anos e sempre se tem a angústia de não se ter lido nunca o tal livro. Depois, finalmente, abre-se o livro e se diz: "Mas eu já sabia tudo!".

O que aconteceu? É certo que, por um lado, se leram nesse tempo outros artigos e outros textos, que falavam

dizeres: data de vencimento 18 de maio de 1991?

Quanto tempo dura o livro?

Diz-se que um livro dura 70 anos. É exagero. Dura menos. Fala-se da impressão em *acid free paper*. Muitas casas universitárias já o fazem, mas custa mais e nada garante que, dentro de 70 ou 80 anos, o livro não se torne pó também. Para salvar o patrimônio editorial dos últimos 150 anos, microfilma-se tudo, o que significa impedir a consulta da memória livresca a 80 ou 90% da população, porque, para ler uma coisa microfilmada, é preciso ter sérios motivos. Querem também salvar os livros, aplicando-lhes uma substância química. Mas o procedimento é tão longo e oneroso, que uma biblioteca com oito milhões de volumes poderia realizar essa operação em um milhão, apenas. Custará milhões de dólares. No fundo, o livro se salva reeditando-se, e tudo fica confiado ao mercado livre. O livreiro deve saber que está vendendo objeto que antes era o próprio símbolo da sobrevivência, através dos séculos, e que, no entanto, se deteriora. Ainda que o reeditem.

Quero me referir ainda a outra aspecto que se refere ao futuro do livro. Participei de reuniões internacionais do tipo "Demos livros ao Terceiro Mundo". Se vamos dar livros ao Terceiro Mundo, quem os selecionará? Distribuir livros para o Terceiro Mundo quer dizer estabelecer quais serão as tendências culturais do humanidade, no próximo século. Quem editará e presenteará esses povos? A União Soviética, os Estados Unidos, as igrejas protestantes, as católicas, a sociedade dos editores? Não me parece que se tenha refletido suficientemente sobre isso.

Entre as minhas utopias, existe a criação de uma livraria que conte a história do livro, da conservação, memória, do modo como tem sobrevivido, etc.. Não sei o quanto pode vender uma livraria assim, mas bastaria que, numa cidade, os livreiros se unissem e financiassem o projeto, para que houvesse uma vitória, no panorama comercial e estrutural do livro. Seria um templo da cultura, uma viagem à iniciação.

"Atualmente, deixando de lado o livro, pode-se aprender muitas coisas, que, entretanto só são possíveis de serem ensinadas recorrendo-se ao livro."

desse livro, e, indiretamente, se tomou consciência dele. Mas, houve outro fenômeno que é tátil, olfativo. Durante todo o tempo, o livro foi agarrado, trocado de lugar, desempoeirado. Em cada dessas operações, o livro foi aberto, a vista caía sobre o sumário ou sobre um título. Em dez anos, o livro foi absorvido.

A fotocópia não, porque fica empilhada. Esse é um grande problema, que não se refere desta feita aos livreiros, mas aos leitores, e que forma parte de uma revolução no modo de considerar o papel impresso. Por último, o outro grande problema. O livro se deteriora. Por que não se faz com os livros o que se faz nas latas de conserva ou nas medicinas, que recebem a impressão dos



Beleza física e dotes especiais de expressão são exigidos aos integrantes da Ópera de Pequim, a elite da arte chinesa



A abertura cultural

A abertura política chinesa começa nas artes. A visita ao Brasil de mais de uma centena de artistas da Ópera de Pequim e da Companhia Nacional de Acrobatas e Marionetes é uma pequena mostra do que o povo chinês tem para oferecer ao mundo, no campo da cultura

Chang Xiao-Zhen

Héctor Escobar

A República Popular da China, dando sinal dos novos tempos, enviou à América Latina rica amostra de sua arte milenar. Durante um mês, mais de cem artistas da Ópera de Pequim e da Companhia Nacional de Acrobatas e Marionetes percorreram cidades brasileiras, apresentando-se a um variado público, que os recebeu calorosamente.

Xuo Bo Chu e Xio Chang Yi, respectivamente subdiretor e secretário-geral da Companhia, e Chang Xiao Zhen, diretora da Quinta Ópera de Pequim, asseguram a **terceiro mundo** no Rio, que essa viagem é prova de que as coisas estão mudando, na China. "Mostra", diz Xuo Bo Chu, "o nosso despertar para a procura de mais amizade com os povos. Dizemos despertar porque vivemos, na China, uma penosa letargia, que ficou conhecida como Revolução Cultural. Foram dez anos, de 1966 em diante, em que o país praticamente

dormiu. As artes, as ciências, enfim, a cultura em geral, ficaram paralisadas".

Segundo Xuo, a Revolução Cultural teve início na Universidade de Qing Hua, a maior da China, em Pequim. Depois, estendeu-se por todo o país. "Os dirigentes do movimento", prossegue o artista, "encabeçados por Mao Tsé Tung e objetivando a limpar o partido de inimigos, pararam as fábricas, as ciências, as universidades e toda a nossa cultura. Intelectuais, cientistas, professores e até mesmo os próprios dirigentes políticos foram para o campo, a fim de se reeducarem, nas plantações. Somente quem dirigia o movimento, os operários, os soldados e os camponeses podiam representar a Nação. Até o nosso atual presidente da República, Hua Kuo Feng, embora amigo do então primeiro-ministro Chu En Lai, teve de reeducar-se, nas plantações. Chu En Lai morreu em 1976, logo depois, em setembro do mesmo ano, morreu Mao, com o que terminou o movimento. Em outubro, foi preso o 'grupo dos quatro', entre os quais estava a mulher de Mao. Acabou assim um longo perío-

do de obscurantismo na cultura chinesa. Hua Kuo Feng assumiu a presidência, iniciando o novo processo cultural".

A formação do titeriteiro

Para Xuo, Mao continua sendo o grande líder do povo chinês: "Nos últimos dez anos de governo, ele cometeu muitos erros e isto está sendo estudado e corrigido, como ocorre com Stálin, na União Soviética. Xuo explica que, durante a Revolução Cultural, a arte do marionete parou. O mesmo aconteceu com a acrobacia. Somente a ópera pôde funcionar, mas restritamente. Apenas oito peças, sobre temas atuais, podiam ser apresentadas. Daí o nome 'Ópera Moderna Revolucionária' ou 'Reformada'".

Apesar disso, a arte do marionete sobreviveu. "Fazemos um gênero de arte", assinala Xuo, "com mais de dois mil anos de história. Os títeres sintetizam a habilidade no drama, dança, música, pintura e escultura, mostrando a vida de uma forma exagerada. Nos-

so grupo recebeu, em 1978, os prêmios 'Best Art Award' e o 'Children's Judgement Award', no décimo-primeiro Concurso Internacional de Marionetes".

O aspirante à arte do marionete passa por seleção e formação rigorosas, na China. Na Academia Nacional de Teatro, existe a cadeira especial de titeriteiro. Segundo Xuo, para frequentar o curso, o candidato vai depender de capacidade e qualidade expressivas. Xuo acrescenta que o interessado inicia o curso após o secundário, "mas, em caso de excepcional expressão artística do estudante, é possível começar os estudos de titeriteiro depois da escola primária. A seleção, a nível nacional, é rigorosa. Em 1988, por exemplo, foram aprovados 16 dos mais de mil inscritos. Além da Academia, temos outro centro nacional de marionetes, em Fujian. Cada um conta com 70 professores. São necessários oito anos de estudo. Alguns podem terminar o curso em menos tempo, dependendo da versatilidade artística que vierem a apresentar nas aulas".

Intercâmbio mundial

A companhia e os dois centros nacionais de marionetes mantêm relações com artistas e instituições culturais de diversos países. A Hungria, por exemplo, envia permanentemente artistas para se aperfeiçoarem na China. Existe também a Associação Internacional de Especialistas em Marionetes, com sede na Iugoslávia, onde se realizou, em 1988, um festival mundial da arte. No Japão, ocorreu outro encontro internacional de marionetes, ano passado.

Xuo acredita que a viagem do grupo à América Latina vai inspirar novas experiências de trabalho, dentro da companhia. "Este é um continente maravilhoso, exótico e lindo. Seria ótimo até, se pudéssemos criar alguma história ou novo personagem. Mas, fazer isso requer muito tempo e trabalho. É um processo longo. Ao voltarmos à China, verificaremos o fruto desse contato cultural com os latino-americanos. Uma certeza estamos levando: vamos aumentar o intercâmbio entre nossos povos".

O rei belo



A Ópera busca a graça dos antigos personagens e a presença da mulher vem aumentando

A ópera existe, na China, há muitos séculos. Nasceu praticamente no centro do país, em um pequeno povoado, conhecido como Hefei, onde o Imperador Qianlong (1792-1821) descobriu os artistas que ali se reuniam para apresentações populares. O imperador levou todos eles para a capital. Nasceu assim a ópera como arte nacional".

As palavras são da diretora da Quinta Ópera de Pequim, Chang Xiao-Zhen, cujo nome, em português, significa 'Manhã Formosa'. Ela explica que essa origem imperial da ópera pode ser notada nos vestidos, nos adereços e nos demais elementos usados na cenografia. "O interesse do imperador", acrescenta a artista, "permitiu o rápido desenvolvimento da ópera em todo o país. Hoje, é uma arte extremamente popu-

lar, com temas que contam as histórias e as lendas da China. Por isso, pode-se dizer que a nossa ópera, além de arte nacional, é parte da história, passando-a de geração em geração. Temos, na China, o maior conjunto de ópera do mundo. Só em Pequim, cuja Ópera comemora, agora em 1989, duzentos anos de fundação, existem oito academias. Em todo o país, contamos com mais de cem grupos nacionais, todos com muitos artistas famosos entre os seus membros".

O que vocês estão apresentando nessa viagem pela América Latina?

A peça 'O Rei Belo', que faz o deleite das mais diferentes pessoas, desde a criança ao adulto e idoso. Nessa peça, mostramos a justiça, a beleza e também a valentia, com muito humor. O personagem pode subir até o céu ou entrar



A ópera é arte extremamente popular no país, dramatizando as histórias e lendas milenares

na terra. Com a peça queremos reverenciar o Ocidente e a Índia. Em outros casos, a ópera costuma ser mais completa, mas agora queremos ser acessíveis ao público.

Quais os requisitos para se fazer parte da ópera, na China?

O candidato tem que ser bonito, formoso, gracioso e apresentar grandes qualidades expressivas.

O que significa ser bonito e formoso?

Por exemplo, ter os olhos, a boca, e o nariz bem formados. Graciosos, como a beleza dos antigos personagens chineses. Se observarmos os artistas com e sem maquiagem, poderemos entender melhor o que isso significa.

Os feios não têm então direito algum na ópera?

Logicamente, as massas populares querem ver a beleza de cada personagem. O rei Belo, por exemplo, maquiado não é tão belo, mas, sem maquiagem, é bastante formoso.

Que arte resta para os feios na China?

O cinema. Os artistas de cinema podem ser diferentes. As estrelas de um filme vão ser necessariamente diferentes, pois se todos forem formosos as massas populares não vão distinguir o mau do bom.

Até que idade um artista de ópera fica em atividade?

Isso varia. Mais ou menos uns 50 anos, dependendo de suas condições. Os cantores da ópera, por exemplo, têm vida artística maior, até os 60 ou mesmo 70 anos. Os artistas de mais idade são muito respeitados e apreciados por todos.

Por que a ópera foi a única forma de arte aceita na Revolução Cultural?

Por ser a mais popular do país. Passada essa Revolução, que significou censura às artes e provocou grave retrocesso para todo o país, voltamos a crescer. Um dos novos elementos que se destacam na ópera chinesa é a ampla participação da mulher. O mesmo acontece em relação às outras artes. Também na Assembléia Nacional Popular, temos hoje grande participação. Somos 35%. Podemos dizer que do pesadelo passamos para um agradável despertar.

H.E.

As superbactérias no Terceiro Mundo

O uso indiscriminado de antibióticos deu origem a novos tipos de bactérias imunes aos medicamentos. Essas bactérias invadiram os hospitais, causando infecções graves e muitas vezes fatais

James Gibbons*

Em meados de 1987, a sra. Yeo deu entrada no Hospital Universitário de Kuala Lumpur, devido a um ataque de coração. Um mês depois morria, embora não do coração.

Sua filha relata que a mãe se recuperava bem, quando contraiu uma infecção generalizada, que afetou principalmente as vias respiratórias e o cérebro. Nenhum antibiótico parecia fazer efeito, e seu estado piorava aceleradamente. Os médicos descobriram, finalmente, que ela havia sido atacada por um tipo de estafilococo a quase todos os antibióticos conhecidos, chamado MRSA (estafilococo dourado resistente à meticilina).

Esta "superbactéria" é apenas uma das tantas provocadas pelo uso indiscriminado de antibióticos, do qual os países subdesenvolvidos são o campo mais propício. Cada vez que se administram antibióticos, existe a possibilidade de que a bactéria tacada adquira resistência aos mesmos, e essa possibilidade aumenta quando os antibióticos



O excesso de antibióticos aumenta a resistência das bactérias
são desnecessários ou a dose é inadequada.

Segundo a Organização Mundial de Saúde-OMS, "o problema é global e resulta dos uso generalizado e indiscriminado de antibióticos". Mas, torna-se mais grave no Terceiro Mundo, devido à falta de controle e às táticas agressivas de comercialização da indústria de medicamentos. Embora a lista de medicamentos essenciais da OMS inclua apenas 16 antibióticos, 308 estão à venda na

Indonésia, 129 na Índia, 241 nas Filipinas e 226 na Malásia.

Os médicos são as figuras chaves do uso indiscriminado de antibióticos. Um médico malaio acusa: "Aproximadamente 90% dos médicos receitam antibióticos desnecessariamente ou em doses inadequadas. A concorrência pelos pacientes é tão grande nas zonas urbanas, que os médicos não perdem tempo em diagnósticos nem em averiguar as causas. Atacam os sintomas com vários medicamentos, para que ao menos um surta efeito".

Interesses comerciais

Existe também o interesse em aumentar as vendas das farmácias, que costuma ser outro negócio de alguns médicos. O médico malaio continua: "A Malásia não tem uma farmacopéia (compêndio de medicamentos que indica os usos e efeitos secundários dos mesmos, publicado pelo governo ou algum órgão independente), e por isso os médicos se baseiam na informação dada pela indústria farmacêutica" – e é sabido que, para aumentar as vendas no Terceiro Mundo, a indústria farmacêutica oculta os efeitos secundários e outros perigos dos medicamentos que comercializa.

Mas, a Malásia não é um caso isolado. O "India Today" informou que, em novembro de 1983, "uma pesquisa realizada pelo Conselho Indiano de Pesquisa Médica revelou que, em Déli, sete de dez antibióticos vendidos haviam sido desnecessários, e desses sete, dois foram utilizados em superdose.

Segundo um relatório da Ação Internacional de Saúde-AIS, um jovem iraniano, com sintomas de gripe e febre, consultou 40 médicos, 37 dos quais lhe prescreveram doses inadequadas de antibióticos. Em 1983, no Peru, a indústria farmacêutica italiana Carlo Erba lançou no mercado um produto antidiarréico, que continha tetraciclina e cloranfenicol, reconhecidos pela farmacopéia britânica como dois antibióticos tóxicos em potencial, e utilizado somente em casos extremos. No entanto, a Carlo Erba continuou comercializando o produto, e, segundo dados da AIS, em 1985 ainda era amplamente vendido na África.



Médicos afirmam que se receita antibiótico de forma abusiva, até por interesses comerciais

A superdose de antibióticos pode ter efeitos terríveis. Na Malásia, houve o caso de uma paciente a quem prescreveram antibióticos sem exame prévio. O resultado foi uma reação alérgica conhecida como síndrome Stevens-Johnson: sua pele inflamou, o corpo ficou em carne viva, as unhas tornaram-se pretas e caíram, o rosto inchou, surgiram feridas de sangue e pus. Para um simples caso de cansaço e febre, o médico lhe receitara quatro medicamentos diferentes, entre eles sulfonamida, cloromicetina e tetraciclina.

Com este novo fenômeno de resistência a antibióticos, o Terceiro Mundo retrocede à "época negra", anterior à década de 1920, quando foi descoberta a penicilina. Entre 1968 e 1972, uma epidemia de disenteria bacilar, causada por micróbios resistentes aos antibióticos, causou danos na América Central. Em 1973, uma epidemia similar afetou 33% da população de uma ilha de Bangladesh. Em 1972-1973, no México, e em 1976, na Índia, a bactéria *salmonella typhus*, resistente ao cloranfenicol, provocou milhares de mortes.

Além dos médicos, os curandeiros, abundantes no Terceiro Mundo, e a automedicação são os principais responsáveis pela administração indiscriminada de antibióticos, agravada pela absoluta falta de controle na prescrição e na venda dos mesmos.

O controle da proliferação dessas superbactérias resistentes tem um custo extremamente alto, e, em geral, não está ao alcance dos hospitais do Terceiro Mundo.

Mas, o problema não se restringe aos países subdesenvolvidos. Segundo o "Times" londrino, de 2 de setembro de 1987, alguns hospitais britânicos estão contaminados por essas superbactérias. Calcula-se que dez, entre cada cem pacientes hospitalizados, contraem infecções, e alguns casos são fatais. O sistema de saúde britânico destina atualmente 100 milhões de libras esterlinas para combater o problema que, para alguns médicos, não será solucionado em menos de dez anos.

* James Gibbons é escritor e jornalista malaio, e atualmente estuda na Universidade de Oxford

SUPLEMENTO BRASIL



COMO PRESERVÁ-LA?

seria pretendida pelos países desenvolvidos, num último e derradeiro suspiro de colonialismo, com vistas a garantir-lhes o acesso às incontáveis riquezas naturais da região. Dentro e fora do país, a suspeita de um plano para alienar do Brasil a Amazônia sempre mereceu a resposta de que se tratava de uma idéia lunática. O presidente François Mitterrand, da França, encarregou-se, contudo, de dissipar a esperança de que a idéia não fosse mais que fruto de cassandas exaltadas. Mitterrand tentou impor, num encontro de importância mundial, em Haia, na Holanda, a tese de que os países pobres podem perder a soberania sobre áreas que sejam consideradas (por quem e com que argumentos, a não ser pelos países ricos e com os argumentos dos países ricos?) necessárias à preservação do clima mundial. Uma vez definida como pulmão do mundo, a Amazônia teria reduzida a soberania brasileira, por exemplo. Ou seja: na prática, os brasileiros já não teriam como determinar o que fazer em um terço de seu território. A tese da "soberania limitada" não poderia ser mais clara. Este é o tema da principal reportagem do Suplemento Brasil, que procura abordar a questão de forma abrangente, tentando esclarecer o leitor sobre as responsabilidades do Brasil consigo mesmo – no que tange à ecologia – e sobre o significado político das pressões desencadeadas sobre o país, que se torna cada vez mais apto a dar o salto do desenvolvimento.

A questão da Amazônia é o motivo de capa desta edição e muitas são as razões para que isto ocorra: aquele terço do território nacional entrou no debate mundial, numa salada de argumentos diversos, alguns com o sabor de velhos temperos da lógica dos países ricos, para os quais ninguém tem direito de opor barreiras a suas pretensões. Ao lado do aspecto ecológico, juntaram-se argumentos políticos e econômicos, para tornar complexo o debate sereno das questões do clima mundial, da preservação ambiental, do desenvolvimento brasileiro e da soberania nacional.

É velha a discussão sobre a chamada internacionalização da Amazônia, que

Panorama Nacional

Acontecimentos que vale registrar
p. 47

A sobrevivência da Terra

O mundo olha para a Amazônia brasileira, mais uma vez
p. 50

O primeiro apito

O trem da Norte-Sul já corre, deixando para trás as polêmicas
p. 61

Um alerta sanitário

Pesquisadores denunciam contaminação de alimentos no país
p. 65

Piora a alimentação no mercado interno

Apesar das supersafras, há subconsumo de gêneros básicos
p. 66

Mão-de-obra barata

Amplia-se o raio da economia informal, na luta pela sobrevivência
p. 67

Amazônia, a velha história

Neiva Moreira comenta a polêmica sobre a floresta
p. 68

A hora de voltar

Após quatorze anos, os angolanos que emigraram para o Brasil estão de novo se reunindo, atendendo a um convite da embaixada de seu país, para discutir um assunto que torna as reuniões, de até cinco horas de duração, encontros dominados pela curiosidade, mas sobretudo pela emoção e pela saudade. O governo angolano está comunicando oficialmente a todos os angolanos que saíram do país – a quase totalidade durante a guerra da independência, em 1975 – que o período de normalidade, que se desenhou no horizonte político, em função dos acordos de paz, torna possível a todos retornarem à pátria, “para colaborar em seu desenvolvimento”, como explica o embaixador Francisco Romão.

Reuniões em Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro foram, para a quase totalidade desses angolanos, a primeira ocasião que tiveram, em todos estes anos, de contatar os patrícios espalhados por todos os cantos do Brasil. “Pensávamos que os angolanos no Brasil eram um grupo em torno de 2 mil pessoas, mas agora achamos que são muitos milhares mais”, surpreendeu-se o embaixador, ante a informação de que somente na região do Vale do Pará-



Romão: quem quiser volta

– semelhante ao que se passa em São Paulo, a comunidade passa de 2 mil pessoas. Na reunião do Rio de Janeiro, realizada no Hotel Caesar Park, na primeira semana de abril, os presentes eram em torno de quinhentos, a maioria representando também parentes que não puderam comparecer. “Vamos procurar fazer um recenseamento dos angolanos que vivem no Brasil”, prometeu o diplomata.

Para uma platéia ansiosa, em parte desconfiada, mas emotiva a ponto de haver casos de choros, o embaixador Francisco Romão expôs a posição do governo angolano: trata-se de uma comunicação aos angolanos expatriados “de que a situação é de paz e de que podem voltar, se assim o desejarem”, e trata-se, ao mesmo tempo, de um convite, “para que retornem e ajudem o desenvolvimento da pátria”.

Respondendo às inúmeras perguntas, o diplomata e demais representantes do governo angolano frisaram

a característica socialista do regime, deram explicações sobre a legislação do serviço militar, acentuaram a existência da ampla fatia destinada à iniciativa privada na economia do país e não deixaram de esclarecer que existe liberdade religiosa.

Nas diversas intervenções da platéia, um mundo de preocupações, cada relato servindo para mostrar os dramas dos que saíram da pátria: os que passaram muitas dificuldades, mas se afirmaram profissionalmente no Brasil, muitos hoje estabelecidos com negócios próprios; outros, que estão agora em situação mais delicada do que estavam, quando chegaram. Há quem tenha problemas de documentação, ou dúvidas sobre a possibilidade de levar marido ou mulher brasileiros, num eventual retorno. Cada pessoa torna-se assim um caso específico a analisar.

Este trabalho é o que o embaixador pretende desenvolver a partir de agora, uma vez que foi restabeleci-

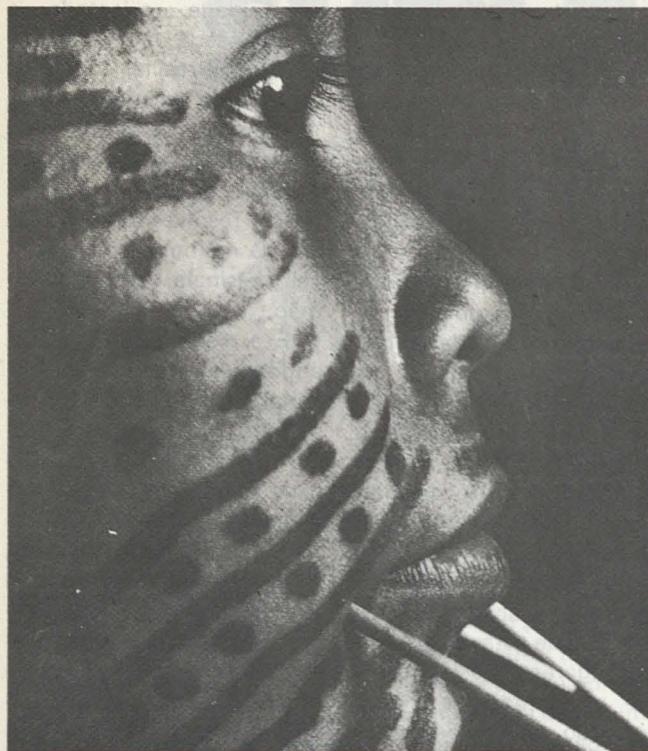
da a comunicação com a comunidade, orientada a enviar à sede da representação, em Brasília, todos os pedidos de esclarecimentos. “A posição da embaixada, traduzindo a orientação do governo angolano, é a de buscar resolver todos os casos da melhor forma possível”, assinala Francisco Romão.

E a disposição geral dos angolanos presentes aos encontros, como o do Rio de Janeiro, é de analisar a fundo o convite do retorno, pois cada depoimento ressaltava a saudade e o sentimento da pátria. Como disse um deles, o agora analista de sistema do Bradesco Seguros, Walter José Teixeira, “encontrar angolanos é para mim uma emoção incrível. Desejo todo sucesso à minha pátria, pois Angola é um país que pode se tornar uma potência”. Ou ainda como expressou o relato de Yolanda Maria Beatriz Barbosa, que chegou menina ao Brasil, com apenas 12 anos, e que falou o tempo todo aos prantos: “Nosso sonho é voltar”.



Recebemos a visita do Embaixador da Argélia, no Brasil, Abdellouah Keramane. O diplomata argelino discorreu sobre as relações Argélia-Brasil e as grandes transformações políticas que estão ocorrendo, em seu país. Na foto, o embaixador Keramane com o nosso diretor, jornalista Neiva Moreira.

PANORAMA NACIONAL



Mais ataques do branco contra o índio

Parque Yanomani

Estão ameaçados de desaparecimento nove milhões de hectares de florestas tropicais, lagos e montanhas, na fronteira do Brasil com a Venezuela, onde vivem os índios Yanomani. No últimos dois anos, a região vem sendo invadida ilegalmente por milhares de garimpeiros, que, na procura do ouro, destroem a floresta, envenenam os rios e levam doenças e morte à comunidade indígena.

Essa denúncia vem sendo feita, em todo o Brasil, pela Comissão pela criação do Parque Yanomani. Também o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-CDDPH, órgão do Ministério da Justiça, em relatório encaminhado ao presidente da República, no início deste

ano, afirmou que a devastação do meio ambiente, as atividades ilegais de mineração, a violação dos direitos dos yanomani e a omissão de órgãos públicos são crescentes, na região.

O relatório critica a subdivisão da área yanomani em 19 sub-áreas e afirma que há necessidade de proteger essa comunidade dos riscos sanitários de seu contato com os brancos. Sobre a Fundação Nacional do Índio-Funai, o documento diz que, em vez de estar expulsando os religiosos da Missão Catrimani, que atua em Roraima, deveria estar, através de convênios, estimulando a atuação de outros órgãos federais, estaduais e municipais, bem como das próprias missões religiosas.

Nobel para Arns

O escritor argentino Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, apresentou a candidatura de dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, ao Prêmio Nobel da Paz deste ano, postulação já aceita pelo Instituto Nobel da Noruega.

Esquivel justificou sua indicação lembrando o trabalho permanente do Cardeal em defesa dos direitos humanos e da paz, entre os povos da América Latina. "Graças à sua intervenção", assinalou Esquivel, "conseguiu-se salvar vidas e recuperar crianças sequestradas e pessoas desaparecidas, durante a ditadura na Argentina, através do trabalho solidário com outros povos.

Deu apoio a centenas de refugiados latino-americanos, que tiveram que fugir de seus países, devido às perseguições políticas, como também levou o apoio e consolo a presos e torturados. Denunciando as injustiças e violações dos direitos humanos, sua ação pastoral, em São Paulo, adquiriu uma orientação definida em favor dos setores populares mais pobres e necessitados. Na cidade industrial mais importante da América do Sul, promoveu a criação de centros comunitários e a formação de comunidades eclesiásticas de base".

Esquivel falou também dos 21 anos de ditadura militar no Brasil, destacando que, neste período, o cardeal patrocinou a organização ecumênica Clamor, que defendeu os oprimidos e per-



O cardeal da paz

seguidos, no Cone Sul da América Latina, sob a presidência do pastor presbiteriano Jaime Wright. "Desse trabalho incansável, surgiu o projeto 'Brasil nunca mais', preparado secretamente durante cinco anos e baseado em documentos oficiais do governo, copiados dos arquivos do Superior Tribunal Militar. O resultado apresenta fatos irrefutáveis sobre a institucionalização da tortura, durante o regime militar, no país".

O Comitê Nobel norueguês recebeu a indicação e anunciou que o nome do ganhador do prêmio será conhecido em outubro. O Servicio Paz e Justicia en America Latina-Serpaj (rua da Lapa, 180 sala 1107, Rio, CEP 20021) está coordenando, no Brasil e lá fora, a campanha de apoio à indicação do cardeal ao Nobel. Uma das iniciativas nesse sentido é escrever cartas, assinadas pelo máximo de pessoas possível, e remetê-las ao diretor do Instituto Nobel. Quem quiser participar da campanha deve primeiro entrar em contato com o Serpaj.

Outra iniciativa já vem sendo patrocinada por diversas entidades, tais como a ABI, OAB, Grupo Tortura Nunca Mais, que organizaram, no Rio, o lançamento oficial da campanha.

O rombo na habitação

Além das dívidas externa (140 bilhões de dólares) e interna (80 bilhões de dólares), o próximo governo vai herdar o rombo do Sistema Financeiro da Habitação, que pode chegar a 50 bilhões de dólares. O problema irá estourar principalmente em 1993, quando centenas de milhares de mutuários estarão terminando o prazo de pagamentos das suas prestações da casa própria.

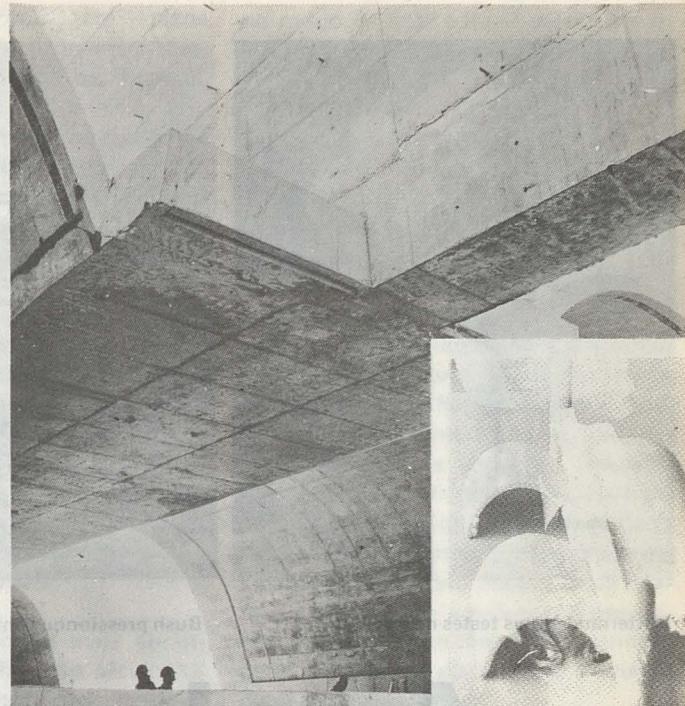
O rombo surgiu devido à defasagem entre o saldo devedor, corrigido de acordo com a inflação, e a prestação paga mensalmente pelo mutuário, reajustada conforme o plano de equivalência salarial. O saldo devedor, consequentemente, vem aumentando muito, sem sofrer o abatimento correspondente que ao pagamento da prestação deveria proporcionar. Além disso, o governo atual, em 1985, quando a inflação beirou 300%, determinou reajuste de 112% nas prestações do SFH. Com os planos Cruzeiro, Bresser e Verão, a inflação continuou reajustando os saldos, enquanto as prestações foram congeladas.

A defasagem, aberta nos agentes financeiros que operam a caderneta de poupança (são os bancos privados e estaduais e a Caixa Econômica Federal-CEF), deverá ser cobrada pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais-FCVS. Os recursos para esse fundo são provenientes dos mu-

tuários (uma pequena parcela da prestação), dos agentes financeiros e do governo. Acontece que não estava previsto um rombo tão grande. Diante da pressão dos banqueiros, o governo, pelo Decreto 97222, de 22/12/1988, assumiu o compromisso de cobrir o rombo com recursos orçamentários.

O presidente da Abecip, entidade que congrega os agentes privados do SFH, estima esse rombo entre seus associados em torno de 25 bilhões de cruzados. Considerando que a CEF, os bancos e as caixas estaduais são responsáveis por mais da metade dos financiamentos habitacionais, no país, é possível que o rombo seja superior às estimativas atuais do próprio governo, que já chegou a falar em 60 bilhões de cruzados novos (60 bilhões de dólares oficiais).

O FCVS está sob a responsabilidade da CEF cujo presidente, Paulo Mandarino, já mandou fazer um levantamento detalhado da situação para tentar dimensionar o problema. "Não temos a menor idéia dos valores do rombo. A todo momento tem gente aparecendo com um número novo. O levantamento é muito complexo, porque temos aproximadamente quatro milhões de contratos, no SFH. São dezenas e dezenas de fórmulas diferentes de reajustamento de prestação. Isso exige cálculos diferenciados de acordo com os diversos prazos contratuais e vai por aí a fora. Mas, tentaremos passar para o próximo governo as informações mais precisas possíveis a respeito do problema", garante Mandarino.



A biblioteca das Américas, para 50 mil obras

Memorial da AL

A unidade latino-americana tem agora, no Brasil, um espaço: trata-se do Memorial da América Latina, obra de 20 mil m², numa área de 78 mil m², junto ao terminal do metrô da Barra Funda, local por onde passam diariamente mais de dois milhões de pessoas, no bairro central da cidade de São Paulo. Seu objetivo é reunir, difundir e intercambiar as manifestações culturais do continente, da Patagônia ao México, mantendo-as sempre à disposição do público visitante.

Segundo o arquiteto Oscar Niemeyer, responsável pelo projeto de arquitetura, o Memorial representa "um ato de fé e solidariedade continental, um apelo à unidade política que há muita deveria estar estabelecida". Clara e simples, a arquitetura do monumento reduz-

se a dois ou três elementos, com vigas de 90 a 60 m, que sustentam placas curvas, pré-fabricadas.

Para o antropólogo Darcy Ribeiro, autor do projeto cultural da obra, o novo espaço deverá tornar mais abrangente o universo de referência e de informações da juventude brasileira, que ali poderá fazer suas opções culturais, mais conscientemente e dentro da realidade em que vive.

É a primeira vez que o Brasil toma a iniciativa de promover, em grande escala, um projeto de aproximação continental. A solenidade de inauguração do Memorial, presidida pelo governador paulista Orestes Quêrcia, contou com a presença de representantes de diversos países latino-americanos e de autoridades brasileiras.



Mitterrand e seus testes no Pacífico



Bush pressionou contra a Amazônia, mas nada falou sobre o desastre ambiental no Alasca

A sobrevivência da terra

O planeta Terra vive seu primeiro momento de alerta contra a destruição final. Governos dos países ocidentais se mobilizam, promovem assembléias permanentes em busca de soluções. E, dessa vez, a maior ameaça não é o perigo de que seja apertado o temido botão que fará explodir os artefatos nucleares armazenados no Primeiro Mundo. Trata-se, pela primeira vez na história da humanidade, de catástrofe real que pode atingir a todos, indistintamente, sem respeitar ricos ou pobres, nem suas diferentes ideologias. Trata-se, de fato, da própria sobrevivência da Terra e, consequentemente, das condições mínimas de existência de vida neste planeta.

Fernando Mesquita e Memélia Moreira

Os governos se acusam entre si. Dirigentes dos países pobres denunciam os países ricos por terem iniciado o processo de destruição para desfrutarem, hoje, dos confortos desconhecidos e inacessíveis aos povos do Terceiro Mundo. Países ricos denunciam governos dos países em desenvolvimento, principalmente o do Brasil, de serem coniventes com a agressão ao meio ambiente. A troca de acusações é dura e, além da fumaça das queimadas da Amazônia, há no ar os primeiros sinais de que começa a acontecer o con-

fronto Norte-Sul, isto é, um sério enfrentamento entre ricos e pobres. O Primeiro Mundo nega financiamentos que facilitem mais ainda a destruição ambiental, ou toma de volta, através de uma política de juros extorsivos na dívida externa, os insuficientes capitais que ainda fluem para o Terceiro Mundo em ajuda multilateral. O Terceiro Mundo acena com a possibilidade de aceitar o desafio e resgatar a sua credibilidade, usando como trunfo o fato de constituir uma imensa maioria numérica, tanto em países, quanto em população, maioria que detém as últimas reservas naturais do planeta.

As mais graves acusações estão sendo feitas contra o Brasil, país que con-

trola quase 3/4 da Amazônia e que, a partir do início da década de 70, implantou uma política de incentivos à ocupação amazônica, a qual acabou por provocar verdadeira pilhagem da região. Tal pilhagem foi financiada pelo capital internacional, que durante 20 anos de regime autoritário viu no Brasil o lugar ideal para realizar investimentos de máxima lucratividade. E os governos que dirigiram o país nesse período aceitaram, de bom grado, a experiência. Acuados diante da ameaça (real ou não) de destruição total, esses governos em nenhum momento assumem suas próprias responsabilidades.

De um lado, o presidente francês, François Mitterrand, exige uma "autori-



Takeshita consumiu a madeira asiática e olha para a Amazônia

dade internacional" e uma "renúncia de soberania" dos países acusados de acelerar o processo de aniquilamento do meio ambiente. De outro, o Brasil e demais países sul-americanos dizem, com todas as letras, que os principais responsáveis pela destruição da camada de ozônio que protege a Terra, pela emissão de gás carbônico para a atmosfera, pelo arsenais nucleares e os principais beneficiários da devastação ambiental são os países desenvolvidos.

A resposta do Brasil, afirma o secretário-geral da Secretaria de Defesa Nacional-Saden e chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Bayma Denys, será "mostrar que somos capazes de cuidar do nosso meio ambiente" e recuperar, assim, a credibilidade perdida ao longo dos anos junto aos países ricos.

A resposta – retruca o discreto sertanista José Meirelles, que vive no Acre há mais de dez anos, em contato permanente com seringueiros e índios – se dará, quando o governo abandonar os projetos megalômanos, partindo para opções modestas e, sobretudo, proporcionando condições para que a população pobre não seja obrigada a usar a natureza, sua própria fonte de alimentação, de forma inadequada, destruindo-a "por viver na miséria".

Encontros, seminários, assembléias estão sendo feitas em todos os cantos do planeta. Em menos de dois meses, três reuniões internacionais foram promovidas: em Altamira, no estado do

Pará, em plena Amazônia; em Haia, capital da Holanda, e em Brasília, est com a presença de representantes dos países da América do Sul e Caribe. O objetivo é um só: buscar alternativas, para que a vida não desapareça completamente do planeta, superando as divergências que parecem se acirrar a cada nova reunião.

"Homens de boa vontade"

Talvez o fato cultural mais abrangente e durável do final do século XX seja a eclosão da *sensibilidade ecológica* como fenômeno de massa.

No século XX, a explosão de *ismos* modernistas reafirmou e ampliou essa "tradição de ruptura libertária" das artes. Mas, foi só com o movimento *hippie*, na década de 60, que a sensibilidade ecológica deixou de ser uma obra de individualidades excepcionais para se tornar um *modo de vida* oferecido ao homem comum, particularmente à juventude. O movimento verde atual é, sem dúvida, herdeiro da imaginação *hippie*, mas mostra-se como uma etapa amadurecida e abrangente do impulso de *paz e amor* e se depara com um mundo em crescente convulsão.

Talvez seja por isso que ele se aplique em produzir uma visão alternativa da sociedade como um todo. E essa visão se espalha rapidamente. É inegável que está ocorrendo, em escala mundial, um crescimento cultural, político, social dos verdes.

Ser verde é algo bem definido. Ecolômico, pacifista, cidadão do mundo, defensor de um modo de vida harmônico com a natureza, que implica novos hábitos alimentares e um novo conceito de saúde, cultivando valores culturais divergentes, dedica-se ao desenvolvimento interno, espiritual, identificando-se com manifestações artísticas bem particulares, distinguindo-se até mesmo

no modo de falar e de se vestir. O ecologista internacional é hoje um tipo, até mesmo com suas derivações de modismo (o chamado *tropical chic*), apesar da imensa variedade de combinações que o atual encontro cultural planetário permite.

A razão urgente e suficiente dessa comunhão crescente de "homens de boa vontade" pode ser cotidianamente contemplada nas páginas dos jornais. Vivemos um inquietante entrelaçamento de crises: explosão demográfica, generalização da fome, colapso do sistema financeiro internacional, multiplicação de guerras regionais, escassez crescente de recursos naturais, aparição de novas epidemias, desastres ecológicos cada vez maiores. O conjunto complexo e contraditório dessas crises aparece à consciência ecológica internacional como um fenômeno de extinção geral da vida no planeta que é preciso deter a qualquer preço.

E o tom particularmente urgente dessa missão se explica pelo fato de o momento atual ser considerado decisivo. Segundo o movimento ecológico, ou se detém a devastação já, ou o clima da Terra entrará em crescente desestabilização, redundando no virtual colapso da civilização. Uma série de fenômenos alarmantes – destruição da camada de ozônio, efeito estufa aumentando a temperatura média do planeta, as violentas e imprevisíveis variações de secas e inundações provocadas por *El Niño* e *La Niña*, as correntes frias e quentes do Oceano Pacífico – estão sendo apontados como evidências dessa transformação iminente.

Soma-se a isso a mística da virada do milênio, a chegada do ano 2.000, com imensa carga simbólica de "final dos tempos", apontada em inúmeras "previsões" de trânsito popular, e não será difícil imaginar por que certos locais "especiais", preservados (o Centro-Oeste e a Amazônia brasileiros e a Austrália são os mais notórios) estão sendo encarados como refúgio, verdadeiras Arcas de Noé para tempos futuros.

A face geopolítica

Entretanto, o balanço do poder não é determinado pelo congraçamento de

homens de boa vontade, mas pelas realidades geopolíticas de nações e blocos em correlações de força. Noutras palavras, a ação dos ecologistas internacionais está sobredeterminada pelos interesses dos diversos países e blocos, face às consequências das modificações ambientais em curso. Se, no mundo desenvolvido, os partidos tradicionais estão buscando roubar as bandeiras dos partidos verdes e reforçando os órgãos institucionais que lidam com o meio ambiente, inclusive cooptando funcionários entre os participantes das entidades ecológicas, é porque a variável ecológica está sendo integrada, com peso cada vez maior, ao modelo geopolítico que norteia os formuladores de suas macropolíticas.

A luta pelos estoques

É fato conhecido que projeções estatísticas apontam para uma escassez crescente de recursos como combustíveis, reservas minerais, florestais, piscícolas e até mesmo de água doce, cuja escassez se fará sentir com intensidade cada vez maior ao longo das três primeiras décadas do próximo século, se mantidas as atuais taxas de crescimento econômico e demográfico do globo. No caso do petróleo, se não houver uma substituição tecnológica eficiente, a escassez terá efeitos dramáticos.

Por outro lado, as alterações climáticas recentes estão começando a modificar a geografia de produção de grãos no mundo. Por exemplo, no ano passado, uma estiagem sem precedentes no meio-oeste norte-americano provocou uma quebra de 29% a 30% nas safras de milho e soja. Em contraposição, Canadá e União Soviética se beneficiaram de um clima mais ameno, conseguindo aproveitar para produção terras até então congeladas. Inundações, estiagens,

chuvas favoráveis inesperadas atingiram inúmeras regiões do globo. Se tais mudanças apresentarem uma tendência à longa duração, a posição relativa dos grandes produtores mundiais de grãos se alterará e, com ela, a influência política pelo uso de excedentes de grãos. Em outras palavras, a balança do poder mundial se modificará.

Segundo uma visão geopolítica de recursos, em caso de insegurança crescente de fontes de produção, deve-se aumentar ou, pelo menos, preservar estoques. E em termos de estoques de



A devastação florestal é fenômeno mundial que precisa ter um combate adequado

importância estratégica, a longo prazo o continente-chave é a América do Sul. E, na América do Sul, o país-chave é o Brasil. É na Amazônia e no Centro-Oeste do Brasil que estão as grandes reservas florestais e minerais ainda intocadas no planeta.

Assim, à luz dessas considerações, fica claro que a campanha internacional de "defesa da Amazônia" não pretende discutir propriamente a soberania da Amazônia, até porque os recursos amazônicos já estão – mantida a atual situação – em grande parte sob controle do Primeiro Mundo, e sim a competência da gestão do meio ambiente amazônico, ou seja, o grau e o ritmo desejáveis ou aceitáveis de organização desses ecossistemas.

Se isto for verdade, mesmo na hipótese de que uma remoção muito maior na floresta amazônica não desestabilize

catastroficamente o clima da Terra, ao menos até que modificações importantes tornem as reservas amazônicas de recursos menos indispensáveis, interessa ao Primeiro Mundo usá-las (ou mantê-las) segundo o ritmo que lhe for conveniente. Esse ritmo, necessariamente, não coincide com as necessidades do Brasil nem com as dos demais países latino-americanos.

Temos afi duas modificações que podem ser de extrema importância: a política de desenvolvimento que o próprio Primeiro Mundo preconizou para a América Latina possivelmente não lhe interessa mais, na medida em que implica a utilização acelerada de reservas que ele acha mais conveniente deixar intactas. Segundo, isto é um reconhecimento tácito da falência da política de "desenvolvimento para todos" e da necessidade de impor à América Latina uma situação de estagnação forçada, correspondente à posição virtualmente colonial de "continente reserva".

Os instrumentos dessa imposição: manejo da dívida externa em termos de "morde-e-sopra", isto é, através da oscilação entre períodos de alívio e períodos de arrocho, visando a consolidar um mecanismo estável de submissão que não provoque explosões sociais catastróficas (Venezuela); bloqueio permanente de fluxo de tecnologia e capitais para a abertura produtiva, nesses países, de zonas ecológicas intactas; postulação de formas internacionais de controle ecológico dessas reservas, via ONU (declaração de Mitterrand, em Haia).

Novo modelo econômico

Essa pressão, se concretizada, configurará um desafio inédito às nações latino-americanas, uma verdadeira encru-

zilhada histórica: ou elas continuam desunidas em diversos graus e, assim, verão suas respectivas autonomias nacionais em crescente desagregação, ou elas realizam, afinal, a junção geopolítica de seus destinos, sonhada desde os tempos de Bolívar.

Levando-se em conta que a contradição Leste/Oeste tornou-se irrelevante, face à crescente cooperação soviético-americana, essa saída significará uma "terceira via" de novo tipo, isto é, mais do que uma posição de equilíbrio entre dois blocos, será um movimento de ruptura em direção a uma posição própria. Trata-se, por enquanto, de matéria altamente especulativa, mas nem por isso alguns sinais significativos deixam de aparecer na superfície da vida política desses países, na forma de temas que permeiam a reflexão de vanguarda das suas ciências sociais.

No Brasil, os debates iniciais da campanha presidencial, a par da óbvia necessidade de resolver o problema da dívida externa, já apontam para uma ruptura com o estilo atual de desenvolvimento e para a definição de um novo modelo, capaz de combinar crescimento econômico com preservação ambiental.

Dois componentes fundamentais já foram identificados nesse modelo: uma agricultura dinâmica, produtora eficiente de grãos, e uma indústria mais "rústica", voltada para o mercado internacional (e do Terceiro Mundo) fortalecido.

Os temas se multiplicam, impulsionados pelas sugestões e acontecimentos da conjuntura. Mas, uma coisa é certa: eles ocuparão uma posição central nos debates das eleições presidenciais. O que faz supor que serão pontos prioritários da agenda do novo presidente, a ser eleito a 15 de novembro próximo.

Eles destruíram

"Eles (os países desenvolvidos) destruíram a camada de ozônio da Terra, ameaçam a sobrevivência do homem com o armazenamento de armas nucleares capazes de destruir muitas vezes nosso planeta. Assim, não temos por que nos submeter a qualquer diretório que deseja nos dar ordens sobre como devemos utilizar a nossa natureza. Não permitiremos que transformem a Ama-

zônia num Golfo Pérsico Verde".

Esta inflamada declaração não foi feita por um ecologista brasileiro de posições radicais. São palavras do presidente do Brasil, José Sarney, em entrevista dada à chegada a Georgetown, na visita que fez à Guiana, no dia 4 de março. Na ocasião, Sarney repetiu o que havia dito em Tóquio, durante os dias da "diplomacia do funeral de Hiroitô", logo após ter sido recebido em audiência de 35 minutos pelo presidente norte-americano George Bush.

O encontro, na embaixada norte-americana, teve por objetivo amenizar a irritação brasileira com um suposto pedido do presidente norte-americano ao premier japonês, Noboru Takeshita, para suspensão de financiamento japonês a uma ligação rodoviária entre a Amazônia e o Pacífico, através do Acre (BR-364), devido ao desastrosos efeitos ecológicos. A polêmica sobre a BR-364 tem uma importância econômica estratégica para o Brasil: uma vez terminado seu asfaltamento, ela permitirá a redução do tempo de transporte dos grãos brasileiros para o mercado japonês, de 35 para 20 dias.

Patas de gato

A inédita interferência de Bush (posteriormente negada pelo governo japonês), combinada ao contínuo emperramento de fundos solicitados ao Banco Mundial, e às incontornáveis restrições das agências financeiras à expansão do programa nuclear e a projetos vitais de novas hidrelétricas, acabaram por convencer o governo brasileiro de que, em nome da "defesa da Amazônia", o que existe é a intenção europeia e norte-americana de bloquear o crescimento do país.

As enfáticas posições nacionalistas do presidente Sarney, foram acompanhadas, no Brasil, por uma verdadeira chuva de artigos, editoriais, declarações de políticos

e funcionários governamentais. A Amazônia e a Cobiça Internacional, um livro clássico sobre o assunto, de autoria de Arthur Cézar Ferreira Reis, foi constantemente citado. A histórica campanha de Arthur Bernardes contra a criação do Instituto da Hidroélectrica amazônica, proposto em 1946, pela Unesco, foi evocada. Expressões como "armação", "orquestração", ou "conspiração" internacional frequentaram com insistência esses pronunciamentos.

Num artigo estampado pela imprensa, o tenente-coronel da reserva, José Ávila da Rocha, traçou um quadro do que chamou de "escalada para a internacionalização da Amazônia": a) utilização do Banco Mundial para pressionar o Brasil, condicionando empréstimos à adoção de medidas de preservação ambiental; b) práticas de auditoria do Banco Mundial em empresas brasileiras para demonstrar nossa incompetência no controle ambiental, mediante amplo controle da mídia; c) lançamento de campanhas de desestabilização dos órgãos federais e estaduais de meio ambiente, taxando-os de incompetentes; d) propaganda de tensões psicosociais por auditoria econômica, social e ecológica levada a efeito pelo Banco Mundial; e) ações financeiras para transformar a dívida externa em unidades de conservação da Amazônia, mediante gestão de um grupo internacional; f) criação e controle de nações indígenas na Amazônia; g) junção, em um só órgão, de todos os atuais que lidam com o meio ambiente, para dispor de um só interlocutor, no Brasil, nessas questões, órgão a ser ocupado por simpatizantes da cau-



Flecha de Lima (esq) apareceu em Haia e golpe planejado pelos ricos

sa ecológica; h) controle das migrações internas do Nordeste, e, por fim, revisão do Pró-Álcool.

Encontros planetários

Essa contra-ofensiva, sem dúvida, não focaliza alvos imaginários. Quando Sarney falou em Tóquio, ainda repercutia, em escala mundial, o I Encontro dos Povos da Floresta, realizado de 20 a 24 de fevereiro, em Altamira, no Estado do Pará, às margens do rio Xingu, em plena floresta amazônica, foi, talvez, o mais eficaz e abrangente evento ecológico até agora realizado. O objetivo declarado do Encontro foi protestar contra a devastação ambiental provocada pelo complexo hidrelétrico Kararaô (Belo Monte) Babaquara, a ser implantado no rio Xingu, que inundará 7.500km² de floresta, atingindo diversos estabelecimentos da nação caiapó.

Mas, o encontro de Altamira foi, antes de tudo, uma festa de afirmação índia. Pontuado por rituais caiapós, celebrado num tom de reverência à cultura indígena, por sua capacidade de conviver harmonicamente com a natureza, contando com a participação das mais importantes lideranças indígenas do Brasil, e com a presença de uma delegação de índios norte-americanos, seu comunicado final rejeita a destruição do meio ambiente pela cobiça do homem branco, e reintroduz a idéia de valorização da natureza como algo sagrado, em termos bem próximos aos da famosa carta do cacique Seattle ao presidente dos Estados Unidos, no século XIX.

Em termos institucionais, oficiais, poderia ter ocorrido um diálogo importante entre "cardeais" do movimento ambientalista internacional, como Barbara Bramble, criadora do Fundo Chico Mendes e diretora do National Wildlife Defense Fund, e Stephen Scharzmann, diretor do Environmental Defense Fund, com Fernando César Mesquita, presidente do recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, ou José Antonio Muniz Lopes, diretor de planejamento da Eletronorte. Entretanto, a intervenção do próprio Muniz acabou eclipsada pela cena (tornada histórica, a partir do instante em que ocorreu) da Índia Tufra, encostando, em ritual de



As novas lideranças indígenas enriquecem o debate amazônico

advertência, um facão no rosto do engenheiro da Eletronorte.

Internacionalização

O ecologista José Lutzemberger, Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia de 88, e histórico defensor da Amazônia, nega essa possibilidade com veemência. "Há dez anos" diz ele, "percorro o mundo, denunciando a destruição da Amazônia para as mais diferentes platéias e nunca, mas nunca mesmo, ouvi lá fora empregarem a palavra internacionalização. Essa pressão internacional é resultado de denúncias que partiram daqui. Grande parte da destruição que está ocorrendo é feita com dinheiro das pessoas que pagam impostos no Primeiro Mundo, dinheiro canalizado por agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. As denúncias que partiram daqui foram acolhidas e multiplicadas por grupos ecológicos da Europa e dos Estados Unidos. Se, hoje, os dirigentes mundiais como os primeiros-ministros da Inglaterra, Margaret Thatcher, da Alemanha Federal, Helmut Kohl, e os presidentes François Mitterrand, o próprio George Bush estão se manifestando, é porque está havendo intensa pressão popular. Os políticos sempre são demagógicos, tanto lá, como cá. Mas, nos países do Primeiro Mundo, eles são mais sensíveis à opinião pública. E lá, as pessoas estão conscientes, muito mais conscientes das barbaridades que estão sendo feitas aqui".

"A verdade é que as conquistas ter-

ritoriais safram da agenda mundial. Nenhum estadista pretende mudar o mapa do Brasil". Quem afirma isto é o senador Roberto Campos (PDS-MT). Ex-ministro do Planejamento do primeiro presidente do ciclo militar do Brasil, marechal Humberto Castello Branco, Campos se tornou uma espécie de símbolo do entreguismo, aos olhos da esquerda, e ficou associado à questão da soberania amazônica desde os fins da década de 60, quando patrocinou a vinda ao Brasil de Hermann Khan, do Hudson Institute, autor de uma proposta de criação de lagos artificiais na Amazônia, denunciado na época como mais uma tentativa de internacionalização da área. Para Campos, "o receio é que o Brasil mude o clima do mundo. A proposta mais ousada, do primeiro-ministro francês Michel Rocard, fala na criação de um organismo internacional para monitorar e punir os crimes ecológicos, inclusive, os dos países industrializados".

Essa hipótese, apresentada na recente conferência internacional sobre a proteção da atmosfera terrestre, realizada nos dias 11 e 12 de março em Haia, assim como o da criação de uma fundação dirigida por brasileiros, com ajuda internacional, para gerir a preservação da Amazônia – que apareceu um editorial do *New York Times* – ou a troca de parcelas da dívida externa de 120 bilhões de dólares por pedaços da Amazônia preservada, feita há alguns anos por Thomas Lovejoy o *debt-for-nature-swaps* têm sido descartadas sumariamente, tanto por Sarney como pelas autoridades militares, num afinadíssimo coro.

Ainda em Tóquio, sondado discretamente por James Baker, secretário de Estado dos EUA, Sarney respondeu que a "dívida externa e preservação ecológica são problemas distintos, que não se misturam". Quarta-feira, oito de março, o general Leônidas impugnou a idéia de

uma fundação sob controle brasileiro: "Nada de fundação privada. Este país tem governo, quem manda no país é o governo, e, por isso mesmo, qualquer influência estrangeira será mal recebida".

Foi para expressar o desagrado brasileiro a posições de ressonância intervencionista, aparentes em declarações como a do senador Robert Kasten ("ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos"), que Sarney se absteve de viajar a Haia.

A declaração final da Conferência de Haia, reconhecendo a necessidade de, "dentro do quadro da ONU", avançar-se para um tratamento internacional da devastação ecológica, ficou bem mais aquém da intenção inicial de materializar um "tribunal ecológico internacional".

Para isso contribuiu decisivamente a oposição brasileira, expressa pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Mas, ainda que a diplomacia brasileira tenha considerado esse recuo momentâneo como uma "vitória das teses brasileiras", e fale na intenção do Brasil de "passar à ofensiva", novos sinais de pressão não tardaram a se fazer sentir. No encerramento da conferência, respondendo a uma observação de um jornalista brasileiro, o presidente Mitterrand declarou: "Desejamos uma autoridade internacional em matéria de meio ambiente. Isto se traduz numa renúncia de soberania por parte de alguns países". Não foi nem preciso esclarecer qual era o país.

Com efeito, sinais de que a pressão vai continuar e até aumentar, adotando novas táticas,

continuam a ser emitidos. Enquanto o Brasil tentava uma contra-ofensiva em Haia, o diretor do departamento do Brasil, do Banco Mundial, Armane Choksi, em comunicado ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, colocava à disposição do governo brasileiro um total de um bilhão de dólares para o setor energético.

Cutucando a incompetência

A novidade é que a proposta se faz acompanhar daquilo que a imprensa denominou de "duras condições contratuais": revisão total das condições de segurança da Usina Angra I, incluindo monitoramento da deposição do lixo radiativo, planos detalhados para evacuação da população civil em caso de acidente, e, por último, um voto definitivo à Angra III. No caso de construção de novas hidrelétricas, há exigência de minuciosos estudos de impacto ambiental e de reassentamento de população, assim como a demarcação de terras indígenas, sujeitos à avaliação e controle do banco.

O recado é claro: está encerrada, par-

o Banco Mundial, a era do dinheiro fácil e da condescendência técnica e política para projetos questionáveis, típicos da década de 70 e 80, impulsionados por interesses políticos imediatistas, e escorados numa corrupção governamental municiada por empreiteiras beneficiadas por contratos milionários. Está encerrada a era dos projetos justificados por dados técnicos apenas formais, não confiáveis, apresentados apenas para cumprir exigências contratuais. Se, de agora em diante, o Brasil quiser expandir seu parque energético, terá, não como declarou ironicamente o embaixador Flecha Lima, que "aprender lições de bom comportamento ecológico". Terá que ser o primeiro da classe.

Na primeira quinzena de fevereiro deste ano, um raio disparou acidentalmente, durante uma tempestade, o alarme da Usina de Angra I. Reunida num posto de gasolina, ponto previamente determinado pelas autoridades no caso de evacuação, a população dos arredores descobriu, com indignação, que não havia plano de evacuação algum.

Apesar das contínuas denúncias, Balbina foi represada e já se transformou num imenso desastre ecológico, mal cheiroso a quilômetros de distância. Sob as águas de seu lago, apodrecem três milhões de metros cúbicos de madeira, que atenderiam à demanda do estado do Amazonas até 2010. A intenção das novas exigências do Bird parece clara: tirar partido desses erros, para reforçar a impressão de que a "Amazônia é importante demais para ficar sujeita à incurável incompetência brasileira" (não importa agora se essa incompetência e essa corrupção sempre serviram exa-



As nações ricas transformam o Terceiro Mundo em lixeira, sobretudo de rejeitos perigosos

MATÉRIA DE CAPA

tamente aos interesses dos atuais "defensores" internacionais da ecologia).

O golpe é bem assentado e atinge uma verdadeira chaga nacional: "A inexistência de uma política clara de exploração não-predatória da Amazônia, que inclua soluções institucionais para os conflitos sociais e interétnicos na região, deixa o Brasil sem condições de reagir às pressões para sua internacionalização". A conclusão é do Simpósio de Política Internacional e Cooperação, encerrado a 12 de março na Universidade de São Paulo.

Números da Amazônia

Segundo o professor Samuel Benchimol, conselheiro do Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea) e autor de "Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológica", a Amazônia representa um patrimônio florestal que cobre um terço das regiões latifoliadas do planeta; uma bacia hidrográfica que, com seus recursos, representa um quinto das disponibilidades mundiais de água doce; uma biodiversidade de dois milhões de espécies, que corresponde a um décimo da biota (total de espécies) universal; uma extensão geográfica que abrange um vigésimo da superfície terrestre.

Enquanto província hidrelétrica, a Amazônia possui recursos capazes de gerar 100 milhões de quilowatts, cerca de metade do potencial brasileiro. O aproveitamento deste potencial implicará, segundo o Plano 2010. A construção de 76 barragens, significando a inundação de 80 000 km² (quatro vezes o estado de Sergipe) ou 1,6% da Amazônia, elevando o potencial instalado no país de 50 milhões para 150 milhões de quilowatts.

Quanto à extensão da área da floresta amazônica, os cálculos dos especialistas variam. Benchimol cita três estimativas: a de Clara Pandolfo (*Amazônia brasileira e suas potencialidades*) de 260 milhões de hectares; a do Departamento Geográfico do IBGE, de 396 milhõeis, e a de Murça Pires e William Rodrigues, botânicos do Museu Goeldi e do Instituto de Pesquisas da Amazônia-Inpa de 350 milhões de hectares.

Quanto ao nível das queimadas, se-

gundo um relatório do Instituto de Pesquisas Espaciais-Inpe, a observação através de satélites localizou, em 1987, 20 milhões e 400 mil hectares de queimadas, correspondendo a 8 milhões de hectares de florestas recém-derrubadas e 12 milhões de cerrados e savanas amazônicas.

A área deforestada varia de estado para estado e suas estimativas são imprecisas. De modo geral, considera-se que Rondônia é o estado mais devastado, com cerca de 25% de cobertura florestal já removida. Seguem-se o sul do Pará, o estado de Tocantins, Maranhão e norte de Mato Grosso, entre 15 e 20%. Por último, as áreas menos afetadas são o Acre, o Amazonas, o centro e o oeste do Pará e Roraima, com menos de 10%.

Os 5 milhões e 400 mil km² dos estados amazônicos guardam um potencial mineral que ainda não pode ser avaliado, mas que é, de longe, o maior do planeta. Só Carajás apresenta uma reserva de 17 bilhões de toneladas de ferro de alto teor (66%). É a maior reserva do planeta, suficiente para manter a exploração por cerca de 400 anos. A bauxita na Amazônia está estimada em 2,5 bilhões de toneladas. A reserva de cobre, 1,5 bilhão. Existem ainda 100 milhões de toneladas de manganês, 47 milhões de toneladas de níquel e quase 25 mil toneladas de estanho mapeadas. Porém, estima-se que estas reservas são apenas uma fração da riqueza mineral amazônica, que pode conter, ainda, uma quantidade não conhecida de petróleo e gás natural.

Quanto ao ouro, calcula-se que a produção anual – quase toda contrabandeada – esteja por volta de 300 toneladas. Esta atividade vem gerando uma enorme poluição, por mercúrio, nos rios amazônicos. Um recente estudo estima que cerca de 50% dos 500 mil garimpeiros amazônicos apresentam altos índices de contaminação por mercúrio.

Quanto às concessões dadas pelo Estado para pesquisa e lavra do subsolo, uma publicação do Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq revela que o capital estrangeiro detém 38,1%, o capital nacional privado 35% e o Estado apenas 26,9%. Tais concessões deverão ser revistas à luz da legislação complementar da nova Constituição.



Gen. Bayma Denys: Brasil vai dar licença

Resgatar a credibilidade

A resposta brasileira às críticas internacionais, quanto à incompetência dos governantes, será dada na prática, através de um programa de proteção ambiental, que quer demonstrar a capacidade brasileira de realização e resgatar nossa credibilidade internacional. Estes são os dois objetivos prioritários do general Rubem Bayma Denys, secretário-geral da Secretaria de Defesa Nacional-Saden e chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. O general Denys é o principal coordenador do programa "Nossa Natureza".

Preocupado com a Amazônia e autor do Projeto Calha Norte, implantado ao longo dos 6.000 km da fronteira norte do país, o general Denys conversou com **terceiro mundo**. Ele analisou a campanha internacional, que tem colocado o Brasil na berlinda, e não tem dúvidas de que a preocupação internacional é muito mais fruto do preconceito contra a sociedade brasileira, da fama de "irresponsável" adquirida pelo povo brasileiro, do que decorrente de alguma intenção real de preservar o meio ambiente. "Se eles fossem tão preocupados – afirma o general – não colocariam em risco a humanidade com suas toneladas de armamentos nucleares".

Ele discorda da tese defendida por alguns setores, de que as forças armadas deveriam assumir o controle da defesa da Amazônia, com batalhões especializados na fiscalização.

Apesar disso, o chefe do Gabinete Militar, que tem assento no Conselho de Defesa da República, garante que o governo vai estruturar a Policia Federal, criando um batalhão ecológico. Tal batalhão terá fardamento especial e será integrado também pelos excedentes do serviço militar obrigatório e por voluntários, que devem permanecer na Amazônia por um período máximo de dois anos, "para não viciar". Os estudos para a formação desse batalhão ecológico já foram encaminhados ao diretor-geral da Policia Federal, delegado Romeu Tuma.

Consciente de que o Brasil tem papel fundamental no futuro da humanidade, o general avisa que a Amazônia não se transformará em produtora de alimentos. "Este papel - diz - será desempenhado pelo Centro-Oeste brasileiro: a região do Cerrado será a grande fonte de alimentos".

A seguir, os conceitos do general Rubem Bayma Denys sobre a questão ecológica brasileira e o debate internacional.

Campanha externa - "Esta é fruto de prevenção e preconceito pela nossa capacidade de realizar. Há a questão dos recursos dos bancos internacionais. Todo recurso passa por dois crivos: o interesse econômico e a exigência política. Mas, quais são essas exigências? Será que elas vão afetar nossa soberania? São as perguntas que fazemos. Isso não significa, entretanto, que não aceitamos tais recursos. É uma questão a negociar".

Internacionalização - Mesmo desconhecendo quantos hectares da Amazônia brasileira se encontram em mãos de estrangeiros, o general Denys afirma: "Não se pode dizer que já há internacionalização da Amazônia. O que existe agora é intromissão, mas, na medida em que aumentar de intensidade, a tendência é a internacionalização. Estamos atentos contra essa investida".

Geopolítica - "Os países, que hoje são considerados ricos, desenvolve-

ram-se, destruindo. Agora, querem nos transformar em reserva ecológica. O Brasil tem consciência de seu valor geopolítico. A Amazônia, nós todos sabemos, é importante para nós. Não a transformaremos em produtora de alimentos: este papel será desempenhado pela região do Cerrado. Quem sabe, podemos então declarar a moratória da Amazônia? Ela vale 30 trilhões de dólares".

Camada de ozônio - "O maior responsável pela destruição da camada de ozônio é o mundo desenvolvido. O Brasil, de acordo com estudos já publicados, contribui com apenas 39 pontos para a destruição. Os Estados Unidos estão contribuindo com mais de 1.000 pontos. O principal fator de destruição da camada de ozônio é a queima de combustíveis fósseis, isto é, a queima de gasolina, por exemplo. Aqui nós podemos queimar combustível sem poluir. Temos o Pró-Álcool, que é até um programa de regeneração ecológica. E nós vamos incrementar o Pró-Álcool. O programa terá mais recursos. É um programa inteiramente nosso, demonstrando nossa capacidade".

Mobilização da sociedade - "Todos, na verdade, querem resolver o problema. Nós temos a proposta do programa "Nossa Natureza". Vamos envolver o Congresso Nacional, cientistas, toda a sociedade, para realizarmos esse projeto. O programa prevê, inclusive, a redução de incentivos na Amazônia, a reforma agrária e a demarcação das áreas indígenas".

Preconceito - "O maior problema do Brasil é a credibilidade. Qual é a fama do brasileiro no exterior? É negativa. Esquecem que estamos construindo uma grande nação, com diferentes problemas e diferentes povos. Há um terrível preconceito dos estrangeiros em relação ao Brasil, mas nós vamos mostrar que somos capazes. Podemos dar algumas lições".

M.M.

O Brasil não está à venda

Edmar Morel*

As nossas forças armadas, interpretando os sentimentos do povo brasileiro, disseram não à máfia que quer a internacionalização da Amazônia.

Não foi esta a primeira vez e nem será a última, que grupos estrangeiros querem a Amazônia, como pagamento da dívida externa do Brasil. Antigamente, não havia pressões econômicas e tudo era feito no peito e na raça. Arthur César Ferreira Reis, o papa da história amazônica, no seu fabuloso livro

Amazônia e a Cobiça Internacional, narra as expedições militares que invadiram a região e destaca os seguintes grupos que entraram na Amazônia, no século XIX: Eduardo Poeping (1832), Alcide D'Orbigny (1834), Robert Schomberg (1834-39), Richard Schomberg (1840-44), Castelnau (1843-47), Alberto, da Prússia (1843-44), Tardy de Montravel (1846), Henri Walter Bates (1848-59), e Alfred R. Wallace (1848-52); Caetano Osculati (1847), Richard Spruce (1849/64), William Chandless (1861-65), Luiz Agassiz (1865-66), James Orton (1867), Charles Frederic Hart (1867), Franz Keller-Leuzinger (1865), José Francisco Keller (1869), Orville Derby (1870), Eduardo D. Matheus (1873), Jules Crevaux (1876-79), Carl von Stein (1884), Elmano Stradelli (1889), Henri Coudreau (1884-99), Olimpia Coudreau (1882-89).

Enfrentaram os mistérios da Amazônia sem receios das enfermidades, da bicharada, do clima, dos perigos das zonas encachoeiradas, da hostilidade da



Edmar Morel

floresta e dos grupos indígenas. Faziam ciência pela ciência? Procuravam descobrir pelo prazer da aventura científica, sob a sensação das façanhas com que se notabilizariam? Ou na verdade estavam trabalhando para os seus governos, e estes visavam a alguma coisa mais?

O mais grave, entretanto, foi a presença do missionário inglês Thomaz Young, em Pirara, que construiu um fortim com a ajuda de mercenários e desfraldou a bandeira britânica, tomando posse da terra em nome da Coroa inglesa. No lugar, havia um destacamento militar brasileiro, todavia, ausente. Coisa semelhante fez Robert Schomberg, a serviço da Royal Geographical Society, de Londres, um prussiano a serviço dos ingleses.

No passado, os invasores eram ingleses, holandeses, franceses, irlandeses, que armados até os dentes, estabeleceram feitorias e fortins. Que fez o poderoso The Bolivian Syndicate of New York City in North America, no Acre, no começo do século?

Com o capital de 5 milhões de libras esterlinas, aliou-se à United States Rubber Company e invadiu o Brasil, usando canhoneiras e armas pesadas. Aí surgiu a figura de Plácido de Castro, gaúcho que resistiu aos invasores e pagou com a vida o crime de ter arrancado o Brasil das garras do Bolivian Syndicate.

Hoje, o processo de tentativa de internacionalizar a Amazônia é tramado pelos banqueiros e o porta-voz é, entre outros, o "The New York Times", que, cincicamente, em artigo na primeira página, lembra que o Brasil está atrapalhado financeiramente porque quer, pois bastaria oferecer a Amazônia aos credores e a dívida externa estaria liquidada.

O povo, ante a entrega de 50 milhões de hectares do território nacional às multinacionais, tinha a impressão de que não adiantava protestar. Todavia, a nova investida estrangeira contra a Amazônia criou uma consciência nacional, com profundas raízes no seio da população. No passado, o governo de mão beijada o manganês do Amapá à Bethlehem Steel, enquanto a U.S. Steel tinha o controle do manganês do Urucum, em Mato Grosso.

O movimento ecologista brasileiro

parece como uma força viva para impedir que a Amazônia seja entregue aos estrangeiros. Resta salvar o que escapou da fúria sanguinária do italiano Rainol Grecco, que, em entrevista à imprensa, declarou que é o maior assassino da floresta atlântica, já tendo derrubado 220 milhões de árvores de lei. E adiantou, com o natural orgulho de um perfeito carrasco da floresta: "Depois de esgotadas as reservas da floresta atlântica, onde acabei com os jacarandás e outras madeiras de lei, fui para Rondônia".

Não foi só Grecco quem destruiu. Stanley Soling, testa-de-ferro de um grupo ianque, vendeu centenas de milhares de hectares, à base de um pros-

tão rico em petróleo". Surgiram depois os vergonhosos contratos de risco entre a Petrobrás e os grupos estrangeiros petrolíferos, localizados em 32 pontos do Brasil, sendo o mais importante a British Petroleum, Standard Oil, Atlantic, Gulf, Shell e outros.

Em toda a trama antinacional, nos idos de 1948, aparece o Instituto Hudson, dirigido pelos norte-americanos Herman Kahn e Roberto Panera, que tinham como maiores clientes a CIA e o Pentágono. O projeto, com o nome de Hiléia Amazônica, conseguiu, para início de conversa, um milhão de dólares do Banco Mundial, dinheiro para corrupção de brasileiros, homens-palha dos ianques. Houve uma mobilização geral contra a criação desse projeto Hiléia Amazônica e a palavra final foi dada pelas forças armadas: - Não!

Mesma história em 1989

- Não à entrega da Amazônia como pagamento de nossa dívida externa - as forças armadas falaram pelos 150 milhões de brasileiros. O Brasil não está à venda. É hora de lembrar a Oração aos Moços, de Rui Barbosa:

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa - assinala Rui. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiamo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se acharem tais, à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas e, oferecida, incauta, ingênua, inerme a todas as ambições, tem de sobrejo com que faltar duas ou três das mais formidáveis. Mas, o que lhe importa é que dê começo a se governar a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua do governo que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode aspirar seriamente, sem seriamente manter, a sua independência do estrangeiro".

pecto: "Um convite para um encontro aos pés do arco-íris, para dividir o pote de ouro. É um parafuso da terra prometida". O caso deu margem a um inquérito parlamentar e o vendedor norte-americano botou a boca no trombone: "Sou parente do general Arthur Douglas MacCarth, ele me protege". O inquérito deu em nada. O então senador Marcello Alencar exibiu um exemplar no Congresso Nacional. Uma atriz norte-americana, sozinha, comprou 600 hectares em Goiás.

A entrega da Amazônia aos estrangeiros, incrível como pareça, tem apologistas brasileiros, sob o comando do senador Roberto Campos.

O geólogo Pike, enviado da Standard Oil, percorreu a Amazônia de ponta a borda, a bordo do "Amazon" e declarou: "Não comprehendo como os estrangeiros dormem tanto sobre uma região

A miséria que devasta

A devastação da Amazônia, os desmatamentos são, também, fruto da miséria na qual mergulhou o homem da região, a partir do momento em que a área se transformou em um grande pasto. O depoimento é do sertanista José Meirelles, que vive no acre, trabalhando ao lado de grupos indígenas, e convivendo com os seringueiros. Meirelles conheceu a Amazônia no início dos anos 70, quando começou o processo de desmatamento. E fala sobre a miséria dos seringueiros que, não tendo mais para onde correr, extrai da seringa até a última gota. E, assim mesmo, essas gotas brancas já não são suficientes para matar a fome dos eringueiros. Eis o seu depoimento:

O desmatamento começou no início dos anos 70. Os fazendeiros do sul foram derrubando a mata, deixavam só as castanheiras em pé. Desmatavam para fazer pasto, mas a castanheira foi morrendo, e a pecuária não absorve mão-de-obra. Instalada a fazenda, ela só precisa de quatro, cinco boiadeiros para cuidar das cabeças de gado, e os eringueiro começaram a reclamar. Estavam acabando com sua vaca leiteira, que é a seringa. E as fazendas vinham se implantando com incentivos fiscais, e derrubando. Os seringueiros começaram a deixar "as colocações" (local de extração do leite), alguns foram para a cidade, começaram a inchar a cidade, e os novos seringalistas, os grandes proprietários, não estavam prestando muita atenção no "aviamento" (venda de produtos para os seringueiros que ficam nas matas). O resultado é que os seringueiros começaram a passar fome. Os seringais foram ficando ao deus-dará. E os seringueiros foram maltratando cada vez mais seu ganha-pão".

"O problema do seringueiro", conti-

nua Meirelles, "não é o preço da borracha, mas o aviamento, que escasseou porque o fazendeiro, o novo seringalista, não dá a menor atenção para isso. O resultado é que a borracha ficou cada dia mais escassa, eles cortam cada dia mais em cima, sangram a borracha, e precisam de cinco, seis quilos de borracha para comprar um litro de leite. A seringueira está acabando, a natureza da região está acabando, e o resultado é o pior possível. O seringueiro, com fome, mata o jabuti, mata o veado, e vende a carne para pagar suas contas. Quem paga, com essa confusão toda, é a ecologia. Seringueiro serra madeira, leva para a beira do rio. Eles estão em piores condições do que os índios, porque não têm tecnologia de sobrevivência".

O sertanista, que diz ainda ser "a miséria um dos fatores de agressão ao meio ambiente", aponta algumas soluções para o problema na região do Acre. Na sua opinião, o governo deveria manter "um preço equiparado de borracha, manter as cooperativas de seringueiros. Se for mantido um bom preço para borracha, com assistência também à saúde, eles vão parar de caçar indiscriminadamente, parar de cortar madeira. Basta dar a eles garantia de que podem permanecer nas suas colocações, resolvendo o problema fundiário. E, assim, acabam com a agressão ao meio ambiente, porque, do jeito que vai, a miséria em que eles vivem colabora mais ainda para devastação. E precisa ver as madeireiras. Elas estão botando para quebrar. Com o asfaltamento da BR-364, vai aumentar mais ainda a devastação, porque os madeireiros tiram tudo para exportação, e é só o filé: mogno e cedro".

Antes desse processo, afirma Meirelles, o seringueiro tirava da terra "apenas o necessário para sua sobrevivência básica, mas, agora, ele tira tudo que pode, porque a seringa está acabando, por causa dos desmatamentos feitos pelos grandes fazendeiros que chegaram lá no começo dos anos 70".

M.M.



Valverde: floresta não rima com dívida

O alerta do geógrafo

Um grande comício de cinco dias", é como define o presidente da Comissão de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia -CNDAA-geógrafo Orlando Valverde, o encontro dos povos do Xingu, realizado em Altamira, no final de fevereiro. Para ele, o evento possibilitou que os índios brasileiros mostrassem ao país e ao mundo seus anseios e sua cultura, "demonstrando que não são menores, incapazes e que não precisam de tutores".

"Daqui pra frente" acrescenta Valverde, "ao contrário do tempo da ditadura, as soluções não serão impostas". As seis barragens que a Eletronorte pretendia construir, segundo o presidente da CNDAA, acabariam com a fauna do rio Xingu, "condenando à inanição populações indígenas e ribeirinhos".

"Em Altamira", acrescenta, "não há mercado para tanta energia, esse investimento visa a suprir as carencias das regiões Sul e Nordeste. É mais um produto de exportação, como o alumínio, a madeira, o minério de ferro, o ferro-gusa, o carvão vegetal e o ouro".

Valverde considera que seria mais coerente se estender uma linha de transmissão desde Tucuruí, no rio Tocantins, para abastecer de energia as regiões carentes, "porque em Tucuruí existem excedentes ociosos". De acordo com o geógrafo, "o governo está encalacrado com as dívidas às empreiteiras, que atingem cerca 1,5 bilhão de dólares, e, por isso, o afã de realizar grandes obras".

Em relação à vinculação da preservação da Amazônia com o pagamento da dívida externa, o professor é taxativo: "Não devemos pagar a dívida, não a reconhecemos e, portanto, não aceitamos associá-la com a conservação da floresta".

Para o geógrafo, o ponto importante é dissociar a dívida "ainda obscura" da devastação da floresta, um assunto que a cada dia se esclarece mais. Ele faz questão de sublinhar que, no tempo do presidente João Goulart, (1961-64), o Brasil devia só 3 bilhões de dólares, mas, ao final do período militar, a dívida já alcançava os 100 bilhões de dólares. Valverde espera que o artigo 26 das disposições transitórias da Constituição se torne realidade, criando-se uma comissão parlamentar que realize a auditoria da dívida externa.

Índios-fazendeiros

A CNDAA existe desde 1967, e seu presidente é um incansável batalhador pelas causas amazônicas. Para ele, por exemplo, a FUNAI "tem tido um procedimento etnocida, principalmente quando esteve sob a orientação do atual governador de Roraima, Romero Jucá Filho". Em julho de 88, Jucá deliberou que a FUNAI adquirisse dos índios iauanauá -os únicos com reserva demarcada no Acre (93 mil hectares)- grande quantidade de madeira, ofere-

cendo em troca moto-serras e um financiamento pela madeira cortada.

Esse projeto da FUNAI, escrito por seus burocratas sem conhecimento da realidade local, aculturando os índios e devastando a floresta, faz parte da política adotada já há alguns anos por essa instituição do governo. Ao que tudo indica, segundo o geógrafo, eles querem "preparar os índios" para uma nova realidade, que pensam poderá advir com a construção de grandes rodovias, como o prolongamento da BR-364, Porto Velho-Rio Branco, até o extremo

oeste do Estado, nas localidades de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

O projeto madeireiro-pequeno dos índios iauanauá prevê investimentos na ordem de CZ\$ 42,5 milhões, sendo que a FUNAI não vai desembolsar o dinheiro, pois entra com apenas 2,5 milhões de cruzados. Os 40 milhões restantes serão obtidos com a comercialização das madeiras de lei pertencentes aos índios daquela região, os iauanauás e os catuquinas, estes últimos excluídos do projeto.

Segundo Valverde, foi bastante cômodo para a FUNAI propor um projeto, em que 94% dos investimentos são da própria comunidade indígena. "Por isso", acrescenta, "o dinheiro foi dado a fundo perdido, os índios derrubaram a mata, plantaram pasto e compraram gado, sendo hoje conhecidos como 'índios-fazendeiros'. E para convencê-los a realizar a derrubada das árvores, a diretoria da FUNAI conta Valverde, realizou uma grande festa regada a cachaça para toda a comunidade indígena.

Uma coisa é certa: depois de 15 anos da formação das primeiras grandes fazendas de gado no Acre, técnicos, agrônomo e engenheiros comprovaram que o pasto formado no solo da floresta só apresenta boa qualidade nos três primeiros anos. A solução é sempre a de derrubar mais um pedaço da floresta. •

Nereida Daudt

Uma esquerda na encruzilhada

Imersa em complicadas manobras para a definição de candidatos à eleição presidencial de novembro e mobilizada contra o Plano Verão, a esquerda brasileira viu, com sincera perplexidade, a questão ambiental assumir uma incômoda urgência nos noticiários.

Do ponto de vista progressista, a polêmica em torno da soberania amazônica apresenta duas inversões: de um lado, a posição nacionalista intratigente - bandeira que a esquerda sempre levantou contra o "entreguismo" dos governos militares pós-64 - desta vez está também com os próprios militares. Do outro, a crítica ao estilo predatório do desenvolvimento amazônico - outro dos carros-chefes durante o autoritarismo - aparece na boca dos próprios representantes do capital internacional, que foram financiadores e beneficiários maiores da devastação que ora denunciam.

Nessas condições, a tendência inicial da esquerda foi denunciar o "portunismo" dessas posições, ou a elas reagir com ironia, propondo-se não a defender, mas a recuperar uma "Amazônia loteada".

De fato, é verdade histórica que, durante todo o período da ditadura militar, as oposições brasileiras realizaram um tenaz e documentado trabalho de denúncia do modelo imposto à região amazônica, a partir da formidável mistificação da época do "Brasil Grande".

O projeto Jari, que envolveu a entrega de 15.000 quilômetros quadrados de território nacional ao empresário Daniel Ludwig, a montagem da infra-estrutura do projeto Carajás para a exploração de uma excepcional reserva de 17 bilhões de toneladas de ferro de alto teor, cedidas em condições aviltantes, ou o subsídio da energia de Tucuruí para fundidoras de alumínio (Alcoa, Albrás, empresas japonesas, etc.), com prejuízos anuais para o país de mais de 200 milhões de dólares, configuraram, aos olhos da esquerda, "negócios da China", sonhados por qualquer imperialista (ao todo, estão concedidos 491 mil km² a 18 mineradoras multinacionais).

Nessas condições, o "ascenso da ecologia" nos noticiários provocou na esquerda, pelo menos de início, uma reiteração de posições anteriores, a par de um decisivo apoio à uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar as "ameaças de internacionalização da Amazônia". Mesmo assim, inúmeros deputados das bancadas progressistas se deslocaram para Altamira, preocupados em manifestar a sua "solidariedade" aos índios. Há, nessa ambivalência, uma espécie de pressentimento de que a questão ecológica veio para ficar. Fato sintomático disso é a preocupação unânime dos presidenciáveis em montarem (às pressas), uma plataforma ecológica.

(F.M.)

O primeiro apito

Mais de 600 mil toneladas de alimentos, minerais e produtos industrializados serão transportados até dezembro pelo primeiro trecho da ferrovia que gerou tanta polêmica e que agora muda a vida de milhões de brasileiros

*- Antonio Carlos
da Cunha*

Nenhum governo vai parar esta obra, que integrará a nação brasileira e será a espinha dorsal do transporte, em nosso país. Estaremos vigilantes para que presidente algum paralise a construção da ferrovia".

As palavras são do presidente José Sarney, numa das diversas entrevistas que deu à imprensa nacional e estrangeira, ao longo da viagem de inauguração do primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul. A obra, projetada para ter 1.600 quilômetros de extensão, entre Açaílândia, no interior do Maranhão, e Goiânia, capital de Goiás, deverá integrar à economia nacional mais de 70 milhões de hectares de terras férteis para a produção agropecuária, mineral e energética.

Com 107 quilômetros de extensão, o trecho inaugurado custou 150 milhões de dólares e está ligado a 400 quilômetros da Ferrovia Carajás, entre Açaílândia e o porto de Itaqui, em São Luís. Pelo local, já estão sendo transportados, mensalmente, mais de 60 mil toneladas de soja, arroz, milho, madeira, tijolos, telhas, cerâmicas diversas, alumínio, oxigênio, água mineral, cimento, sal, açúcar, carne congelada, bebidas, combustíveis, fertilizantes, etc. São produtos provenientes de São Luís, Santa Inês,



Sarney inaugurou o primeiro trecho da ferrovia, frizando o efeito transformador da obra sobre o Brasil Central

Imperatriz, Balsas e outros municípios maranhenses, de Teresina (Piauí), Marabá (Pará) e Araguaína (Tocantins). Agora em junho, começa o tráfego de passageiros, duas vezes por semana. Até o final do ano, 630 mil toneladas de cargas transitarão entre Imperatriz e as diversas cidades nordestinas agora interligadas, sobretudo São Luís. Até fevereiro passado, as previsões de movimentação de cargas no trecho, durante 1989, indicavam que dificilmente ultrapassariam a 200 mil toneladas.

Ninguém vai querer prejudicar o povo

Segundo o presidente Sarney, a Ferrovia Norte-Sul, por 2,4 bilhões de dólares, é barata, não apenas pelo seu significado sócio-econômico para o país, mas em termos de custo de cons-

trução, propriamente dito: todo o seu leito será em terreno plano e só exigirá uma obra de arte, que será a ponte de mil e cem metros de extensão, sobre o rio Tocantins.

"A obra", afirmou o presidente, "fala por si. A polêmica que a envolveu atraiu em um ano a sua implantação. O combate à sua construção repetiu o que aconteceu, por exemplo, com Getúlio Vargas, em relação à Usina Siderúrgica Nacional. Diziam que o Brasil estava gastando dinheiro para nada, porque o país não precisava de aço. O mesmo aconteceu com Juscelino Kubitschek, na construção da rodovia Belém-Brasília, que foi chamada de 'estrada das onças' e em relação à própria implantação de Brasília, no interior do país. Juscelino foi muito criticado por isso tudo. Mas estão aí os resultados dessas duas

grandes obras. No governo anterior, enfrentamos oposição dura e persistente contra o projeto Carajás, que hoje é uma realidade de indiscutível importância social para o Norte do país e para toda a nação brasileira. Os fatos mostram, portanto, que os que combateram essas obras não tiveram visão do futuro".

Para Sarney, a oposição à Norte-Sul só pode ter ocorrido por absoluta ignorância quanto à potencialidade de desenvolvimento que o investimento oferecerá ao Brasil, com a integração das riquezas do Centro-Oeste e Norte à economia do Sudeste e Sul do país. "Ninguém", alertou ele, "vai parar essa construção, porque se o fizer estará contra a população, irá contra o interesse legítimo da comunidade. E ninguém vai querer prejudicar o povo. Deixarei a presidência da República, mas estarei presente na política. Com a experiência de ex-presidente, terei obrigação de participar de todos os debates sobre as grandes questões nacionais. Vou fazer isso e estarei à frente de todos os movimentos em defesa da Norte-Sul".

Nova base industrial no país

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, disse que as resistências à ferrovia são menores, atualmente. "O problema", prosseguiu, "é a falta de dinheiro para tocar a obra. Mas estamos buscando financiamento privado, seja através de grandes cooperativas agropecuárias, que poderão se associar a nós para explorar trechos da estrada, seja com incentivos fiscais para empresas que queiram investir na própria obra, ou em equipamentos ferroviários que tanto precisamos. A receptividade em relação à nossa oferta tem sido boa, apesar de estarem os dirigentes de cooperativas e os investidores num clima de incerteza, em relação ao futuro da Norte-Sul, por causa das eleições presidenciais deste ano. Mas, estamos negociando. Ao mesmo tempo, continuamos com as propostas de captação de recursos externos, sobretudo junto ao Banco Mundial".

A polêmica em torno da Norte-Sul, na opinião do ministro, teve saldo positivo, porque, além de despertar a socie-



José Reinaldo: espalhar o desenvolvimento

dade para a importância do transporte ferroviário, no território nacional, mostrou a todos necessidade da ocupação populacional, no sentido do Centro-Oeste e Norte do país.

"Pela primeira vez", assinalou José Reinaldo, "vamos tentar realmente desconcentrar o desenvolvimento nacional, aproveitando uma área de grande potencialidade, como é a do Brasil Central, e queimando etapas, para que este objetivo seja alcançado logo. Estamos vendo aí a politização das camadas populacionais excedentes nas grandes cidades e capitais. Assistimos diariamente à violência, por exemplo, que está acontecendo no Rio. Isso é somente mais um brado de alerta de que o crescimento brasileiro, concentrado numa única região, tem sido extremamente nocivo ao país. O Rio ficará ingovernável daqui a pouco. O mesmo acontecerá com São Paulo, se não tivermos outra região para desconcentrar a população, a economia e a riqueza. Aqui está a nova base de desenvolvimento do país".

Alimento, papel, mineral e energia

Com a Norte-Sul, o porto de Itaqui, em São Luís, de localização e com características privilegiadas em relação à Europa e América do Norte, estará ligado à malha ferroviária que integrará à economia do país um potencial de riqueza, segundo o ministro, representa-

do por reservas de 46 milhões de toneladas de amianto, 500 milhões de toneladas de calcário, 20 milhões de toneladas de estanho, 166 milhões de toneladas de níquel. Há ainda bauxita, caulim, cobalto, cobre, fosfato, manganês, mármore e metais preciosos.

"Quanto à agropecuária", lembrou o ministro, "se aproveitarmos 15% da área sob a influência da ferrovia, produziremos, a médio prazo, 30 milhões de toneladas de diversas culturas, principalmente grãos. A partir de investimentos planejados, poderemos aumentar isso para 100 milhões de toneladas anuais. A experiência mundial mostra que, se as áreas de reflorestamento forem contínuas, os benefícios serão maiores. Poderemos, ao longo da ferrovia, reflorestar cinco milhões de hectares, o que será excelente para a ecologia e melhor ainda para a nossa economia. Produziremos celulose de fibra curta, através de eucaliptos que se reproduzem a cada cinco anos. As árvores tradicionais de celulose de fibra longa têm ciclos de até 40 anos. Com a tecnologia brasileira de fibra curta, o papel sai tão bom quanto o de fibra longa. De forma que estaremos nos capacitando a dominar logo o mercado internacional de celulose".

Esse reflorestamento pode também determinar a localização, no Centro-Oeste, de um grande polo de ferro-gusa e de ferro-ligas. O aproveitamento do carvão vegetal permite um ferro-gusa de altíssima qualidade, sem enxofre, que pode ser exportado, além de ser um insumo extremamente valioso para as indústrias nacionais. Acrescentou ainda o ministro que a área reflorestada gerará cavacos de madeira, o chamado chips, que têm procura cada vez maior, no mundo inteiro, para substituir a energia atômica e o carvão mineral. "De modo que", afirmou José Reinaldo, "essa massa florestal é algo que o Brasil deve realmente buscar introduzir na região e, aproveitando, por exemplo, a transformação da dívida externa em capital de risco, poderemos criar um grande número de indústrias no local, estimulando sempre a economia de escala".

"Teremos assim", continuou ele, "a união de minérios, recursos florestais,

produtos agropecuários, energia, inclusive hidrelétrica, que poderemos explorar nos rios Araguaia e Tocantins. São os elementos básicos para se criar um Brasil diferente, rico. Sem dúvida nenhuma, esse é um projeto organizado, que pode ser todo levado à prática de forma integrada, com diversos perfis industriais de interesse para o crescimento do país e regional".

Mais três anos e meio de obras

O engenheiro Paulo Augusto Vivacqua, presidente da Valec Engenharia, Construção e Ferrovia S.A., empresa responsável pela Norte-Sul, acredita que com o novo governo, em 1990, a ferrovia poderá sofrer uma pequena descontinuidade nas suas obras, enquanto a nova administração toma pé da situação econômica e administrativa do país. "Mas jamais", disse ele, "o projeto será indefinidamente paralisado".

Vivacqua e outros executivos da Valec, desde o final do ano passado, vêm tendo contatos sistemáticos com os dirigentes e as bancadas de partidos políticos, no Congresso Nacional, e com os assessores principais dos presidenciáveis, para explicar a importância da Norte-Sul, num trabalho que ele chamou de "descontaminação do projeto que passou a ser visto como coisa inútil e desonesta".

O trabalho de esclarecimento de opiniões sobre a obra tem sido também no exterior, junto aos agentes financeiros, como o Banco Mundial, a investidores e a governos. "A ferrovia", sustentou Vivacqua, "tem tudo para estar inteiramente pronta até o final de 1993".

Ele garantiu ainda que, no governo Sarney, serão implantados mais 120 quilômetros de estrada, a partir de Imperatriz até a cidade de Estreito, na divisa do Maranhão com o Estado de Tocantins, exatamente junto à única ponte da ferrovia, que deverá estar praticamente concluída até o início do próximo ano. O exército, que assinou convênio com a Valec para construir parte da ferrovia, deverá concluir, este ano, 40 quilômetros de obras, em duas frentes, ambas no estado de Goiás.

A ferrovia já é uma grande realidade para as populações dos 35 municípios da região, desde São Luís até Bragança, em Goiás, última cidade antes do ponto final da estrada, em Goiânia. O primeiro carregamento do trem saiu de Imperatriz em 4 de março, portanto, um mês antes da inauguração oficial do trecho pelo presidente Sarney. Os carregamentos ficaram esparsos até início de abril. Já em maio, as cargas partem de cinco em cinco dias. Em junho, com o transporte de passageiros, a frequência passa a bi-semanal. A Valec está orientada para captar o máximo possível de produtos para o trem da Norte-Sul transportar. Os comerciantes, agropecuaristas e industriais da região, que agora só gastam a metade do que dispunham anteriormente com o frete das suas mercadorias, estão se utilizando da estrada isoladamente ou de forma intermodal, que é o rodoferroviário, para cargas destinadas à própria região, a outras partes do país e ao mundo.



Vivacqua: é viável tê-la pronta em 1993



O barateamento do frete é fácil explicar. Numa locomotiva, com 68 vagões e capacidade de 90 toneladas por vagão, a carga transportada equivale ao carregamento de 136 caminhões-jamantas. Como o trem só precisa de um maquinista e um auxiliar, são eliminados os custos de 136 motoristas ao longo do percurso. Isso fora o combustível, uma vez que, com um litro de diesel, o trem pode fazer até 8,5 quilômetros, enquanto o caminhão faz somente 2,5 quilômetros.

"Tudo isso", comentou o comerciante Wagner Sérgio da Cunha Camargo, de Imperatriz, "está mudando as nossas vidas, aqui, nos municípios vizinhos e nas cidades por onde a estrada estará chegando daqui a dois ou três anos. Todo mundo já se movimenta por conta. Agora, temos uma saída para o mar e custos reduzidos de transporte. O que se vê atualmente são pessoas comprando terras e se iniciando na agricultura. Os preços do alqueire estão cada dia mais altos. Chega gente de todos os cantos para instalar uma atividade qualquer, ligada principalmente à agricultura. Isso, aliás, é a prova de que a iniciativa privada brasileira está acordando para a nossa região e corre em direção a essa nova fronteira agrícola, que se abre aqui. O comércio cresceu, a oferta de trabalho subiu junto e, desde que as obras da ferrovia foram iniciadas, há quase um ano, temos notado que os índices de criminalidade, pelo menos em Imperatriz, estão diminuindo".

Apesar das afirmações do presidente Sarney, do ministro José Reinaldo e do dirigente da Valec, Paulo Vivacqua, de que a ferrovia, por motivos políticos, dificilmente

"Tudo isto está mudando nossas vidas, aqui, nos municípios vizinhos e nas cidades por onde a estrada estará chegando daqui a dois ou três anos. Todo mundo já se movimenta por conta"

terá a construção interrompida, os empresários da região estão apreensivos. Antônio Celso Izar, presidente do projeto Caiman, e Jurandir Teixeira, presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, explicam que as incertezas se justificam por causa de episódios como o da Ferrovia do Aço, ou da Madeira-Mamoré, cujas obras foram paralisadas. Mas os empresários, fazendeiros e políticos locais já estão se movimentando e prometem mobilizar várias frentes suprapartidárias, para que o projeto não seja interrompido.

Recordes nos prazos e custos da obra

A Valec construiu o trecho de 107 quilômetros em pouco mais de sete me-

ses, a preços mais baixos do que os previstos. Em todas as etapas, as velocidades foram superiores às estabelecidas, batendo sucessivos recordes. Satisfeita com os resultados, Vivacqua anunciou que a equipe da Valec tem condições de melhorar esse rendimento de agora em diante.

"O primeiro trecho", assinalou ele, "foi mais difícil porque Açaílândia é o local mais alto e acidentado de todo o projeto, exigindo muitos aterros e cortes. De Imperatriz para baixo, o volume de escavações cairá 40%. Quando a obra chegar à bacia do rio Tocantins, teremos quase que um leito natural para jogar dormentes e trilhos. Serão necessários poucos e leves cortes".

O presidente da Valec, apontando para um enorme mapa com a Região Central do país toda demarcada junto à linha projetada para o leito da ferrovia, chamou a atenção para os aspectos sociais da obra, ressaltando que ali está o maior estoque de terra para a reforma agrária do território brasileiro.

"Podemos de imediato", prometeu ele, "criar um milhão de empregos. Teremos assim a

desconcentração geográfica, econômica e populacional das áreas que têm sérios problemas de aglomeração, como as regiões metropolitanas. Daqui a dez anos, São Paulo terá o segundo maior contingente populacional do planeta, com 25 milhões de habitantes. O Rio estará com mais de 14 milhões de pessoas. A previsão para Brasília é de 4 milhões, apesar da cidade ter sido projetada para ter 350 mil moradores, no ano 2000. São áreas que realmente poderão ficar ingovernáveis".

Grão por rublos e tecnologia

A idéia de uma ferrovia que cortasse o país de Norte a Sul, passando por Goiás, nasceu no século passado. Os engenheiros Antônio Rebouças, Oliveira Bulhões e Paulo de Frontin, por exemplo, defenderam esse investimento, demonstrando que realmente tinham uma visão muito realista do futuro do país. Getúlio Vargas, no Plano Central de Viação Nacional, reafirmou o traçado. Agora, o trem já está na linha. A partir do ano 2.000, pouco mais de seis anos após a operação plena da ferrovia, se o projeto não sofrer qualquer paralisação mais prolongada, o país terá um lucro anual de 1,5 bilhão de dólares com o investimento. "Ou seja, praticamente a cada 20 meses, a ferrovia devolverá à nação o dinheiro gasto para construí-la", afirmou Paulo Vivacqua.

Talvez por isso é que os soviéticos

estão com tanto interesse em participar do projeto. No começo de abril, veio ao Brasil mais uma missão de engenheiros e técnicos em ferrovias, que assinou com a Valec um acordo de cooperação. Logo depois, a missão viajou para Goiás e Maranhão, analisando o projeto de engenharia e toda a implicação econômico-social do investimento, na região.

O presidente da Valec explicou que os soviéticos, além de recursos para financiamento, têm avançadíssima tecnologia ferroviária (a URSS possui a maior rede férrea do mundo, operada com o máximo de eficiência). É disso que precisamos. Dinheiro e tecnologia. Podemos compensá-los com grãos, de que eles tanto precisam. A Valec comprará esses grãos do agricultor brasileiro e os repassará para os soviéticos", explica Paulo Vivacqua.

Um alerta sanitário

Condições de armazenagem, ambientais e manuseio dos alimentos, sobretudo cereais, podem gerar fungo cancerígeno que, há 30 anos, contamina o amendoim brasileiro

*Antonio Carlos
da Cunha*

O amendoim do Brasil está contaminado por um fungo produtor de toxinas, que se acumulam no organismo humano, e causam a cirrose hepática cancerígena. A denúncia é do Departamento de Análise de Alimentos do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, órgão da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz.

A confirmação do problema foi obtida após análises, feitas em 156 amostras de amendoins e seus derivados, tais como o amendoim moído, em pasta cremosa, doces, paçoca, confeitados diversos e torrados sem a película que envolve o produto. A contaminação mais séria se verifica no amendoim cru: 48 (82%) das 58 amostras apresentaram a ocorrência do fungo, que produz micotoxinas, denominadas aflatoxinas B1, B2, G1 e G2, consideradas não só as mais cancerígenas, mas também teratogênicas e mutagênicas (causadoras de deformidades físicas).

Segundo a Fiocruz, as micotoxinas são produzidas quando encontram certas condições ambientais adequadas, como temperatura e umidade, além da própria composição dos produtos que lhes servem de substrato. São suscetíveis de contaminação os produtos armazenados ou lesionados fisicamente por insetos ou durante algum processamento. O fungo pode ocorrer em quase todos os tipos de produtos alimentícios: arroz, milho, feijão, cevada, soja, castanha-do-pará, mandioca, café, sorgo, semente de algodão, frutas, presunto, queijo, leite e vinho.

"A avaliação dos resultados obtidos com o amendoim", alerta a Fiocruz, "mostra que a situação geral é muito



A aflatoxina é o perigo do amendoim, um produto com alto índice de contaminação

preocupante. A solução do problema das micotoxinas deve ser uma das principais prioridades da rede nacional de alimentos e das vigilâncias sanitárias estaduais e federal a fim de que se tenha um levantamento concreto da situação, no país."

Torta brasileira matou há 29 anos

É antigo o problema da aflatoxina no amendoim nacional. Só a irresponsabilidade do poder público, no Brasil, em relação à saúde da população, explica o fato de não se terem tomado providências anteriormente. A sugestão da Fiocruz é que se providencie imediatamente um programa educativo e de conscientização do produtor, ao mesmo tempo em que as empresas, responsáveis pelo processamento do amendoim, sejam induzidas a desenvolver um serviço efetivo de controle de qualidade, em relação ao produto.

Segundo o Instituto de Tecnologia de Alimentos-Ital, de Campinas, que publicou, há 19 anos, um trabalho do prof. Aloísio José Antunes a respeito do problema, 100 mil perus morreram, em 1960, nas regiões Sul e Leste da Inglaterra, em consequência de uma enfermidade aparentemente nova e que foi denominada "doença X dos perus". Verificou-se, em seguida, que tal doença atacava também patos e pintos. Ao mesmo tempo, descobriu-se uma incidência de hepatomas em trutas. A "doen-

ça X dos perus" era caracterizada por perda de apetite, letargia e enfraquecimento das asas, que ficavam pendidas. Os exames, nos animais mortos, mostraram lesões, tipo carcinoma, no fígado.

Inicialmente, as investigações foram orientadas no sen-

tido de se identificar alguma substância tóxica, que estivesse presente, por exemplo, nas rações das aves. Depois de muito trabalho, descobriu-se, numa amostra de torta de amendoim importada do Brasil, uma substância tóxica, produzida por um fungo, que foi identificado como *Aspergillus flavus*. Estava descoberta a causa da "doença X dos perus", tendo-se dado à toxina o nome de aflatoxina. Mais tarde, alguns outros fungos foram identificados como produtores de aflatoxinas. Porém, entre todos, o mais importante é o *A. flavus*, que é constituinte da microflora do ar e solo e se acha bastante disseminado, em várias partes do mundo. Ele encontra condições satisfatórias para desenvolver-se em solos tropicais, à temperatura média de 30°C e umidade relativa acima de 80%.

No caso específico do amendoim, a Fiocruz recomenda, como medida preventiva, a secagem completa do produto, no campo, até níveis seguros de umidade, mesmo em perfodos chuvosos (a umidade deve ser igual ou inferior a 10%); nunca ensacar, empilhar ou armazenar o amendoim antes de sua secagem completa; armazenar o produto em casca, até o momento da sua utilização; não permitir que o amendoim seja molhado ou reumedecido, após sua secagem, durante o seu armazenamento e transporte; e armazenamento em locais ventilados, dentro de condições adequadas de temperatura e umidade.

Piora à alimentação no mercado interno

Os baixos salários levam os brasileiros ao subconsumo de alimentos básicos, como arroz, feijão, milho, mandioca, batata, soja e trigo, apesar das supersafras nacionais acima de 70 milhões de toneladas anuais

Antonio Carlos da Cunha

Embora as colheitas brasileiras tenham crescido razoavelmente, sobretudo no que diz respeito aos grãos, em particular a soja para exportação, não está ocorrendo a sucessão de safras recordes de produtos para o consumo interno.

As palavras são da economista do Centro de Estudos Agropecuários-CEA, da Fundação Getúlio Vargas, professora Maria José Cyhlar Monteiro. Segundo ela, a imagem distorcida sobre a evolução das safras brasileiras causa problemas sérios aos mercados produtor e de consumo, por causa das especulações que são propiciadas, particularmente junto aos intermediários. Para ela, com informações mais corretas, seria possível até atingir-se um duplo objetivo, ou seja, fazer a propaganda e orientar tanto o agricultor sobre o que deve ser plantado, em determinado período, quanto o consumidor, a respeito do produto em oferta ou falta, no mercado.

Mas não é esse o único problema preocupante em relação à agropecuária do país. Lembra a técnica da FGV, que a nação enfrenta duas dificuldades fundamentais em relação ao abastecimento interno: 1 - o baixo consumo de alimentos básicos do brasileiro, por falta de poder aquisitivo e pela pouca disponibilidade interna dos gêneros de primeira necessidade; 2 - o êxodo rural permanente, apesar de ter tido o seu ritmo reduzido, muito mais devido à miséria que cresce assustadoramente nos maiores centros urbanos, do que por uma política de controle de migrações internas, que deveria ter sido implantada pelo governo.

"A urbanização", diz ela, "que os Estados Unidos levaram quase 100 anos para realizar, aconteceu, no Brasil, em

menos de 30 anos, levando a nossa economia a um quadro difícil de desenvolvimento. Como consequência disso, temos a realidade atual, que mostra a deterioração de diversos atendimentos sociais básicos e não apenas a subnutrição e fome, que vive grande parte do povo brasileiro".

O desempenho agropecuário

Maria José explica que a agropecuária brasileira tem apresentado resultado positivo, desde 1985, primeiro por causa da boa fase climática. "O início da década", lembra ela, "foi marcado por enchentes, no Sul do país, e longas secas, no Nordeste. Nos últimos cinco anos, a situação melhorou. Temos registrado uma ou outra quebra de safras, mas são fenômenos localizados, que estão longe de comprometer a produção como um todo".

Assinala a professora que uma outra razão muito importante para esse desempenho da agropecuária nacional é que nesse período começaram a entrar no mercado produtor numerosos resultados das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa. "Esse órgão", afirma ela, "foi criado em 1974, quando já havia, no país, pesquisas, porém muito dispersas. A Embrapa juntou tudo, consolidou as experiências teóricas e, no campo, desenvolveu variedades e métodos de controle de praga. Ao mesmo tempo, ia repassando tudo ao produtor. Tem sido um excelente trabalho, que, aliás, está ameaçado agora por causa dos cortes nos orçamentos do governo. É preciso que evitemos isso, porque a pesquisa agropecuária é um investimento de grande e rápido retorno".

O crédito rural, que deveria ter sido usado como alavanca para desenvolver o meio rural brasileiro, segundo a economista da FGV, sofreu uma redução

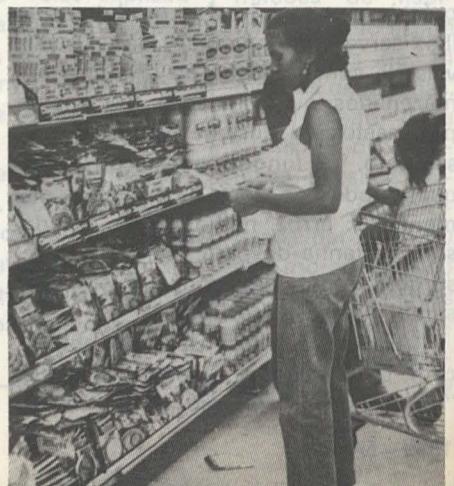
muito grande, desde 1980. "Isso", esclarece ela, "forçou os agricultores a racionalizar o uso de financiamentos e lançar mão dos recursos próprios, o que é positivo. Mas, de outro lado, deixou de incorporar à agropecuária novos produtores, que precisam de empréstimos para começar a produzir, empregar gente, comprar máquinas e implementos, como sementes, adubos etc.".

A política de preços, na opinião de Maria José, embora tenha sido complicada, nos últimos cinco anos, foi bastante utilizada para elevar as safras. "O governo", assinala a professora, "tem anunciado e mantido um preço mínimo para cada produto, levando o agricultor a plantar. No caso da soja, conta-se com a recuperação dos preços internacionais, sobretudo agora em 1989, daí o grande salto na sua produção".

Baixo salário, pouca alimentação

O salário mínimo, no Brasil, tem permanecido, ao longo dos anos 80, na faixa dos 50-60 dólares (oficiais). O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos-Dieese vem procurando mostrar para os sindicatos dos trabalhadores, empregadores e governo que o mínimo deveria chegar a 200 dólares, pelo menos. Nos países desenvolvidos, em média, o menor salário chega a 500 dólares. "É difícil", critica Maria José, "adequar os custos agrícolas a uma estrutura salarial tão miserável".

Alimentar-se é caro para o brasileiro



vel, como a que temos, em nosso país. Basta dizer que a participação da massa salarial na produção do país quase nem chega a 35%, o que é excessivamente baixo. Deveria ser pelo menos de 50%, para melhorar um pouco as condições de vida da população, em particular no que diz respeito à alimentação. Nos países desenvolvidos, a massa salarial chega a representar quase 70% das respectivas produções nacionais".

Ela acrescenta que os aumentos da produtividade agrícola estão muito ligados aos insumos modernos, como os adubos, os agrotóxicos e a mecanização, o que implica aumento dos custos, porque grande parte destes produtos tem componentes importados. "A boa alimentação", prossegue a professora, "que se tem nos países desenvolvidos é devido também aos altos subsídios que eles dão à agropecuária, sobretudo àquela de consumo interno, e não apenas ao fato de terem uma forte estrutura salarial. Enquanto nos países mais ricos os agricultores têm todo interesse em aumentar a produção para consumo interno, o processo é ao contrário, entre nós, porque as condições do nosso mercado são péssimas e o produtor não é bobo. Não dá para fazer milagre. Pode-se conseguir uma pequena melhora aqui, outra ali, através da pesquisa ou da assistência técnica, mas isto é muito pouco, frente à potencialidade e à necessidade do país. Ele procura logo criar condições para produzir algo exportável, agravando o problema do abastecimento interno".

A soja e a laranja, segundo Maria José, são exemplo de produtos que exercem grande atração sobre os produtores. Ambas têm mercado internacional muito dinâmico, quase sempre bastante favorável e o governo, porque o país precisa muito de divisas, reforça todas as vantagens, fazendo uma política cambial que favorece as exportações. "Já os produtos do mercado interno", diz ela, "sofrem efeito contrário: por causa dos baixos salários, eles são tabelados, o que retira do agricultor a motivação para plantá-los. Ele opta então pelos produtos que são remunerados pelas taxas cambiais e ainda se utiliza dos incentivos ao comércio exterior".



Mão-de-obra barata

O desaquecimento da atividade produtiva, no Brasil, amplia a economia informal e a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada nem direitos sociais da CLT e da Constituição

Entre os 60 milhões de pessoas que constituem a chamada População Economicamente Ativa, do Brasil, cerca de 35 milhões trabalham sem carteira assinada ou como autônomos. A informação é do professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, João Luiz Saboya. Segundo ele, é crescente, no país, o número desses trabalhadores, que atuam ou no setor informal da economia - que compreende empresas não constituidas legalmente - ou em empresas formais, que tentam sobreviver à crise através de práticas informais.

Os dados do professor Saboya são confirmados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cuja última pesquisa, sobre o mercado de trabalho, verificou que, em 1988, nas seis principais regiões metropolitanas do país (Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre), estavam ocupados 16,2 milhões de pessoas, das quais quase seis milhões receberam as classificações de "por conta própria" e "sem carteira assinada". Também o crescimento da mão-de-obra ocupada informalmente, no país, aparece na pesquisa do IBGE: de 1987 para 1988, a quantidade de trabalhadores com carteira assinada cresceu apenas 600 mil, enquanto o Ministério do Trabalho informa que o mercado produtor brasileiro absorve anualmente dois milhões de trabalhadores. Quer dizer, mais de dois terços dos trabalhadores que entraram no mercado foram produzir informalmente.

"Este ano", explica Saboya, "com o

Plano Verão, a tendência é a mesma. Embora o congelamento dos salários venha mantendo baixa a folha salarial, as empresas formais enfrentam, na outra ponta, baixa receita operacional. O plano de combate à inflação tem, como pano de fundo, o desaquecimento da economia, através da redução da demanda. Isso, que quer dizer recessão, torna o ambiente propício para o crescimento da economia informal."

O professor da UFRJ lembra que o processo recessivo da economia brasileira, ao longo desta década de 80, originou uma queda sem precedentes no número de trabalhadores com carteiras assinadas. "Nota-se isso", acrescenta ele, "em 82/83, especialmente. A tendência é geral, nos mais diversos setores da economia, nos vários estados e regiões. Embora tenha havido certa recuperação da atividade produtiva, nos últimos dois anos, não houve reposição correspondente da mão-de-obra com carteira assinada".

O conceito de trabalho informal engloba o autônomo, embora este seja um profissional diferente do assalariado sem carteira. "O autônomo", diz Saboya, "é um indivíduo que se vira, tem certa liberdade de ação, escolhe o trabalho e a hora em que vai trabalhar. Para a empresa, ele possibilita encargo social menor, ou seja, fica mais barato do que aquele trabalhador que tem a carteira assinada."

Segundo o economista, o trabalhador sem carteira pode ser empregado inclusive de empresas formais que usam de práticas informais. "Antigamente, pensávamos que os sem carteiras trabalhavam em empresas de fundo de quintal, clandestinas. Engano puro. Hoje, vê-se que é crescente o número de grandes e importantes empresas que lançam mão desse expediente para se livrar dos encargos, no período de crise, diminuindo, portanto, o peso da folha salarial em seus custos de produção. É uma forma de sobrevivência da empresa, que contraria a legislação, em prejuízo do trabalhador, que deixa de usufruir de todas as suas conquistas, como empregado, constantes não apenas da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, como também da Constituição. •

A.C.C.

A velha história com roupagem ecológica

Neiva Moreira

No começo da década de sessenta, sobrevoei em um tecote, com o engenheiro Heber Maranhão, grande parte da Amazônia maranhense, a partir do vale do Pindaré. Maranhão era um profissional competente e combativo e um militante do desenvolvimento independente do país. Inquietava-se com a devastação da floresta que, à época, já preocupava. O tema já ocupava a atenção de setores da Câmara Federal, mas não se reunira apoio suficiente a uma legislação contra os abusos.

Desde que, com Oswaldo Costa, Edmar Morel e tantos outros colegas levantou-se esse problema no "O Semanário" até hoje, muito se tem escrito. Morel culminou sua luta escrevendo um livro, "A Amazônia Saqueada", que é documentada denúncia do olho grande estrangeiro na região. Nem tudo foi em vão nesse esforço.

Quanto aos depredadores, estes continuaram soltos, com um agravante: a ditadura entregou milhões de hectares a empresas estrangeiras, tipo Projeto Jari, ou a testas-de-ferro de transnacionais. A má aplicação da legislação sobre incentivos fiscais – melhor dirfamos, "incêndios fiscais" – concebida para favorecer a Amazônia, converteu-se num instrumento predatório. Projetos como Jari, Ford, Carajás e Belbina não consideraram a preservação do meio ambiente, enquanto a caça ao ouro envenena os rios e incentiva o contrabando.

Os interesses estrangeiros, que rondam secularmente aquela região, não perderam tempo. Usaram as preocupações dos ecologistas como biombo para a sua atual campanha de internacionalização da Amazônia.

Como a política financeira do nosso governo continua baseada em empréstimos estrangeiros, os grupos interessados em internacionalizar a Amazônia foram ao lugar certo: pressionar os bancos para nos retirarem os créditos. Mesmo instituições como o Banco Mundial, que se desmascara, fazendo ostensivamente o jogo daqueles "lobbies". O que propõem? Grupos econômicos norte-americanos pagariam parte de nossas dívidas e receberiam, em troca, terras amazônicas produtivas e cheias de riquezas. Tudo em nome da defesa do meio ambiente. Eles ficariam com as terras e ainda com o direito de definir o tipo de desenvolvimento econômico da região. O velho sonho do domínio da Amazônia seria realizado não como um ato de pirataria, mas um gesto generoso de defesa da ecologia.

A reação brasileira a esse projeto corsário foi oportuna e firme, acima das nossas divisões internas. Excluindo os entreguistas de sempre, a condenação é virtualmente unânime a esse ato de pirataria camouflada. Foi oportuna a reação do presidente da República à petulância do sr. Bush, sugerindo ao primeiro-ministro japonês, sr. Takeshita, que não financiasse a rodovia Brasil-Peru ou o que dela resta construir,

com o pretexto de defender a ecologia amazônica. Na verdade, o que aspira a Casa Branca é bloquear o estabelecimento de um corredor de exportação do Brasil para o Pacífico, que amplia para os produtos brasileiros as possibilidades de competição na Ásia com os similares norte-americanos.

Sobre essa estrada, recordo uma anedota pitoresca. Conversava em Lima sobre o projeto com o então presidente peruano, general Velasco Alvarado. Ele se mostrava muito contra a estrada, alegando que a mesma iria ensejar uma verdadeira invasão dos "bandeirantes paulistas" com as suas quinquilharias, chegando ao Pacífico pela via peruana. "Em vez de abrir o nosso trecho vou é plantar mais 'arbolitos' no caminho", disse em blague, o presidente.

Mas esse é o problema visto de Lima. Aqui, o que nos cumpre é defender a soberania. O que diria o sr. Bush, se o sr. Sarney sugerisse ao presidente coreano que, pela paz, exigisse dos EUA a retirada das tropas da Coréia?

A poluição do mundo capitalista e de boa parte dos mares e dos ares não é fruto da devastação da Amazônia, mas de séculos de implacável destruição do meio ambiente, pelos chamados "países civilizados" da Europa e os Estados Unidos, que montaram os seus projetos sem as cautelas que hoje se exige do Brasil. Oitenta por cento da poluição no mundo se originam nos países industrializados. Segundo um técnico das Nações Unidas só em 1988 foram injetados na atmosfera mais de cinco bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Os buracos na camada de ozônio, as chuvas ácidas, os navios cheios de lixo nuclear que tentam deixar sua carga nos países do Terceiro Mundo, o petróleo derramado por um petroleiro norte-americano no Alasca, a chacina das baleias, a morte dos golfinhos da costa francesa e dos lobos marinheiros nos mares da Escandinávia, as "algas assassinas", tudo isso é subproduto da "civilização industrial", da qual os países em desenvolvimento, em grande medida, também são vítimas.

O problema, no entanto, tem uma outra face: a urgente necessidade de uma política conservacionista para a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal matogrossense, Fernando Noronha, as áreas indígenas e costeiras de preservação e outros santuários ecológicos expostos à exploração predatória de empresários gananciosos e irresponsáveis.

Não só o governo federal, mas estados e municípios e a sociedade inteira devem estar envolvidos nesse grande objetivo. Em 1989, os incêndios na Amazônia, que alarmaram o mundo, têm que cessar, mesmo que, para conter os tocadores de fogo, devam ser mobilizadas as forças armadas.

O país vem sendo acuado pelas pressões internacionais, as justas e bem intencionadas como as de alguns grupos ecologistas estrangeiros, e as que, como as do governo norte-americano e suas transnacionais, apenas encobrem objetivos comerciais de pôr a mão na Amazônia. Mas, sobretudo, está sendo desafiado pela urgência de uma política que assegure o desenvolvimento nacional, mas preserve o meio ambiente.

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Developing the Oil Industry for the Reconstruction of Angola, Sonangol is Essential to the Country's Future



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260